

**SANDRO ANSELMO COELHO**

**O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (1945 – 1965):  
DILEMAS E INCONSISTÊNCIAS DA TERCEIRA VIA BRASILEIRA**

CURITIBA

2002

**SANDRO ANSELMO COELHO**

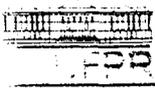
**O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (1945 – 1965):  
DILEMAS E INCONSISTÊNCIAS DA TERCEIRA VIA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa História, Cultura e Poder, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dennison de Oliveira

CURITIBA

2002

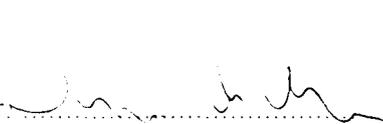


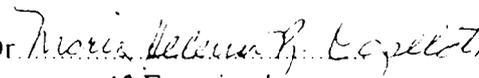
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

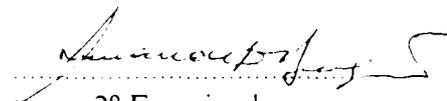
## PARECER

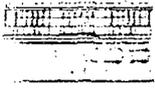
Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação do candidato **Sandro Anselmo Coelho**, sob o título "**O Partido Democrata Cristão (1945-1965): Dilemas e inconsistências da terceira via brasileira**", para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas, são de Parecer pela ~~aprovação~~ com conceito "A", sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Curitiba, 23 de outubro de 2002.

Prof. Dr.   
Presidente

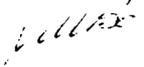
Prof.<sup>a</sup> Dr.   
1º Examinador

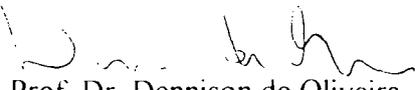
Prof. Dr.   
2º Examinador

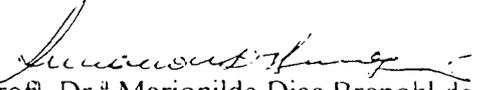


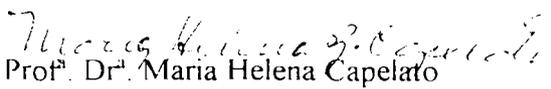
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

- **Ata da sessão pública de argüição de dissertação para obtenção do grau de Mestre em História.** Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dois, às nove horas, na sala 612, do Edifício D. Pedro I, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de argüição do candidato **Sandro Anselmo Coelho** em relação a sua dissertação intitulada **“O Partido Democrata Cristão (1945-1965): Dilemas e inconsistências da terceira via brasileira”**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, está constituída pelos seguintes professores: Dr. Dennison de Oliveira (UFPR - orientador), Dr.<sup>a</sup> Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (UFPR) e Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Capelato (USP), sob a presidência do primeiro. A sessão teve início com a exposição oral do candidato sobre o estudo desenvolvido, tendo o presidente dos trabalhos concedido a palavra, em seguida, a cada um dos Examinadores para suas respectivas argüições. Em seguida o candidato apresentou sua defesa. Na seqüência, o senhor presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir a banca examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela ~~aprovção~~ do candidato, atribuindo-lhe o conceito final “**A**”. Em seguida o Presidente dos trabalhos declarou ~~o aprovado~~ o candidato que recebeu o título de **Mestre em História**. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Luci Moreira Baena, secretária, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Luci Moreira Baena

  
Prof. Dr. Dennison de Oliveira

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Capelato

A classe dominante impõe seus fins à sociedade e a habitua a considerar como imorais os meios que se choquem com esses fins. Esta é a função essencial da moral oficial. Ela procura “a maior felicidade possível”, não em favor da maioria, mas de uma minoria cada vez mais restrita. Um regime semelhante, se baseado apenas na coerção, não duraria uma semana.

Leon Trotsky

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meu pai Zize, minha mãe Selma e meus dois irmãos Caio e João que, nos momentos em que estive desempregado e sem bolsa de estudos, me deram a força de que precisei para continuar a pesquisa. À Andréia, companheira no amor e camarada na militância, pois certamente foi ela quem mais teve paciência quando quase toda minha dedicação e energia se voltavam para este trabalho; além do que, se oferecia para ler meus textos, ajudando-me com suas opiniões. À sua mãe, Ana Maria, pois me hospedou em Santiago quando fui buscar material sobre o PDC chileno.

Meus agradecimentos ao professor Dennison, orientador desta pesquisa, pois sempre buscou me indicar os melhores caminhos que o trabalho poderia seguir; se a investigação não acompanhou o melhor rumo, a responsabilidade é toda minha, pois os caminhos nunca me foram impostos. À banca de qualificação, formada por, além de Dennison, Paulo Roberto Neves Costa e Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, pois trouxe críticas e sugestões significativas para uma possível melhora do trabalho. Aos funcionários do CNPQ, não pela bolsa que recebi – esta é uma obrigação de qualquer governo que tenha um mínimo de responsabilidade com a pesquisa científica – mas pela prestatividade com que me atenderam quando deles precisei. Aos funcionários do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná que foram muitos atenciosos. À Monia Luciana Silvestrin que me trouxe material da USP, não publicado, muito importante para a pesquisa.

Aos camaradas de O Trabalho do PT, Seção Brasileira da IV Internacional, que dispuseram aquela perspicácia de quem está na luta política para contribuírem com críticas ao meu trabalho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	vi
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	viii
<b>RESUMO</b> .....	ix
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. DEMOCRACIA CRISTÃ E POPULISMO: BRASIL E CHILE</b> .....	11
<b>2.1. A Fundação e os Principais Pressupostos da Terceira Via</b> .....	12
<b>2.2. Populismo: Virtudes e Vicissitudes desta categoria</b> .....	23
<b>2.2.1. Proposta metodológica para o uso do populismo como categoria analítica</b> .....	32
<b>2.3. Implicações da Terceira Via com o Populismo e Conquista de Cargos Eletivos</b> .....	38
<b>2.4. Considerações sobre o Capítulo</b> .....	51
<b>3. TEORES PROGRAMÁTICOS DA TERCEIRA VIA BRASILEIRA</b> .....	55
<b>3.1. Limites da Democratização</b> .....	56
<b>3.2. O Realinhamento Programático: Fortalecimento da Terceira Via Pedecista</b> .....	63
<b>3.3. Considerações sobre o Capítulo</b> .....	79
<b>4. A TERCEIRA VIA PEDECISTA NO PODER</b> .....	83
<b>4.1. O Nacional-Desenvolvimentismo</b> .....	85
<b>4.2. Abrindo Espaço Face a outros Partidos</b> .....	88
<b>4.3. O Governo do PDC</b> .....	93
<b>4.4. O Crepúsculo do Poder Partidário</b> .....	102
<b>4.5. Considerações sobre o Capítulo</b> .....	104
<b>5. O OCASO DA TERCEIRA VIA PEDECISTA: BIPARTIDARISMO E A CONSECUÇÃO DA DITADURA</b> .....	108

<b>5.1. Os Militares Precisaram se Livrar do Passado.....</b>	<b>109</b>
<b>5. 2. Um Pedecista Resoluto: Ney Braga e a Ditadura Militar .....</b>	<b>122</b>
<b>5.2.1. Ney Braga arrumando a própria casa.....</b>	<b>129</b>
<b>5.3. A Terceira Via sem uma Terceira Via: Arena ou MDB.....</b>	<b>132</b>
<b>5.4. Considerações sobre o Capítulo.....</b>	<b>134</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>138</b>
<b>TABELAS.....</b>	<b>144</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>149</b>

## LISTA DE SIGLAS

AAC – Anais da Assembléia Constituinte de 1946.  
AC-4 – Ato Complementar número 4.  
AGEPAR – Companhia de Esgotos do Paraná.  
AI-2 – Ato Institucional número 2.  
AI-5 – Ato Institucional número 5.  
AIB – Ação Integralista Brasileira.  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional.  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.  
CAFÉ DO PARANÁ – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná.  
CDU – União Democrata Cristã (Alemanha).  
CELEPAR – Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná.  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.  
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná.  
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná.  
CPC – Classe Política Civil.  
CSU – União Social Cristã (Alemanha).  
CUT – Central Única dos Trabalhadores (Chile).  
DC – Democracia Cristã.  
DCI – Democracia Cristã Italiana.  
DIA – Desenvolvimento Industrial e Agrícola.  
DR – Diretório Regional.  
EE – Energia Elétrica.  
ESG – Escola Superior de Guerra.  
FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico.  
FGV – Fundação Getúlio Vargas.  
FMI – Fundo Monetário Internacional.  
FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná.  
GE – Grupos Executivos.  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.  
IBC – Instituto Brasileiro do Café.  
IE – Investimentos de Estado.  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.  
JDC – Juventude Democrata Cristã.  
JUC – Juventude Universitária Católica.  
LEC – Liga Eleitoral Católica.  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.  
MECA – Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (Paraná).  
MTR – Movimento Trabalhista Renovador.  
ODCA – Organização Democrata Cristã da América.  
ONU – Organização das Nações Unidas.  
PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PDC – Partido Democrata Cristão.  
PEI – Política Econômica Independente.  
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A.  
PL – Partido Libertador.  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.  
PR – Partido Radical (Chile).  
PR – Partido Republicano (Brasil).  
PRP – Partido de Representação Popular.  
PSB – Partido Socialista Brasileiro.  
PSC-COPEI – Partido Social Cristão - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente.  
PSD – Partido Social Democrático.  
PSP – Partido Social Progressista.  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.  
PTN – Partido Trabalhista Nacional.  
SAGMACS – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais.  
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.  
SUMOC – Superintendência de Moeda e Crédito.  
TELEPAR – Companhia de Telecomunicações do Paraná.  
UDN – União Democrática Nacional.  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.  
VD – Vanguarda Democrática.

## LISTA DE TABELAS

<b>PEDECISTAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....</b>	<b>144</b>
<b>PEDECISTA NO SENADO FEDERAL.....</b>	<b>145</b>
<b>PEDECISTAS NO EXECUTIVO FEDERAL E NA PREFEITURA DE BRASÍLIA... </b>	<b>145</b>
<b>PEDECISTA GOVERNADOR DE ESTADO.....</b>	<b>145</b>
<b>PEDECISTAS NO BIPARTIDARISMO.....</b>	<b>146</b>

## RESUMO

COELHO, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão (1945 – 1965) : dilemas e inconsistências da terceira via brasileira.*

O objetivo deste trabalho é verificar quão o Partido Democrata Cristão (PDC) brasileiro se constituiu como força política entre 1945 e 1965; seu problema central é constatar como sua proposta de Terceira Via se transformou no tempo tendo em vista quatro questões: populismo, realinhamento partidário, nacional-desenvolvimentismo e bipartidarismo; as fontes coevas são: programas partidários, discursos pedecistas na Câmara dos Deputados, mensagens do governador Ney Aminthas de Barros Braga à Assembléia Legislativa do Paraná entre 1961 e 1965 e seu plano de governo. No primeiro capítulo estabelecemos uma comparação entre os PDC brasileiro e chileno, identificando tanto a constituição de suas propostas de Terceira Via, como suas relações com a nossa apropriação da categoria *populismo*. Posteriormente, analisamos o teor da Terceira Via no conteúdo programático do PDC brasileiro. Tratamos dos anos 1945-1955, quando verificamos como o partido se portou em face dos limites daquela nascente democracia. Discutimos, também, os anos 1955-1961, momento em que a sua Terceira Via adquiriu expressão eleitoral nacional; nesta análise tem-nos importância a noção de *realinhamento* do sistema partidário. No terceiro capítulo abordamos os pedecistas no poder, analisando como, através da conquista do Executivo no Paraná, o PDC buscava implementar a sua Terceira Via; averiguamos, ainda, em que medida ela adotou premissas *nacional-desenvolvimentistas*. Por fim, problematizamos o que possivelmente tenha sido o maior dilema dos pedecistas, o *bipartidarismo*: compor quadros junto à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Constatamos que a grande maioria deles rumou para a ARENA, auxiliando na sustentação da ditadura militar.

## 1. INTRODUÇÃO

No que se refere aos estudos sobre a história política brasileira, notamos que os principais partidos políticos do período situado entre 1945 e 1965 receberam muita atenção dos pesquisadores.<sup>1</sup> Todavia, cabe ressaltar que são poucos os registros de trabalhos sobre o Partido Democrata Cristão (PDC), mesmo tendo sido este aquele que, percentualmente, mais cresceu no legislativo nacional entre 1954 e a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1965.

Sendo assim, deixamos claro que o principal objetivo desta dissertação é verificar como os pedecistas brasileiros se constituíram como força política no período histórico situado entre 1945 e 1965. Para tanto, colocamos como problema central que abordamos neste trabalho a identificação de como sua proposta de Terceira Via se transformou no tempo, tendo em vista sua relação com quatro importantes questões daquele momento: populismo,

---

<sup>1</sup> Como exemplos destes trabalhos citamos: *A UDN e o udenismo : ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)* (BENEVIDES, 1981); um clássico nos estudos sobre partidos políticos no Brasil, foi ele que serviu de inspiração para esta pesquisa; tal obra está dividida em duas partes: a primeira trata das ações políticas dos principais udenistas do período e a segunda busca identificar a identidade política da União Democrática Nacional (UDN); fundamentando-se em teóricos como Joseph Lapalombara e Myron Weiner, M. Y. Ostrogosky, V. O. Key, Maurice Durverger, Gabriel Almond e G. Powell Jr. e Antonio Gramsci a autora faz uma densa análise da UDN, o que lhe valeu o título de doutora. *O PTB e o trabalhismo : partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)* (BENEVIDES, 1989); neste trabalho de menor fôlego que o anterior, a autora explicita os fatores que levaram ao não crescimento do PTB em São Paulo, apontando para suas constantes lutas internas e seu fisiologismo. *De raposas e reformistas : o PSD e a experiência democrática brasileira : 1945-1965* (HIPÓLITO, 1985); esse trabalho foi a dissertação de mestrado da autora; ela adota princípios de Giovanni Sartori, mas ressalta que o PSD (Partido Social Democrático), entendido como centro do pluralismo moderado do sistema político brasileiro, contribuiu decisivamente para a instabilidade deste sistema na medida em que desintegrou sua unidade a partir da chamada *Ala Moça* (entendida como reformista); dá uma grande atenção aos aspectos internos do partido. *O Partido Comunista Brasileiro : 1922-1964* (PACHECO, 1984); neste livro, baseado em documentos internos do Partido Comunista Brasileiro, Eliezer Pacheco analisa a sua trajetória desde a fundação até o golpe militar de 1964. *Adhemar de Barros e o PSP* (SAMPAIO, 1982); nesta obra são analisadas as relações entre o Partido Social Progressista (PSP) e o seu mais eminente líder, Adhemar de Barros; partindo das considerações de Maria do Carmo Campello de Souza, que são discutidas na nossa pesquisa, a autora diferencia adhemarismo de pessepismo. *O integralismo no pós-guerra : a formação do PRP (1945-1955)* (CALIL, 2001); o Partido de Representação Popular (PRP) recebeu atenção desta pesquisa, uma dissertação de mestrado, onde é analisada a formação, o projeto político, a estrutura interna, a propaganda e a inserção do PRP no processo político brasileiro.

realinhamento partidário, nacional-desenvolvimentismo e bipartidarismo.<sup>2</sup> Como fontes coevas, lançamos mão dos programas do PDC, dos discursos pedecistas na Câmara dos Deputados,<sup>3</sup> das mensagens do único governador pelo partido, Ney Aminthas de Barros Braga, doravante Ney Braga, do programa de seu governo, e dos resultados eleitorais demonstrados nos cargos obtidos pelo partido.

Antes de abordarmos o caso específico do PDC brasileiro, é pertinente uma aproximação introdutória sobre o tema da Democracia Cristã (DC), e de sua aspiração à Terceira Via, de uma maneira mais ampla, geográfica e programaticamente falando. Desta forma, começemos com um brevíssimo histórico sobre a conformação da DC como alternativa política internacional a fim de propiciarmos ao leitor que porventura não conheça o assunto, a possibilidade de principiar uma familiarização.

Ao final da Segunda Guerra Mundial a proposta democrata cristã surgiu como um movimento político autodenominado como distinto dos que até então se apresentaram no cenário político-partidário mundial. Com isso, esta alternativa passou a conquistar uma relativa força eleitoral em diversos lugares, em especial na Europa e na América Latina. Os democratas cristãos se apresentavam e se entendiam como diferentes das demais agremiações políticas por formularem a idéia de consubstanciar, no processo político, a chamada Terceira Via, a qual, resumidamente, se apresentava como alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária. Claro que esta proposta, como veremos mais especificamente nos casos brasileiro e chileno, assumia características diferenciadas conforme

---

<sup>2</sup> As discussões teóricas a respeito destas quatro questões serão tratadas nos seus respectivos capítulos.

<sup>3</sup> Aqui, como é perceptível, usamos a palavra discurso nos referindo apenas aos discursos dos deputados nos Anais da Assembléia Constituinte de 1946 e da Câmara dos Deputados. Entretanto, durante o texto, esta palavra assume dois significados: um que se refere aos discursos que estão contidos nos referidos Anais, quando for essa a situação usamos simplesmente a palavra discurso; o segundo significado é o que remete ao sentido que uma mensagem política de um modo mais amplo possui, pretendendo enunciar exercício de poder. E quando for o momento de, no trabalho, entendermos que os dois significados precisam ser claramente diferenciados, usamos a categoria *discurso, no sentido amplo*, em itálico, para nos referir ao segundo caso.

o momento e a situação em que estava inserida. Mas a título de um registro mais amplo, apresentamos que os democratas cristãos a expunham como estando na “insistência sobre os valores familiares e sobre o papel das comunidades intermediárias, no respeito pela propriedade privada, na busca da participação nas relações de trabalho e no pluralismo político” (MAYEUR, 1999, p. 898).

No Velho Mundo, logo após a Primeira Guerra Mundial surgiram os primeiros partidos gestores de propostas semelhantes a essas e que posteriormente seriam retomadas pelos agrupamentos democratas cristãos. Na Itália, por exemplo, o Partido Popular Italiano, fundado por Dom Luigi Sturvo, em 1919, deu passos iniciais na construção da chamada Terceira Via; na Espanha, foi organizado, em 1922, o Partido Social Popular; na França, em 1924, fundou-se o Partido Democrático Popular; partidos com estes moldes também se estabeleceram, ainda na década de vinte, na Polônia, Suíça, Tchecoslováquia e Lituânia (BUSETTO, 1998, p. 11) (CHACON, 1981, p. 168) (SOUZA, 2001, pp.13-15).<sup>4</sup>

Todavia, o interregno político imposto pela Segunda Guerra Mundial impossibilitou o pleno desenvolvimento partidário na maioria dos países europeus, mesmo porque o nazismo e o fascismo já formaram, ainda antes deste conflito bélico, importantes contentores de um debate político mais aberto. Desta feita, apenas depois do final deste conflito global foi que os

---

<sup>4</sup> Destacamos as linhas gerais dos trabalhos *História dos partidos brasileiros : discurso e prática dos seus programas* (CHACON, 1981) e *A democracia cristã em São Paulo : princípios e práticas políticas* (BUSETTO, 1998), devido às recorrentes referências que lhes serão feitas neste texto. O trabalho de Valmireh Chacon é um clássico sobre partidos políticos no Brasil, dando um amplo panorama sobre o assunto desde o império até a ditadura militar; devido a própria amplitude que o trabalho tem, por vezes aspectos mais particulares são deixados de lado, o que é aceitável dada a dimensão cronológica que procura abarcar; salientamos que a obra possui os programas dos partidos em anexo, o que é uma contribuição significativa para pesquisadores; quanto ao PDC, mantém a perspectiva de linha auxiliar da UDN, o que iremos discutir; o autor expressa que pertenceu ao PDC (CHACON, 1981, p. 169). O trabalho de Áureo Busetto é sua tese de doutorado e busca, a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, com seus conceitos de “campo”, “capital” e “poder simbólico” (BUSETTO, 1998, pp. 2-6), investigar a dinâmica do PDC em São Paulo; apesar deste trabalho trazer importantes e inéditas contribuições para a nossa pesquisa, entendemos que o fato do autor não dar uma atenção mais detida para o único governo estadual que um pedecista exerceu, o do Paraná, limitou a sua análise e eficácia explicativa sobre a concretização das propostas da Terceira Via.

partidos propriamente democratas cristãos puderam alcançar um escopo político de alguma significância na Europa, principalmente na Itália e na Alemanha.

No caso italiano, destacamos que Alcide De Gasperi, membro antigo do Partido Popular Italiano, ainda em 1943, na clandestinidade, liderou a organização da Democracia Cristã Italiana (DCI), “descrevendo seu partido como de centro movendo-se para a esquerda” (LYON, 1967, p. 84). Mas, se nós considerarmos as tradicionais categorias esquerda, direita e centro, verificamos que a Terceira Via italiana compunha um quadro que recebia adesões de inúmeros grupos. Eram militantes sindicalistas, membros dos movimentos de mulheres e de jovens, vozes de industriais e de proprietários rurais, dando ao partido um quadro bastante heterogêneo (LYON, 1967, p. 84). Com este amplo e diversificado leque intrapartidário, a DCI conquistou maioria absoluta nas primeiras eleições livres pós Segunda Guerra Mundial ocorridas em 1948. Ao término deste pleito, agora como Primeiro Ministro, Alcide De Gasperi formou uma coalizão que serviu de base para os governos italianos, ininterruptamente, até 1963, bem como para diversos gabinetes ministeriais posteriores.

Quanto à Alemanha, a União Democrata Cristã (CDU), uma união de partidos democratas cristãos regionais com a União Social Cristã (CSU) da Bavária, surgiu em 1945. Este agrupamento fundamentava a Terceira Via em um programa fortemente defensor da intervenção do Estado na economia e mesmo, o que o posterior desenvolvimento histórico da DC alemã poderia surpreender a alguns, da propriedade estatal em diversos setores econômicos. Já em 1949 a CDU conseguiu eleger seu presidente, Konrad Adenauer, doravante Adenauer, Chanceler da Alemanha. Sendo este correligionário um firme defensor da ortodoxia capitalista e, portanto, da livre competição econômica, sua ascensão a Chanceler permitiu-lhe implementar uma sensível mudança de curso no partido (LYON, 1967, p. 82). Ainda na campanha eleitoral de 1949 ficaram claros os limites políticos da Terceira Via deste

grupo: entendiam que o direito dos trabalhadores controlarem a administração de empresas seria admitido apenas se não alterasse um vago conceito de responsabilidade gerencial apregoado por Adenauer. Outras mudanças nessa direção aconteceram, pois o partido, até o fim deste governo, seguindo os passos de seu Chanceler, abandonou a defesa da nacionalização das indústrias de base, como as de carvão, as do aço e as químicas (LYON, 1967, p. 82).<sup>5</sup> Com o acirramento da Guerra Fria, podemos dizer que a CDU transformou sua linha política num dos baluartes do anti-socialismo na Alemanha e mesmo no mundo, chegando a criar um órgão, *Konrad Adenauer Stiftung*, que financiaria campanhas políticas de candidatos em outros países, inclusive no Brasil, contra políticos que adotassem posturas julgadas como próximas do socialismo.

Nesse mesmo contexto, nas demais regiões européias, outros partidos de caráter democrata cristão estabeleceram-se: na Áustria (Partido Popular) na Bélgica (Partido Social Cristão) e na França (Movimento Republicano Popular) (CHACON, 1981, p. 168). É possível observarmos, outrossim, partidos portadores desses princípios na Holanda (Partido Popular Católico) e na Suíça (Partido Conservador Suíço) (BUSETTO, 1998, p. 12).

Não podemos deixar de salientar que outra força política européia recuperou seu tônus no pós Segunda Guerra Mundial, chegando a fortalecê-lo mais do que em tempos anteriores e concorrendo diretamente com as propostas da DC: a Social-Democracia. Nesse sentido, apesar de muitos haverem tido a convicção de que os social-democratas objetivavam, através de reformas na sociedade capitalista, a consecução do socialismo, um denso estudo de Adam Przeworski (PRZEWORSKI, 1991) conclui que estes agentes políticos não “poderiam conduzir suas sociedades ao socialismo;” para este autor, as reformas são verdadeiramente

---

<sup>5</sup> É digno de nota ver que esta mudança de orientação da DC se aproxima do resultado político que, como veremos logo abaixo, Adam Przeworski apresenta como inerente à política da Social-Democracia (PRZEWORSKI, 1991, p. 208).

possíveis dentro do capitalismo, entretanto “isso não significa que o reformismo seja uma estratégia viável de transição para o socialismo” (*Idem*, p. 279). Um dos elementos desta impossibilidade se vincularia ao resultado que a estratégia política da Social-Democracia traria ao movimento dos trabalhadores. Segundo Adam Przeworski, com esta política os trabalhadores passariam a não reivindicar, em seu programa político, a apropriação sobre o estoque total de capital (meios de produção) a fim de reorganizar o sistema de produção a seu favor e abolir o lucro como categoria jurídica e econômica, passando, na verdade, a “exigir menos que o produto total, deixando assim, uma parte nas mãos dos capitalistas, à guisa de lucro. Essa estratégia abre espaço para o compromisso de classes e a cooperação com os capitalistas” (*Idem*, 1991, p. 208). Vemos que os social-democratas acabariam, sob esta ótica, também como um dique de contenção para possíveis ações mais decididas do movimento de trabalhadores em direção ao socialismo.

Na América Latina, o período pós Segunda Guerra Mundial também presenciou o surgimento de partidos de caráter democrata cristão e formuladores de proposições de Terceira Via. Para além do caso brasileiro, que será o foco deste trabalho, e do chileno, que merecerá nossa atenção em um capítulo a parte, destacamos aqui a emergência desses partidos na Argentina, Uruguai, Peru, Guatemala e El Salvador, todos com a denominação de PDC (BUSETTO, 1998, p. 21).<sup>6</sup> Partidos com esta ótica estiveram presentes no Paraguai, Movimento Democrata Cristão; na Nicarágua e na Bolívia, ambos com a denominação de Partido Social Cristão; no Equador, Democracia Cristã Equatoriana; na República Dominicana, Partido Revolucionário Social Cristão; na Venezuela, Partido Social Cristão – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (PSC-COPEI). Tivemos, inclusive,

---

<sup>6</sup> Maria Helena Rolin Capelato, doravante Capelato, indica que Ilán Semo entende o governo mexicano de Cárdenas como inspirado “na doutrina da terceira via que previa a transformação do Estado tradicional (liberal) em um Estado regulador da produção e distribuição de riqueza” (CAPELATO, 2001, p. 155).

neste continente, a fundação da Organização Democrata Cristã da América (ODCA) e a consecução da Central de Sindicatos Cristãos (VITALE, 1999, pp. 115 – 116).

Na vida política latino-americana, se nós tivéssemos acesso apenas ao caso da Venezuela, onde o PSC-COPEI conquistou a Presidência em 1969, com Jovito Villalba, poderíamos compreendê-lo como um óbvio indício de fortalecimento da DC, semelhante, mesmo, ao ocorrido no caso chileno, onde Eduardo Frei Montalva, doravante Eduardo Frei, conquistou a Presidência da República, pelo PDC, em 1964. Porém, nós entendemos que, referindo-se ao país de Jovito Villalba, não podemos desprezar o que nos diz Tulio Halperin Donghi: “A vitória da Democracia Cristã – ao contrário do que ocorreu no Chile em 1964 – não tenha tido uma ressonância considerável na opinião pública continental, e, na própria Venezuela, haja sido encarada mais como um episódio da decomposição da ordem política caracterizada pela hegemonia eleitoral da Ação Democrática que como o início de uma nova experiência, ao mesmo tempo renovadora e vigorosa” (DONGHI, 1975, p. 298). Diante disso, entendemos que o caso chileno é aquele que melhor se constitui como merecedor de uma atenção nossa mais detalhada.

Por todo esse quadro que expusemos, averiguamos que a DC representou uma força política considerável a nível mundial e, desta forma, ganha relevância uma pesquisa que reflita sobre a conformação deste agrupamento no Brasil. Nesse aspecto, ao buscarmos trabalhos que tratassem desse partido no caso brasileiro, foram verificadas poucas referências, o que nos surpreendeu, tendo em vista a dinâmica política que ele adquiriu, notadamente após 1955. Quanto às referências, além do já comentado trabalho de Áureo Busetto, doravante Busetto (BUSETTO, 1998), situamos um artigo de Luiz Werneck Vianna, doravante Vianna, (VIANNA, 1981 [1978]) e outro do autor desta dissertação (COELHO, 2000). As notas de Vianna, possivelmente pela impossibilidade de uma análise mais ampla de fontes coevas e de

uma atenção maior ao governo pedecista paranaense, acabam por dar algumas indicações por vezes em demasiado genéricas e que nossa pesquisa não comprovaram; exemplo disso são afirmações de que o discurso<sup>7</sup> do PDC e, portanto, sua proposição de Terceira Via, “não se pautou pelo reformismo e, ademais, não se empenhou como um projeto modernizante, tendo cumprido um papel social praticamente inócuo” (VIANNA, 1981 [1978], p. 135). Como podemos ver à frente, o partido, principalmente a partir de meados dos anos cinquenta, alinhou-se justamente em direção à modernização e às chamadas reformas de base. Além disso, o autor entende que o PDC apenas desempenhou o papel político de uma espécie de União Democrática Nacional (UDN) católica (*Idem*, p. 161), o que, como veremos, não se confirmou em grande parte do período estudado.<sup>8</sup> Quanto ao meu artigo, já se insere nos marcos desta pesquisa, servindo de base – com as modificações advindas por conta do debate com a banca de qualificação e de uma pesquisa mais ampla de fontes – para o capítulo dois desta dissertação, intitulado *Democracia cristã e populismo: Brasil e Chile*.

Sendo assim, expomos, agora, a forma que este trabalho adquiriu em sua execução.

No capítulo inicial, buscamos estabelecer um marco histórico comparativo entre o PDC brasileiro e o PDC chileno, visando identificar como eles estabeleceram a sua Terceira Via a partir da análise das relações de suas propostas com uma polêmica categoria da história política brasileira e, mesmo, latino-americana, qual seja, o *populismo*. Pretendemos entender

---

<sup>7</sup> Aqui temos um claro exemplo em que, no nosso texto, a palavra *discurso* assume o seu sentido amplo, mas que não se faz necessário sublinhar a diferença graficamente.

<sup>8</sup> Essa noção do PDC como UDN católica, também presente em Maria Vitoria de Mesquita Benevides (BENEVIDES, 1981, p. 228) (BENEVIDES, 1989, p. 32), provavelmente tem sua origem no trabalho de Gláucio Ari Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*, onde assim ele se refere ao partido: “Minha interpretação é a de que o PDC recrutou principalmente eleitores que seguiam, ou pensavam seguir, uma orientação característica dos clássicos partidos liberais e que poderia ter dado seus votos à UDN” (SOARES, 1973, p. 92). Tendo em peso que este autor identifica no Brasil uma diferenciação entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas como forma de explicar diferentes culturas políticas (SOARES, 1973, pp. 150-213), e que Paraná e São Paulo, estados onde o PDC teve o seu maior crescimento, e segundo ele, são partes desenvolvidas do país, é curiosa a pouca importância dada ao crescimento deste partido.

as especificidades da DC quando ela se organizou em países, como o Brasil e o Chile, onde existia um processo mais recente de industrialização se compararmos, por exemplo, com os casos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Será necessário analisarmos a maneira pela qual importantes autores, como Francisco Weffort, Alain Touraine, Ludovico Incisa e Octavio Ianni, assim como seus críticos, entendem a categoria *populismo*, além, é claro, de expormos como esta categoria é apropriada pela nossa pesquisa.<sup>9</sup> A partir disso, será possível indicarmos as principais diferenças e similaridades políticas entre as propostas de Terceira Via dos PDC nestes dois países.

Posteriormente, temos um capítulo que analisa o conteúdo programático do PDC brasileiro, ou seja, como ele apresentou em diferentes conjunturas sua proposta de Terceira Via. Damos ênfase a dois recortes temporais: o primeiro engloba desde a fundação do partido, em 1945, até por volta de 1955; o segundo situa-se, aproximadamente, entre 1955 e 1964, passando, portanto, pelo ano da sua reformulação programática, qual seja, 1961. Nesta análise, o conceito de realinhamento do sistema partidário brasileiro, proposto por Maria do Carmo Campello de Souza, doravante Campello de Souza, na obra *Estado e partidos políticos no Brasil* (SOUZA, 1983 [1976]),<sup>10</sup> tem importância fulcral para compreendermos como e porque o PDC mudou seu rumo, seu programa e, destarte, sua aceção sobre a Terceira Via.

Não poderíamos deixar de dar atenção, em um capítulo à parte, aos pedecistas atuando no governo. Tal resultado pode ser apurado analisando o que se constituiu como a maior

---

<sup>9</sup> A crítica mais recente de que temos notícia, sobre o uso da categoria populismo em pesquisas da área de ciências humanas, mais precisamente em História, está na coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica* (FERREIRA, 2001) e é com ela que estabelecemos diálogo no momento propício. Os artigos que a compõem são de Angela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis Filho, Elina G. da Fonte Pessanha, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Jorge Ferreira (organizador da obra), Lúcia de Almeida Neves, Capelato e Regina Lúcia M. Morel.

<sup>10</sup> Nesta trabalho, sustenta-se a tese de que a fragilidade do nosso sistema partidário (1945-1964), “é ela mesma sintoma da não institucionalização da participação política no Brasil” (SOUZA, 1983 [1976], p. 32). O sistema político é pensado como um espaço ocupado por organizações que disputam o controle de determinados recursos, o que leva os partidos a submeterem seus objetivos programáticos à competição política.

conquista eleitoral dos seus quadros partidários, o Executivo do estado do Paraná. Tal análise ganha importância se tivermos em conta três elementos. Inicialmente, porque foi este o único estado da federação em que o PDC teve alguém de suas hostes assumindo o controle do Executivo,<sup>11</sup> permitindo constatar como pretendia aplicar a Terceira Via proposta no programa partidário de 1961 e responder ao debate sobre via de desenvolvimento, corrente no período. Segundo, porque o transcorrer desta administração nos possibilita analisarmos em que medida era possível um governo partidário naquele momento. Terceiro, porque, em nossa ótica, a atuação do pedecista Ney Aminthas de Barros Braga, doravante Ney Braga, como governador deste estado serviu de suporte para torná-lo um dos importantes articuladores do regime e da ditadura militar brasileira, constituindo-se num elemento importante para compreendermos o caminho partidário seguido pelos pedecistas após o golpe militar de 1964.

No último capítulo, averiguamos a forma pela qual os principais quadros do PDC interferiram no bipartidarismo, bem como o sentido que a Terceira Via adquiriu para eles neste momento de abalo do sistema político brasileiro. Explicamos porque a ditadura impôs este novo sistema partidário e, principalmente, indicamos o rumo das principais lideranças pedecistas, problematizando o que possivelmente tenha sido um dos seus maiores dilemas: compor quadros junto à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A identificação deste caminho nos permite mostrar o destino da Terceira Via com o recrudescimento da ditadura militar.

---

<sup>11</sup> Apesar dos pedecistas terem tido uma marcante influência no governo paulista de Carlos Alberto Carvalho Pinto, o fato é que este político “não era filiado ao PDC mas mantinha vínculos de amizade com algumas lideranças democratas cristãs” (BUSETTO, 1998, p. 109).

## 2. DEMOCRACIA CRISTÃ E POPULISMO: BRASIL E CHILE<sup>12</sup>

Como afirmamos, poucos são os trabalhos acadêmicos que tratam especificamente do PDC brasileiro. Todavia, o fato da DC não ter sido um agrupamento político que limitou sua formulação de Terceira Via a nossa realidade nacional e, mesmo, por esta proposta ter se fortalecido muito mais em outros países do que no Brasil, permite-nos acessar pesquisas a seu respeito que foram feitas em outros lugares. Assim, neste capítulo indicaremos de que forma as propostas de Terceira Via dos PDC, no Brasil e no Chile, se articularam frente à maneira como nos apropriamos da categoria *populismo*. O período histórico brasileiro escolhido é o situado entre 1945 e 1965, quando o sistema partidário, às vezes, de forma mais ampla e, às vezes, de forma mais limitada, possibilitou que o PDC expusesse suas premissas para as disputas eleitorais. O período chileno é o da presidência de Eduardo Frei (1964 – 1970), quando o PDC deste país esteve pela primeira vez no governo – as outras duas vezes deram-se após a saída do ditador Augusto Pinochet da Presidência, em 1989, portanto muito distante do recorte temporal desta pesquisa.

Visando maior organização no debate, dividimos o capítulo em três partes. De início, indicamos os principais pressupostos políticos dos partidos em foco, bem como os agentes mais importantes envolvidos em sua fundação. A seguir, nos posicionamos em face de importantes autores que tratam da categoria populismo, indicando, é claro, a nossa posição. Na terceira parte, vemos em que sentido a Terceira Via assumida pelos PDC brasileiro e

---

<sup>12</sup> Como já dissemos, este capítulo tem por base, com modificações, o meu artigo *Democracia cristã e populismo : um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile*, publicado na Revista de Sociologia e Política, Número 15 (COELHO, 2000, pp. 67-82). Antes desta publicação, este trabalho havia sido apresentado, sob o mesmo título, no *I Congresso de Humanidades : diálogos entre saberes* (2000), promovido pelo Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

chileno se relacionou com o populismo; também discutimos questões acerca da ascensão a cargos eletivos dos dois partidos, demonstrando a diferença nos dois países.

### **2.1. A Fundação e os Principais Pressupostos da Terceira Via**

Iniciemos expondo mais elementos históricos que sustentam a nossa escolha do Chile como contraponto comparativo ao Brasil. Lembremos que, em relação à América Latina, foi nesse país andino que a Terceira Via da DC mais eficazmente se construiu como alternativa política. Mesmo considerando que a DC chilena apenas se estabeleceu como partido unificado em 1957, doze anos após a brasileira, que fundou seu partido ainda em 1945, sublinhamos que os democratas cristãos daquele país, inclusive o próprio Eduardo Frei, desde 1937, ao romperem com o Partido Conservador e fundarem a Falange Nacional (FN), iniciaram uma conformação partidária que propiciaria um vigoroso processo de fortalecimento político das premissas da Terceira Via em seu país. Os falangistas, que se entendiam como portadores dos princípios políticos do pensamento cristão, conseguiram disputar todas as eleições nacionais, ainda que com parca expressividade eleitoral. Se, por um lado, o PDC chileno teve sua fundação posterior a do partido brasileiro – apenas em 1957 a FN se fundiu com o Partido Conservador Social-Cristão, formando o PDC – por outro, os pressupostos da Terceira Via, neste caso, puderam por mais tempo participar de disputas eleitorais. Seguramente essa experiência contribuiu para que os pedecistas chilenos pudessem acumular impressões da arena política suficientemente elaboradas para que lograssem um sucesso mais eminente que os brasileiros, sucesso que fica bem demonstrado com a conquista, em 1964, da Presidência da República. Nestas eleições, Eduardo Frei obteve 55,7 % dos votos e Salvador Allende, do Partido Socialista, 38,6 %; vale destacar, também, que nas eleições parlamentares de 1965 a

DC chilena obteve 42,3% dos votos, ficando muito à frente do segundo colocado, o Partido Radical (PR), que atingiu 13,3% do eleitorado (PDC, 1968, p. 3) (SILVA, 2000, p. 226). Segundo Luis Cruz Salas, este crescimento teve a seguinte amplitude numérica: “*en las elecciones del 65, la DC obtiene una holgada mayoría absoluta de diputados (82), casi cuadruplicando la cifra obtenida en 1961 (23)*” (SALAS, 1999, p. 404).

Olhemos um pouco para o quadro brasileiro. Ao focarmos essa imagem, identificamos, a princípio, que a proposta pedecista de Terceira Via alocou uma aceitação mais tímida se comparada com o contexto chileno. Todavia, temos indicações de que tal acontecimento não se deu pela falta de iniciativa de grupos que Tateavam nestes pressupostos as fórmulas para a atuação política. Afinal, no Brasil, forças ligadas às propostas cristãs, e com isso, relativamente próximas da Terceira Via, já vinham tentando se organizar enquanto partido desde 1933, através da Liga Eleitoral Católica (LEC);<sup>13</sup> no entanto, lembremos que o Estado Novo não permitiu a existência legal de qualquer organização partidária, impedindo uma experiência mais profunda desta e de outras experiências políticas. Somente em um contexto posterior foi que a revista *A Ordem*, fundada por Jackson de Oliveira e continuada por Alceu Amoroso Lima, em sua edição de julho/agosto de 1945, portanto antes da queda de Getúlio Dornelles Vargas, doravante Vargas, propôs a criação de um PDC em que a noção de Terceira Via era entendida com mais clareza. Tal partido buscaria três objetivos: elevar moralmente as massas populares, desenvolver uma participação popular, a mais profunda possível no governo e, por fim, que o direito e a moral coordenassem a vida política nacional e internacional. Outrossim, temos em *A Ordem* a defesa, como plataforma partidária, do sufrágio universal, o mais amplo possível, da autonomia e do respeito mútuo entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e de um governo que fosse a expressão da harmonia entre

---

<sup>13</sup> Um bom estudo sobre a LEC foi feito por Renato Augusto Carneiro Júnior em *Religião e política : a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1930-1954* (CARNEIRO JÚNIOR, 2000).

estes três poderes, sem a proeminência do Executivo. Vemos, ainda, na revista, o desejo de que os governantes tivessem responsabilidade sobre suas atitudes, o que seria conseguido com a publicidade de todos os seus atos (CHACON, 1981, p. 168).

Ainda quanto ao caso brasileiro, vale lembrar que o PDC foi legalmente criado em 1945, mais especificamente a 9 de julho, no Teatro Municipal de São Paulo, portanto no limiar da ditadura de Vargas, sob a liderança de Antônio Cesarino Júnior, professor de Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo. Entretanto, os seus membros conseguiram se estabelecer com alguma significância no quadro partidário nacional, apenas a partir do início da década de sessenta, quando o sistema partidário estava já em profunda crise. Destacamos, nesta discussão, que o PDC brasileiro pôde, no âmbito da Câmara dos Deputados, entre 1954 e 1962, saltar de duas para vinte cadeiras.<sup>14</sup> Esteve, então, praticamente em igualdade numérica com o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros que obteve, em 1962, vinte e uma cadeiras. Tendo em conta que o PSP vinha perdendo assentos desde 1954, identificamos como muito provável que, caso em 1966 houvesse normalidade no processo político-partidário e o bipartidarismo não houvesse sido imposto pela ditadura militar, o PDC se tornaria, no mínimo, a quarta força no legislativo nacional.

Para lançarmos luz mais cuidadosamente sobre a fundação do PDC brasileiro, vemos relevância na discussão sobre aquele problemático contexto político nacional. Sendo assim, diríamos que é fundamental ter em conta que, apesar da ditadura de Vargas ter conseguido, por um bom tempo, impedir o surgimento de partidos políticos, este seu propósito não logrou uma longa duração. Afinal, um modelo de Estado que, para muitos, era facilmente identificável com o fascismo possuía, depois da vitória dos Aliados na Segunda Guerra

---

<sup>14</sup> Entre 1950 e 1954, o PDC contava, de início, com 2 deputados; entre 1954 e 1958, passou a 7. Entre 1962 e 1966 sua bancada de 20 deputados era inferior ao PSD que detinha 118 cadeiras, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 117, e à UDN, que possuía 91 deputados.

Mundial, cada vez menos condições de se manter. Isto se dava, em alguma medida, porque este Estado, forçosamente ou não, havia enviado tropas para combater ao lado das potências democráticas liberais capitalistas, justamente contra o totalitarismo europeu. Todavia, o fim da ditadura varguista deveria, na ótica dos que apoiavam o Estado Novo, ser cuidadosamente orquestrado e não se dar ao ritmo de uma música que poderia comprometer o exercício de seu poder político. As possibilidades de organização popular, que davam já os seus acordes, e num tom que não agradava aos ouvidos de uma elite política acostumada em impor seus projetos de forma autoritária, eram vistas como uma real ameaça. A partitura, a muito custo, foi elaborada. “O descontentamento popular deveria ser esvaziado, absorvendo sua liderança e tentando conseguir uma burocratização de suas demandas através de instrumentos de repressão pacífica como aqueles fornecidos pelo Estado patrimonial e cartorial” (DREIFUSS, 1981, p. 26).<sup>15</sup> Portanto, antes de deixar formalmente o Executivo, os estadonovistas procuraram compor uma disciplinada harmonia, possuidora de aspectos que são entendidos por nós como notadamente populistas e que buscavam controlar algum possível processo de aprofundamento da politização da sociedade brasileira, o que seguramente limitaria ainda

---

<sup>15</sup> Durante nosso texto, surgem muitas referências a *1964 : a conquista do estado : ação política, poder e golpe de classe* de René Armand Dreifuss, doravante Dreifuss, (DREIFUSS, 1981), por isso alguns comentários sobre a obra: o autor analisa como empresários brasileiros e internacionais teriam articulado, através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Complexo IPES/IBAD), a derrubada do governo de João Belchior Goulart em 1964; a pesquisa, amplamente documentada, aplica o pressuposto de Antonio Gramsci sobre intelectual orgânico – no caso, estes seriam os empresários mais conscientes de sua papel na luta de classes – como forma de explicar a adesão empresarial e, mesmo, das classes médias, à linha golpista. Voltando a questão da construção do sistema partidário brasileiro em 1945, na mesma linha interpretativa, e a partir de referenciais teóricos que não os de Dreifuss, temos Campello de Souza. Para ela, “o advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária do Estado” (SOUZA, 1983 [1976], p. 106) (Ver também *Idem*, 1985, pp. 91 e 92). Candido Mendes conclui algo que se aproxima disso: “O Estado Novo invade o nosso imaginário social num corte assumido com as instituições anteriores” (MENDES, 1992, p. 53). Outro autor, Fernando Luiz Abrucio, considera, para o período, que “a Presidência se tornou o centro nevrálgico da estrutura burocrática que dava suporte ao estado desenvolvimentista, tendo grande importância na coordenação da arena decisória governamental” (ABRUCIO, 1998, p. 49). Sobre o assunto ver também: (CALIL, 2001, p. 88), (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 34), (SAES, 1985, p. 101), (MENDONÇA, 1996, p. 287), (SILVA, 2000, pp. 218 e 219), (SOARES, 1973, p. 69) e (WEFFORT, 1978 [1967], p. 76).

mais as suas margens de manobra política. Em certo sentido conseguiram seu intento, vide a pouca alternância política do período, pois o Partido Social Democrático (PSD) e PTB apenas saíram do Executivo federal no governo Jânio Quadros, ou seja, por pouco mais de seis meses. Para atuar nestes imbricados acontecimentos ligados à abertura democrática, os agentes políticos vinculados ao Estado Novo intentaram estabelecer “um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB” (*Idem*, p. 27).<sup>16</sup> Era nessa quadra histórica de pouca mobilidade que o PDC buscava espaço para solidificar sua proposta de Terceira Via no quadro político-partidário nacional, e, portanto, não nos admira que tenha demorado até o início dos anos sessenta para adquirir alguma expressividade entre os eleitores em nível nacional.

Novamente tratemos do momento em que surgiu o PDC brasileiro. Nesse sentido, destacamos que, para além do pólo organizado pelo jurista Antônio Cesarino Júnior, o partido também contou, no momento de sua fundação, com a fusão do pequeno Partido Popular, que era organizado a partir do Rio de Janeiro, pelo jornalista Osório Lopes. Este pequeno partido foi formado com motivações ligadas ao sucesso da Terceira Via na Itália resultante do desempenho eleitoral da DCI no pós Segunda Guerra. Mas, como o próprio nome demonstra, buscou raízes em uma vertente vinda do Partido Popular Italiano, criado em 1919, por Dom Luigi Sturzo (BUNETTO, 1998, p. 62). Outro agrupamento político que se fundiu ao PDC por aquele período foi o embrião do Partido Republicano Democrático que “formando-se a partir de São Paulo, era composto por um reduzido número de membros [que] mantinham vínculos de amizade com lideranças do Partido Popular, o que favoreceu a sua agregação ao PDC”

---

<sup>16</sup> A respeito disso, Campello de Souza assim se posiciona: “A estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró-varguismo) e não por clivagens sócio-econômicas nítidas” (SOUZA, 1983 [1976], pp. 41-42) (Ver também *Idem*, 1985, p. 94) e (BENEVIDES, 1989, p. 31).

(*Idem*, p. 64). Como elemento unificador desses diversos grupos, *grosso modo*, podemos dizer que estes políticos visavam se aproximar dos pressupostos da Terceira Via democrata cristã, pretendo tornar-se galvanizadores das reservas de energia da Igreja, bem como transmitir estas reservas a amplos setores sociais (VIANNA, 1981 [1978], p. 146).

O discurso de Manuel Vitor de Azevedo, deputado constituinte eleito pelo PDC paulista,<sup>17</sup> na primeira sessão da Assembléia Constituinte, a 6 de fevereiro de 1946, é demonstrativo dessa busca em representar os anseios de um eleitorado que, aos olhos destes políticos, definiria seu posicionamento eleitoral por conta de sua posição religiosa. Diante desse quadro, disse o deputado a seus colegas: “trago-vos a representação legítima de milhares de católicos. [...] Minha missão continua, agora, no propósito de cristianizar a lei” (AAC (Anais da Assembléia Constituinte de 1946), 1946, Vol. 1, p. 52). Na nossa compreensão, era a busca dessa galvanização, como capital político, o caminho mais plausível para quem não encontrava espaço nos grandes partidos daquele período, dada a própria dinâmica do processo eleitoral existente. Afinal, à época, o PSD tinha um razoável controle sobre as classes subalternas camponesas, o PTB vinha se apoiando nas classes populares urbanas, e a UDN, articulava praticamente todos os oposicionistas àquele *modus operandi* do sistema partidário brasileiro.<sup>18</sup>

Outro elemento que dificultava um melhor tónus eleitoral da Terceira Via do PDC, nestes inícios da democratização, foi a negativa da Igreja Católica em sustentar este partido

---

<sup>17</sup> O outro deputado constituinte pedecista foi o então presidente nacional do partido, Padre Alfredo Arruda Câmara, eleito em Pernambuco. Uma boa referência à atuação política destes dois constituintes, bem como dos demais, é a dissertação de mestrado de Sérgio Soares Braga “*Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*” (BRAGA, 1996b). Foi de Alfredo Arruda Câmara a “emenda [constitucional] (sem número) estabelecendo a necessidade de prévia e justa indenização **em dinheiro** em caso de desapropriação por interesse social (emenda aprovada)” (*Idem*, p. 378, grifos no original).

<sup>18</sup> Adotamos, por sistema partidário, o entendimento elaborado por Campello de Souza. Para esta autora, o sistema partidário “delinea como objeto de interesse o conjunto de relações dos diversos partidos entre si, com o corpo eleitoral e com os grupos de interesse, por um lado, e com os diversos aparatos que compõem o Estado, em sentido estrito, por outro” (SOUZA, 1983 [1976], p. 43).

com seu apoio político. Afinal, “a maioria do bispado, ciosa de sua autoridade, opunha-se a ligação da Igreja ao nascente PDC, temendo que o partido, com seu possível crescimento, viesse desafiar e comprometer a sua posição hierárquica” (BUSETTO, 1998, p. 60) (Ver também CARONE, 1985b, p. 329). Além do que, a disposição da cúpula do clero brasileiro pareceu estar mais atenta a se imbricar com as forças mais conservadoras do que com um agrupamento vinculado à Terceira Via, o qual poderia, como de fato ocorreu, ganhar um sentido fortemente reformista, comprometendo as relações eclesiais com as elites políticas dominantes (BUSETTO, 1998, p. 60). Quanto às eleições, a estratégia da Igreja Católica foi através da LEC, com a qual se buscava estar fora a cima dos partidos, apoiando, é claro, candidatos de diversas agremiações e que se comprometessem com as posições do alto clero (CARNEIRO JÚNIOR, 2000, p. 99) (Ver também VIANNA, 1981 [1978], p. 138).

Entretanto, se no Brasil, nestes primeiros momentos, o PDC não se constituiu como uma força política de relevância, ao contrário do que aconteceria posteriormente, evidenciamos que no Chile da década de sessenta – vide a conquista da Presidência da República, em 1964, com Eduardo Frei – a DC obteve melhores condições para um efetivo fortalecimento de sua Terceira Via.

Temos uma indicação da formulação das propostas da Terceira Via organizada em partido, no Chile, se nos reportarmos, como já vimos, à década de trinta, vinte anos antes da formação do PDC. Ainda em 1937, os líderes da Juventude do Partido Conservador (Ignacio Palma, Jorge Rogers, Manuel Garretón, o próprio Eduardo Frei e Bernardo Leighton) romperam com seu partido, fundando a FN. Averiguamos que tal organização política fundamentava-se na Terceira Via, expondo que se baseava nos princípios do pensamento cristão que não estariam nem no comunismo, nem no capitalismo. Defendia uma sociedade que não seria individualista ou coletivista, mas baseada nos preceitos da co-propriedade.

Visava lutar contra os comunistas, os nazistas e os socialistas. De nossa parte, entretanto, pensamos não ser descabido localizar tal organismo político como relativamente próximo, em alguns aspectos, da Falange Espanhola. Para debatermos esta questão, resgatamos a clássica obra sobre o PDC chileno, *El Partido Democrata Cristiano chileno*, de George Grayson Júnior (GRAYSON, 1967?),<sup>19</sup> posto que ela nos servirá como importante ponto de aproximação aos pedecistas deste país. Sendo assim, tal autor indica que o líder Manuel Garretón esteve na Europa, ainda em 1934, e, ao regressar ao Chile, “*había hablado de Mussolini como de un gigante, e del fascismo como el más interesante sistema para estudiar, el mayor intento de remediar los males del régimen democrático-liberal*” (GRAYSON, 1967?, pp. 145 - 146). A similitude indicada fica, por certo, um pouco mais clara, se olharmos para a estrutura organizacional que esteve presente, de início, entre os falangistas chilenos: “*Bajo su mirada cuidadosa, [de Jorge Rogers] los jóvenes recibieron uniformes y se estructuraram en equipos (cuatro falangistas), secciones (cuatro equipos) y grupos (cuatro secciones). A la cabeza de cada grupo se hallaba un ‘brigader’, siendo el grupo la mayor unidad en la estructura militarizada de la Falange*” (*Idem*, p. 146).<sup>20</sup> Mas faltariamos com a verdade se ocultássemos que os líderes Eduardo Frei, Radomiro Tomic e Bernardo Leighton, de começo, questionaram o caráter fortemente corporativo-militar de sua organização, conseguindo afasta-lo da FN.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Este trabalho foi localizado no arquivo do PDC em Santiago, no Chile. Foi a obra mais completa sobre o PDC chileno que encontramos e, apesar de ser fortemente documentada com fontes do partido (programa, regimento e estatuto), entrevistas com pedecistas, produções teóricas de democratas cristão, em certos momentos notamos um caráter apologético da DC.

<sup>20</sup> Esta constatação também é feita por Busetto com estas palavras: “os próprios organizadores da Democracia Cristã latino-americana tinham defendido anteriormente posições políticas autoritárias que persistiam ainda fortemente arraigadas no seio dos grupos dirigentes do nosso continente” (BUSETTO, 1998, p. 16). E, mais adiante, ainda sobre os democratas cristãos latino-americanos: “durante boa parcela do tempo hesitaram em graus de intensidade diferenciados entre os pressupostos político-ideológicos do corporativismo autoritário e os princípios de uma política democrática de inspiração cristã e reformista” (*Idem*, p. 22).

<sup>21</sup> Num antigo trabalho sobre a América Latina, John Gunther entende que “a falange chilena não tem nenhuma ligação com a Falange Espanhola, sendo a coincidência de nomes produto de simples acaso, segundo

Porém, evidenciemos que, até o início dos anos cinquenta, apesar dos falangistas terem concorrido a todas as eleições nacionais, atingiram pouca expressividade nas urnas. Foi somente a partir deste decênio que outra situação começou a se configurar:

*Durante la década de 1950, el socialcristianismo chileno se convirtió en un partido con vasta influencia popular. Para enfrentar la candidatura presidencial de Ibañez en 1952 intentó levantar una coalición de centro-izquierda con el Partido Radical, llegando Frei a la última vuelta, pero el PR quebró la alianza. En 1953, fue criada la Federación Socialcristiana con la Falange Nacional y el nuevo grupo escindido del conservantismo – liderado por Horacio Walker, Pablo Larrain, Pedro Undurraga y Jorge Mardones Restat – Partido Conservador Socialcristiano, los cuales se fusionaron en julio de 1957, dando nacimiento al Partido Demócrata Cristiano (VITALE, 1999, p. 114) (Ver también SILVA, 2000, p. 230).*

Estava fundado o mais importante partido político que visaria implantar os pressupostos da Terceira Via democrata cristã na América Latina. E, com efeito, cabe ressaltar que este PDC sintonizava-se profundamente com as propostas de seus congêneres no Velho e no Novo Mundo.<sup>22</sup> Demonstra isso sua declaração de que veio “*para transformar desde dentro, por métodos democráticos y legales [...] las estructuras establecidas por un liberalismo individualista o por el totalitarismo coletivista*” (GRAYSON, 1967?, p. 313).

Todavia, tem lugar, agora, um destaque nosso. Se tivermos em mente que, tanto para o Chile como para o Brasil, esteve evidente, entre os pedecistas, a proposta de construir uma alternativa política ao capitalismo e ao socialismo, identificamos, em ambos os casos, muito

---

afirma o seu chefe. Na realidade, Bernardo Leighton escolheu o título de seu partido em 1935, muito antes de Franco e Serranos Suñer o adotarem”; mas o mesmo autor indica que “apesar disso a maioria do povo acusa-o de simpático aos fascistas” (GUNTHER, 1942, pp. 270-271). De nossa parte, entendemos que esta é uma questão não resolvida e que poderia interessar a uma pesquisa posterior. Quanto ao caso brasileiro, a organização política recorrentemente apontada como fascista é a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado e que existiu entre os anos 1932 e 1937. Hélgio Trindade, no seu livro que é referência sobre o tema, *Integralismo : o fascismo brasileiro na década de 30*, analisa a gênese das propostas integralistas e considerara a AIB o grande partido fascista no Brasil; curiosamente, este autor aponta que Plínio Salgado, em aproximação com a experiência de Manuel Garretón, conhecia e estudava a experiência fascista italiana, chegando, inclusive, a entrevistar Benito Mussolini em 1930 e a declarar sua admiração por este regime (TRINDADE, 1974, p. 83). O tema do integralismo também é abordado pelo já referido trabalho de Gilberto Grassi Calil, só que para o período 1945-1950 (CALIL, 2001); outrossim, tem importância sobre o assunto o texto de Marilena de Souza Chauí *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira* (CHAUÍ, 1985).

<sup>22</sup> Luis Cruz Salas compreende que o PDC chileno era um partido de centro. Seria “*un partido de 'jóvenes', con una forte base en las Universidades. Su base social se amplía a partir de fines de los años 50 con la incorporación de pobladores y más tarde de campesinos, sobre todo cuando el PDC llegue al gobierno*” (SALAS, 1999 p. 403). Tinha, portanto, uma composição social muito próxima daquela que Margot Lyon aponta para os tempos iniciais da DCI (LYON, 1967, p. 84).

mais um combate decidido às reivindicações populares, casos estas não se acomodassem na ordem institucional constituída, do que um questionamento ao capitalismo vigente. Tal ocorrência pode ser bem averiguada se observarmos alguns posicionamentos políticos de pedecistas brasileiros e chilenos.

No Brasil, por exemplo, não esqueçamos que os membros do PDC estiveram, pelo menos até 1955, muito próximos à UDN e na sustentação de suas propostas conservadoras. Uma boa demonstração disto foi o partido apoiar, como indica Maria Victoria de Mesquita Benevides, doravante Benevides, a proposta de previdência social udenista que “manteria a exclusão dos trabalhadores rurais e domésticos do sistema previdenciário e limitaria a participação [dos trabalhadores] nos níveis decisórios das instituições” (BENEVIDES, 1981, p. 189); ressalte-se que tal posicionamento estava em choque com o programa partidário de 1945. Outro elemento que reforça esta nossa posição foi o exacerbado anticomunismo presente nas posições do deputado Padre Alfredo Arruda Câmara, doravante Arruda Câmara. A 15 de março de 1946, por exemplo, em um discurso que ocupa dez páginas nos Anais da Assembléia Constituinte, este pedecista usou somente meia página para criticar o capitalismo e outras quatro para atacar o comunismo (AAC, 1946, Vol. 4, 1946);<sup>23</sup> provavelmente, seus interesses políticos faziam com que o referido dirigente partidário se esquecesse de que o regime econômico de seu país era o capitalismo e que o socialismo estava sendo aplicado por governos a quilômetros de distância daqui. Em outro acalorado debate sobre o alardeado fato do eminente líder do Partido Comunista, Senador Luís Carlos Prestes, supostamente ter dito que, caso houvesse uma guerra entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

---

<sup>23</sup> Em 17 de janeiro de 1945, o deputado Arruda Câmara foi claro em seu anticomunismo. Disse ele: “me orgulho de ter sido classificado como o inimigo nº 1 do comunismo e da Rússia Soviética, preconizando e votando todas as medidas de combate ao extremismo vermelho [...] Assim é que o fechamento da Juventude Vermelha, o cancelamento do registro do Partido Comunista, a cassação dos mandatos dos representantes marxistas, o rompimento de relações diplomáticas com a Rússia, foram todas medidas que contavam com meu apoio decisivo e sincero” (ACD, 1962 [1945], Vol. 2, p. 575).

(URSS), defenderia o Estado operário, o citado deputado pedecista chegou, no dia 27 de março de 1946, a expor que “o Diabo era comunista” (AAC, 1947 [1946], Vol. 5, p. 303). Provavelmente o deputado imaginava que ligar a defesa do Estado operário soviético com a tentação diabólica, era uma eficaz forma de combater o comunismo num momento em que a Guerra Fria passava a habitar cada vez mais o imaginário político internacional.

Salientamos que este ululante anticomunismo de Arruda Câmara, por vezes o aproximava das posturas dos integralistas que agora formavam quadros junto ao Partido de Representação Popular. Um vez que “o anticomunismo foi efetivamente o grande elemento mobilizador da AIB [Ação Integralista Brasileira]” (CALIL, 2001, p. 35), a análise dos discursos deste deputado indica que este era também o grande agente mobilizador de suas posições, sendo que eram recorrentes as saudações e complementos que ele fazia às falas anticomunistas de Plínio Salgado no Congresso Nacional, principalmente quando da discussão, levantada em 1961, durante o governo Jânio Quadros, sobre o reatamento das relações diplomáticas com as URSS (Anais da Câmara dos Deputados (ACD), 1964 [1961], Vol. 12, p. 308). Isso demonstra que seu posicionamento não era marcado apenas por fisiologismo, posto que, apesar de Arruda Câmara formar a base de apoio de Jânio Quadros, e este queria o dito reatamento, o deputado não recuava em sua postura.

Para o Chile, tivemos o PDC, quando no governo, reprimindo duramente as mobilizações populares, como foi o caso dos mineiros de El Salvador, em 1966, e dos protestos de sem-tetos, em Puerto Montt, em 1969 (VITALE, 1999, p. 143). Ainda nesse sentido, apesar de não fazer parte das reflexões centrais deste capítulo, intentaríamos lembrar o apoio que os dois PDC deram a golpes militares de características políticas semelhantes, ocorridos em 1964 e 1973, respectivamente, no Brasil e no Chile.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> O relacionamento dos pedecistas brasileiros com a ditadura e o regime militar será analisado em capítulo posterior. Quanto ao caso chileno. Emir Simão Sader expõe que para que o golpe de 1973 pudesse

Outra questão entendida por nós como importante é a verificação de que, a partir da consecução do PDC chileno, se compararmos a ascensão a cargos eletivos dos partidos nos dois países em foco, observamos que elas tiveram expressividade diversa. Mesmo entendendo que o PDC brasileiro esteve em franco crescimento a partir de 1954, este fenômeno foi menos relevante se comparado às conquistas que os pedecistas chilenos galgaram apenas sete anos depois de constituírem o seu partido. Antes de refletirmos sobre questões acerca da diferença na ascensão aos cargos eletivos, é imprescindível iniciarmos um debate sobre como, nestes países, as propostas de Terceira Via destes partidos se articulariam com uma categoria, muito utilizada por intérpretes que se dedicam à história política latino-americana: a do *populismo*.

## 2.2. Populismo: Virtudes e Vicissitudes desta Categoria Analítica

Ao tratarmos de história política na América Latina, diversos são os confrontos teóricos e metodológicos. Se aportarmos nestas discussões, entre os termos mais polissêmicos que veremos, certamente *populismo* ocupa um lugar de prestígio. Deparando-se com este problema, um pesquisador já chegou a afirmar ser este termo uma difusa categoria que serve “como verdadeira panacéia da ciência política brasileira” (VIANNA, 1981 [1978], p. 155).<sup>25</sup>

---

ocorrer. associaram-se às Forças Armadas o PDC, o Partido Nacional e o movimento ultradiretista Pátria e Liberdade (SADER, 1991, p. 67). Em outro livro, o mesmo autor, em referência ao golpe de Augusto Pinochet, indica que o PDC “colaborou ativamente para a desestabilização do governo Allende e de toda a armação institucional da democracia parlamentar. O telefonema que recebeu Pinochet poucos dias depois de 11 de setembro de 1973, anunciando sua disponibilidade para assumir a magistratura suprema do país novamente, era a voz inconfundível de [Eduardo] Frei” (*Idem*, 1984, p. 15).

<sup>25</sup> Sobre esta questão, Angela Maria de Castro Gomes assim se refere: “convém observar que se trata de um conceito [populismo] com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamando de cultura política nacional”: o conceito teria deslizado da academia para a retórica popular comum (GOMES, 2001, p. 20). Capelato aponta: “Os críticos do conceito salientam a imprecisão do vocábulo e a multiplicidade de fenômenos heterogêneos que ele abarca. Considero que os modelos e tipologias construídos por cientistas sociais (sociólogos e cientistas políticos especialmente) para caracterizar o populismo latino-americano trouxeram grande contribuição para o estudo do problema, mas não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais” (CAPELATO, 2001, p. 132).

Contudo, um termo tão disseminado entre os estudiosos da política latino-americana não poderia ter seu debate deixado de lado por alguém que, como nós, pretende compreender alguma faceta do espectro político deste continente entre os anos 1940 e 1960.<sup>26</sup> Vamos, então, nos posicionar face ao modo como reconhecidos pesquisadores entendem o populismo para que depois possamos indicar como nos apropriaremos da categoria.

Partamos da definição proposta por Ludovico Incisa, doravante Incisa, feita em importante dicionário político; ele compreende por populistas “as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes” (INCISA, 1999, p. 980). Haveria, para o autor, três categorias de movimentos populistas: nacional-populistas (fascismo, nacional-socialismo, Guarda de Ferro romena, peronismo e vários movimentos militaristas como, por exemplo, no Egito, o nasserismo), populistas revolucionários (stalinista e castrista) e populistas democráticos ou pluralistas (democracia jacksoniana americana, sistema democrático israelense e, na Índia, o gandhismo).

Vale notificarmos que o pesquisador aqui focado, quando se refere a possíveis relações entre as propostas da DC e o populismo, estabelece o seguinte: “o populismo se distingue dos movimentos de inspiração democrático-cristã. Isso não só por que tais

---

<sup>26</sup> Alguns pesquisadores sequer limitam o uso deste termo para estes marcos cronológicos. Décio Saes, por exemplo, indica a existência de um populismo neoliberal: “o novo populismo postula que o ‘governo’ desmantele o ‘Estado’ identificado como o principal responsável pela desigualdade socioeconômica vigente, em razão de sua ineficácia, de sua improdutividade e de seu parasitismo. Essa retórica populista neoliberal – presente no discurso de Menem, Salinas, Collor e Fernando Henrique Cardoso – defende a restauração do mercado e a limitação máxima do intervencionismo estatal, não mais em nome da liberdade individual (como no liberalismo antipopulista) e sim em nome justamente do bem-estar material das massas trabalhadoras” (SAES, 2001, p. 78). Armando Boito Júnior, nesta mesma linha, indica: “Ao contrário do que afirma ou sugere a maioria dos autores, o populismo, no Brasil, não surge apenas em 1930 e nem desaparece com o golpe militar de 1964. O que ocorre é que o período de 1930-1964 é o único período da história do Brasil no qual a política populista afirma-se como elemento específico definidor da política de desenvolvimento do Estado (burguês) brasileiro” (BOITO, 1982, pp. 21 e 22).

movimentos apresentam interpretações teóricas orgânicas, mas também por que o populismo não se inspira em qualquer realidade religiosa transcendente. O deus do populismo é o próprio povo. [...] Mas também não se pode negar que alguns movimentos democráticos-cristãos se harmonizam, em determinadas circunstâncias, com comportamentos de tipo populista” (*Idem*, p. 984).

Notamos que, desta forma, para Incisa existe um certo espaço de movimentação que poderia servir para que a inter-relação entre populismo e DC viesse a ser feita. Assim, se resolvêssemos adotar a perspectiva deste autor, poderíamos entender o PDC chileno como tendo a clara possibilidade de ser considerado portador de elementos populistas, pois, em 1964, no seu programa de governo, “*llama a todos los chilenos – hombres, mujeres, niños – sin distinciones religiosas o de clase, que estén dispuestos para luchar democráticamente por un nuevo orden social fundado en la fraternidad y en la justicia*” (GRAYSON, 1967?, p. 336). Temos, destarte, no discurso pedecista, os caracteres de cunho religioso e de classe sendo sobrepostos pelo caráter conciliador de classes, o que consubstancia outro ponto levantado por Incisa para caracterizar o populismo.<sup>27</sup> E, mais, ao evidenciarmos que os pedecistas chilenos afirmaram visar a criação de uma nova ordem social, ou seja, transformar o *establishment*, eles são facilmente aproximados da definição que o autor aqui debatido propõe sobre populismo. Nesta situação, para nós não seria difícil classificar a situação do PDC chileno como marcada por elementos identificáveis com o populismo, mais apropriadamente nas suas variações democrático ou pluralista.

No caso do PDC brasileiro, que teria, segundo seu programa de 1961, como um dos seus objetivos “conciliar, no campo econômico-financeiro, o exercício da livre iniciativa e o uso da propriedade privada, com as exigências do bem comum social e do direito à igualdade

---

<sup>27</sup> Nas palavras do autor: “o populismo exclui a luta de classes: é fundamentalmente conciliador e espera transformar o *establishment*: é raramente revolucionário” (INCISA. 1999. p. 981, grifos no original).

de oportunidades que deve ser garantido a cada brasileiro, para realizar seu bem-estar individual” (PDC, 1981 [1961], p. 472), poderíamos, sob os pressupostos deste autor, tranqüilamente entendê-lo como portador de um caráter notadamente populista.

Entretanto, vemos nas apreciações de Incisa um conteúdo muito amplo dado ao termo, pois a referência ao povo, da forma como o autor expressa, é um artifício discursivo que a imensa maioria dos políticos latino-americanos, e mesmo do mundo, na nossa ótica, lança mão, ao menos nos momentos de crise, a fim de continuar mantendo um controle político suficiente sobre o aparelho de Estado. Sendo assim, nos parece que, se adotássemos o seu conceito, correríamos o risco de acabar dissolvendo o termo populismo em uma diversidade muito ampla de quadros históricos.

Outra importante análise feita sobre o problema aqui abordado é a de Alain Touraine em seu trabalho *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Nesta obra, é identificado que nas sociedades onde a modernização é, em grande medida, importada, surge a vontade política de se estabelecer um desenvolvimento que se contraponha à dependência externa e que mantenha ou regenere as características fundamentais da identidade nacional. Em suas palavras, o fenômeno ocorreria nos seguintes moldes:

Contra a prioridade dada aos investimentos, aparece a insistência na participação social e na integração da sociedade nacional. O *populismo* é essa reação, de tipo nacional, a uma modernização que é dirigida de fora. Seu tema central é rejeitar as rupturas impostas pela acumulação capitalista ou socialista, é compensar a modernização induzida através de um aumento do controle coletivo das mudanças econômicas e técnicas. Em resumo, é manter ou recriar uma identidade coletiva através de transformações econômicas que são aceitas e rejeitadas ao mesmo tempo (TOURAINÉ, 1989, p. 185).

Alain Touraine faz um verdadeiro mapa dos governos e das forças que classifica como populistas na América Latina; usa como uma das variáveis desta categoria o termo nacional-popular. Ao se defrontar com o caso chileno, o autor indica que “o governo democrata-cristão de Eduardo Frei, no Chile (1964-1970), é também um exemplo de governo nacional-popular” (*Idem*, p. 205). Entretanto, este pesquisador desautoriza uma extensa gama de pesquisas sobre

o tema, ao afirmar que o Brasil não conheceu um regime, em nível nacional, vinculado às práticas populistas; aqui, teriam ocorrido apenas experiências populistas regionais, principalmente em Pernambuco, com Miguel Arraes, e no Rio Grande do Sul, com Leonel de Moura Brizola (*Idem*, p. 198). Na nossa visão, porém, ao contrário do que expressa este autor, identificamos que a política brasileira, por aproximadamente três décadas, esteve imersa em um sistema político onde são identificadas práticas políticas profundamente identificáveis com o populismo, como veremos a seguir.

Francisco Corrêa Weffort, doravante Weffort, seguramente é um dos pesquisadores brasileiros que mais acuradamente se dedicou ao populismo. Sua principal obra em que o tema foi tratado é *O populismo na política brasileira* (WEFFORT, 1978 [1967]).<sup>28</sup> Neste trabalho, ele entende tal fenômeno com a seguinte perspectiva:

O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava ameaçado (WEFFORT, 1978 [1967], pp. 62 - 63).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Importantes críticas às concepções de Weffort sobre o populismo são feitas na já citada coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica*. Angela Maria de Castro Gomes, em artigo aqui já referido, expressa que Weffort, apesar de indicar a noção de que houve participação política dos trabalhadores no período iniciado por volta de 30, não investe como deveria nessa modulação, nem ele, nem os muitos outros que seguem suas pegadas (GOMES, 2001, p. 34). Daniel Aarão Reis Filho, no artigo *O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*, faz uma dura crítica a Weffort indicando que o autor partiria de uma premissa equivocada a qual o levaria a elaborar a hipótese da ‘manipulação’ do movimento operário: a de que as condições históricas brasileiras impediriam o surgimento de um partido operário de massas que fosse possuidor de uma verdadeira ideologia socialista que colocasse a tona a luta de classes (REIS, 2001, p. 372); Daniel Aarão Reis Filho indaga e responde: “poderia alguma sociedade, em qualquer tempo e em qualquer lugar, criar um partido operário imune às condições de sua própria formação histórica? [...] Não, decididamente não, nenhum partido operário ficará imune às suas condições históricas de formação” (REIS, 2001, pp. 372 – 373). Jorge Ferreira, no artigo *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*, além de endossar os aspectos levantados nos dois trabalhos que citamos, indica que existe na obra de Weffort, por conta das limitações da época em que foi escrita, 1967, “uma época em que se acreditava que os atores sociais tinham ‘vontade própria’”. Por isso Weffort, por conta de sua ortodoxia, esperaria da burguesia e do proletariado comportamentos políticos que não se consubstanciaram na história brasileira (FERREIRA, 2001, pp. 75 e 76).

<sup>29</sup> Campello de Souza segue a mesma linha que Weffort: “Na literatura brasileira convencionou-se chamar ‘ciclo populista’ o período da história do Brasil que se estende de 1946 a 1964, no qual a passagem da política de ‘notáveis’ para a política de ‘massas’ dentro de um quadro constitucional liberal representativo é realizada através de mecanismos institucionais e ideológicos que obscurecem interesses de classe, apagam sua identidade e impedem sua ação política autônoma” (SOUZA, 1985, p. 73). Dreifuss, provavelmente, numa tentativa de aproximar Weffort à Antonio Gramsci, assim expressa o que seria populismo: “o bloco histórico

Certamente, a aplicação desta categoria teria uma eficácia explicativa muito grande para a história política brasileira, e mesmo para a de outros países latino-americanos, como a Argentina de Juan Domingo Perón e o México de Lázaro Cárdenas (PRADO, 1985). Entendemos como sendo muito pertinente a sua consideração sobre as massas populares que, no populismo, encontrariam espaço para expor suas insatisfações.

Entretanto, dois pontos não permitem que nos apropriemos de maneira integral das elaborações de Weffort. Primeiro porque suas considerações são conhecidas por indicarem um caminho que leva ao pressuposto da existência de uma espécie de “vazio de poder”,<sup>30</sup> surgido com a crise da oligarquia na década de trinta, que permitiria o surgimento do Estado populista. Tais entendimentos nos deixam pouco à vontade para a análise mais geral das questões relativas ao processo político latino-americano, afinal, este é visto por nós como sendo marcado muito mais pela incessante luta política de grupos visando à ocupação dos espaços decisórios do que por lacunas nas disputas pelo poder. O segundo ponto de divergência diz respeito a seguinte consideração: “A persistência do esquema de poder vigente na fase ditatorial se expressa [...] no fato de que o sistema de partidos – os quais de

---

construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo tendo sido a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista” (DREIFUSS, 1981, p. 43).

<sup>30</sup> Para este autor, “a participação política das classes populares, tem muito a ver com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado” (WEFFORT, 1978 [1967], p. 63). Desta forma “o chefe de Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso” (*Idem*, p. 69, grifos no original). Marilena Chauí, em trabalho já citado, critica esse demasiado papel político definidor dado ao Estado. Para a autora, nessas abordagens: “O Estado surge, pois, como o único agente político e como o único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituir-las como classes do sistema capitalista (explicitando, portanto, a contradição capital-trabalho). O Estado cumpre essa tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico do Brasil” (CHAUÍ, 1985, pp. 20 e 21).

resto têm muito pouca autonomia em relação ao Executivo – se baseia em duas agrupações [PSD e PTB] criadas pelo próprio Vargas ao término do regime ditatorial, as quais nada mais serão que a tradução nos termos da nova linguagem política do compromisso social em que a ditadura se apoiara” (WEFFORT, 1978 [1967], p. 76). Por mais que aceitemos a noção de que os estado-novistas fizeram tudo o que puderam para articular a continuidade de seu esquema de poder pós 1945, este esquema não pode resistir às contingências históricas, pois o próprio sistema partidário brasileiro, a partir de meados dos anos cinquenta, constituiu o dito processo de realinhamento, o qual será analisado mais detidamente adiante.

Tendo em vista outros pesquisadores do assunto, salientamos dois importantes historiadores chilenos contemporâneos, Julio Pinto e Gabriel Salazar. Em recente trabalho conjunto, eles identificam na história política de seu país a emergência de um fenômeno que qualificam como populismo. Desta feita, a decadência do desenvolvimento econômico pela qual o Chile passou, o que fica expresso nas crises de 1955, 1962-1963 e 1967-1968, conformou esta maneira de condução dos assuntos públicos. Para estes autores, tal processo teve as seguintes características:

*El fatídico fantasma de la ‘decadencia’ sólo podía ser expulsado – al parecer – con una movilización nacional de las propias masas. Era necesario que los pobres vapulearan por sí mismos las ‘moscas’ de la decadencia. De modo que, en vez de integrarlos al ‘estándar’ socio-económico (o cultural) del desarrollo, era preferible integrarlos a la movilización política radical, total, contra el subdesarrollo. La responsabilidad, así, pasaba de la CPC [Clase Política Civil] y del Estado a las propias masas, pero no se les entregó, junto con eso, la ‘conducción’ del proceso (PINTO; SALAZAR, 1999, p. 163, grifos no original).*

Esses dois autores entendem que a aplicação da Terceira Via pelo governo do PDC, no Chile, teve características marcadamente populistas, principalmente no que toca a sua política de Promoção Popular – a qual voltaremos a tratar adiante – que visava, como programa de governo, incluir no processo social, político e econômico setores marginalizados da sociedade. Porém, apesar de se apresentarem como importantíssimas para a análise da conjuntura de seu país, entendemos que suas contribuições, por haverem apenas se restringido

à realidade chilena, não são suficientemente eficazes teórico-metodologicamente para a abordagem comparativa que buscamos fazer entre o caso chileno e o brasileiro.

Gostaríamos de evidenciar outro importante cientista social brasileiro, Octavio Ianni, doravante Ianni, principalmente em seu trabalho que trata do Brasil, da Argentina e do México, qual seja, *A formação do estado populista na América Latina* (IANNI, 1991 [1975]).<sup>31</sup> As formulações desse pesquisador, nesta obra, nos fornecem elementos teórico-metodológicos importantes para efetivarmos a comparação entre as relações da Terceira Via dos PDC, no Brasil e no Chile, com a forma como nos apropriamos da categoria aqui discutida. Para este autor,

[...] ao analisar comparativamente movimentos, partidos e governos populistas latino-americanos, devemos adotar uma dupla perspectiva, de modo combinado. Podemos tanto focalizar o que é peculiar a este ou aquele país, em dado momento, como o que é geral, ou significativo, para vários países ao mesmo tempo. [...] Parece-nos conveniente e indispensável combinar ambas as perspectivas. O que é peculiar a um país, em dada ocasião, pode esclarecer-se melhor no confronto com o que parece ser freqüente em distintos países, e vice-versa (*Idem*, p. 13).

Estes são, portanto, elementos por nós adotados. Seguimos este caminho porque entendemos que tanto as premissas de Terceira Via, formuladas pelos PDC, quanto o populismo, da maneira como nós o entendemos, em ambos os países, apresentaram-se como categorias que, por vezes, conforme o seu contexto temporal, constituíram, comparativamente, peculiaridades e generalidades, diferenças e semelhanças. Desta forma, justamente tal dualidade (peculiaridades-diferenças / generalidades-semelhanças) conformaria o ingrediente que nos permite construir uma melhor compreensão sobre ambas as categorias, quais sejam, a Terceira Via dos PDC e o populismo. Ainda outras formulações de Ianni vêm contribuir nessa questão. Ao se referir à diversidade histórica latino-americana, sustenta ele:

---

<sup>31</sup> Críticas sobre a forma como Ianni entende o populismo podem ser acompanhadas em *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*, de Daniel Aarão Reis Filho, ainda que não especificamente sobre o livro do autor aqui referido, mas sobre *O colapso do populismo no Brasil* (IANNI, 1968). A grande crítica feita é sobre o caráter que Ianni daria aos trabalhadores como “*massa passiva*, iludida, nas mãos de hábeis prestidigitadores, incapaz de conhecer claramente seus interesses, de construí-los e de lutar por eles” (REIS, 2001, p. 358, grifos no original).

“em perspectiva ampla, o desenvolvimento desigual e combinado é inerente tanto ao conjunto da América Latina como a cada um dos seus países, considerado isoladamente. Portanto, seria ilusório tomar a América Latina como um todo homogêneo” (*Idem*, p. 14).<sup>32</sup>

Para Ianni, a compreensão do populismo requer que o relacionemos às crises do capitalismo mundial que colocaram em xeque, na América Latina, o modelo de exportação primária, seja ele envolvido com a agricultura, a pecuária ou a mineração. Tal processo acarretaria fortes tensionamentos políticos entre os diversos grupos sociais que visam assumir o controle do Estado, que não pode mais ser conduzido apenas pela oligarquia exportadora. Todavia, nenhum dos grupos sociais teria possibilidades de, sozinho, realizar tal tarefa, sendo necessário uma aliança dos setores sociais emergentes. Mas, ao contrário do que propõe Weffort, tal aliança “resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação” (*Idem*, p. 45).<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Capelato, apesar de expressar isso num trabalho crítico ao amplo uso do populismo como categoria analítica, e para um período histórico diferente, desenvolve um raciocínio semelhante: “é possível pensar o mundo capitalista se reproduzindo contraditoriamente no tempo e no espaço. Considerando o ‘moderno’ e o ‘tradicional’ como partes constitutivas do mesmo todo onde elas se integram de forma contraditória, o período pode ser entendido como um momento específico da conjuntura histórica mundial (o período entre guerras) em que novas formas de controle social foram engendradas com vistas a preservação da ordem ameaçada por conflitos sociais. Num momento simultâneo e internacional, as sociedades européias e americanas buscam soluções específicas, adequadas a suas realidades históricas” (CAPELATO, 2001, p. 138). Joel Wolfe, em “*Pai dos pobres*” ou “*mãe dos ricos*”? : *Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo : 1930-1954*, apresenta uma formulação que ajuda no equacionamento deste problema: “Generalizar sobre populismo, entretanto, traz perigos para um estudo analítico. O discurso de um líder político (ou sistemas de propostas) necessariamente terá de ser interpretado de acordo com as suas próprias circunstâncias, ponto de vista e experiências” (WOLFE, 1994, p. 31).

<sup>33</sup> Eli Diniz analisa a configuração econômica da sociedade brasileira pós-1930, ou seja, no momento em que o poder oligárquico agro-exportador entrou em crise. Expõe a autora: “A crise do café e do setor externo seria equacionada não mais em termos de uma estratégia de preservação da preponderância do setor exportador, no conjunto da economia, mas em termos da redução da vulnerabilidade de uma economia até então atrelada ao comércio exterior para a satisfação de todas as suas necessidades internas, o que levaria a um questionamento crescente do modelo agro-exportador pelo menos em alguns de seus aspectos” (DINIZ, 1978, p. 64). Sobre o vazio de poder em 1930, Marilena de Souza Chauí assim se posiciona: “a idéia de vazio pressupõe, implicitamente, que a luta de classes não é constituinte do processo, mas um efeito em sua superfície e que só o ‘resultado’ conta: ora, uma vez que nesse ‘resultado’ verifica-se que nenhuma das classes em presença e nenhuma das frações de classe preenchem os requisitos para assenhorar-se do poder, o Estado surge como preenchimento do vazio” (CHAUÍ, 1985, p. 27). Quem melhor trabalhou a negação da tese de vazio de poder em

Quando Ianni avalia como o populismo se porta frente às diversas arenas sociais que se entrecruzam na crise estabelecida pela necessidade de uma nova relação do Estado com a economia, expressa uma formulação sobre a qual chamamos a atenção, pois ela será importante na forma como vamos nos apropriar da categoria populismo. Para o autor, o populismo:

*tende a diluir as linhas que distinguem as classes sociais e marcam os seus antagonismos, ao valorizar positivamente todas as manifestações de aliança policlassista. Em nome do nacionalismo, por um lado, e da industrialização e reforma agrária, por outro, negam-se ou minimizam-se as contradições de classe. Os movimentos, partidos e governos populistas – principalmente estes – preconizam a ‘paz social’, a ‘harmonia das classes’ ou a ‘aliança entre o capital e o trabalho (Idem, p. 160, grifos nossos).*

### **2.2.1. Proposta metodológica para o uso do populismo como categoria analítica**

Gostaríamos de iniciar este sub-capítulo com algumas perguntas cujas respostas não comportam apenas considerações estritamente acadêmicas, pois remetem, no mais das vezes, a forma como o historiador do político vincula-se a seus objetos. São elas: a) cabe ao historiador diferenciar os períodos que estuda, e quais os riscos disso? b) e para o âmbito desta pesquisa, caberia uma diferenciação entre o período 1945-1964 dos demais períodos

---

1930 foi o historiador Edgar Salvadori de Decca em *1930 : o silêncio dos vencidos : memória, história e revolução*. Para este historiador, as pesquisas acadêmicas teriam assumido a noção que os articuladores do movimento de 1930 buscaram dar ao sua ação, qual seja, de que ela não era hegemônica por nenhuma classe social e que os trabalhadores também faziam parte desta aliança. Para o autor, a compreensão de 1930 exige que voltemos nossos olhos para 1928, quando não estavam definidos os agentes políticos vencedores, pois “existiam em São Paulo pelo menos três projetos de revolução vindas de agrupamentos políticos diferentes: o Partido Democrático, os ‘tenentes’ e o Bloco Operário Camponês. Para qualquer destes setores políticos a categoria revolução, com maior ou menor intensidade, substantivava as suas propostas e definia para o conjunto do social, lugares diferentes para a criação da história, ou melhor, do futuro almejado” (DECCA, 1997 [1981], p. 81). “Se o conjunto da sociedade apresentou-se dividido no posicionamento frente a uma revolução que iria combater a oligarquia, o mesmo não aconteceu quando um outro fantasma, o do comunismo [representado, na ótica dos dominantes, pelo Bloco Operário Camponês], invadiu a cena histórica. Tanto o governo do Partido Republicano como o movimento de oposição, sob perspectivas diferentes, mobilizaram a sociedade para deprimir, desde os primeiros movimentos, a organização política da classe operária na sua luta contra o capital” (*Idem*, p. 107). Por tanto, quando se deu o movimento de 1930, o projeto revolucionário dos trabalhadores já estaria derrotado, não havendo vazio de poder, no que concordamos.

onde a ditadura não esteve em curso no nosso país (1889-1930 e 1985 até agora)?<sup>34</sup>  
Respondemos a elas entrando no debate sobre o populismo.

Todavia, de antemão expomos nossa posição de que o debate fica empobrecido se assumir uma ótica, a qual os pesquisadores da produção do conhecimento poderiam verificar a sua medida, de um certo regionalismo, o que parece ter acontecido no meio acadêmico. Afinal, considerações que sustentam o populismo como sendo, na verdade, a forma como a sociologia paulista fez com que o trabalhismo descesse a sete palmos da terra (FERREIRA, 2001, p. 121, citando Daniel Aarão Reis Filho), nós observamos com muita preocupação.

A respeito dos anos em que nosso objeto de pesquisa, o PDC brasileiro, se inseriu, temos alguns elementos que nos possibilitam indicar que foi este um período marcado por práticas políticas que se vincularam à própria gênese da maneira como a elite política, majoritariamente, conduziu os assuntos públicos. Já apontamos, por exemplo, o controle que o Estado fez sobre a estrutura sindical, o qual os governos do PTB não fizeram esforços para modificar.<sup>35</sup> Sobre a manipulação das massas trabalhadoras por parte de líderes carismáticos populistas, ou dos níveis que ela teria durante o período 1945-1964, apesar da problemática deste trabalho não procurar dar conta, discordamos das análises que não consideram o movimento dos trabalhadores como agente ativo naquela conjuntura histórica, afinal muitos

---

<sup>34</sup> Sobre a caracterização do período 1945-1964, Paulo Roberto Neves Costa em *Burguesia, corporativismo e democracia nos anos 50 : a Federação do Comércio do Estado de São Paulo*, assim se expressou: “Uma caracterização, unívoca e definitiva, não se constrói facilmente. [...] Contudo, acreditamos que o problema destas caracterizações está nos procedimentos adotados em relação a certas *características* concretas do referido ordenamento político, e na possibilidade, que este procedimento decorre, de reduzir a capacidade compreensiva e explicativa das análises e, conseqüentemente, das próprias *caracterizações*” (COSTA, 1995a, p. 19). Apesar deste alerta do autor ser importantíssimo, nós, todavia, entendemos que se suas considerações forem levadas até o limite, poderiam inviabilizar conceitualizações, caracterizações e categorizações de qualquer tipo, pois não acreditamos na existência de um conceito, ou categoria analítica que de conta de explicar efetivamente a totalidade de uma realidade, seja ela qual for; o que existe, para nós, por parte do conhecimento, são aproximações, em maior ou menor grau, aos recortes feitos para as pesquisas.

<sup>35</sup> As referências a esse controle do Estado sobre a estrutura sindical são diversas, mas fazemos algumas: (BOITO, 1982, p. 23), (CALIL, 2001, p. 88), (DREIFUSS, 1981, pp. 26 e 27), (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 41) e (SAES, 1985, p. 102), (*Idem*, 1996, p. 138), (SOUZA, 1983 [1976], p. 106), (*Idem*, 1985, pp. 91 e 92).

direitos trabalhistas foram conquistados naquela conjuntura.<sup>36</sup> Contudo, afirmar que o período foi marcado por um “pacto trabalhista” (GOMES, 2001, p. 48) não resolve a questão do teor da manipulação, não demonstrando a sua medida, ou a sua inexistência. Além do que, a noção de trabalhismo é capaz de nos levar a ler aqueles eventos pelo mesmo prisma que os dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pretendiam fornecer aos seus eleitores para obter melhores resultados nas disputas eleitorais – e este risco não queremos correr. É o que parece ter feito Cibelis da Rocha Viana em *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento*:

o movimento trabalhista ainda estava em formação; as forças populares não tinham organização suficiente, as conquistas sociais não haviam se consolidado; a ação do Estado nos setores básicos da economia para assegurar o desenvolvimento independente do país ainda era incipiente. [...] foi o gesto heróico de Vargas que trouxe o povo às ruas, levantou a consciência nacional e barrou o assalto da reação interna aliada aos grupos monopolistas internacionais (VIANA, 1980, p. 65)

Mais a frente, o autor dá a seguinte dimensão ao trabalhismo, ao se referir à política econômica do Governo de João Fernandes Campos Café Filho, doravante Café Filho, e Jânio da Silva Quadros, doravante Jânio Quadros:

Tais tentativas de reverter a política nacionalista não lograram êxito e foram sempre repelidas pelo pensamento da burocracia estatal, isto é, pelos escalões inferiores da máquina administrativa. Nem se firmariam, também, no regime parlamentarista, porque tanto as forças populares que sustentavam o presidente Goulart, quanto sua acessória técnica, ambas fiéis às tradições do trabalhismo brasileiro, estavam vigilantes e negaram apoio à sua efetiva execução (VIANA, 1980, p. 112)

Vemos, então, que a noção de trabalhismo do autor também encobre a ação política dos trabalhadores, uma hora através do herói Vargas, e outra hora pela burocracia estatal de João Belchior Goulart, doravante Goulart.

---

<sup>36</sup> As considerações que Bolívar Lamounier faz sobre o voto nas eleições, nos dão uma idéia das dificuldades que uma tentativa de sua manipulação teria para obter sucesso: “O voto, como as demais manifestações do processo político-representativo, nunca é homogêneo. Nunca é puro mandato rousseauista, nem puro voto de cabresto. É a combinação desses ingredientes que lhe confere sua peculiar incerteza e, por via de consequência, seu enorme poder de pressão. Toda a manipulação de instrumentos institucionais que o recortem e circunscrevam de diversas maneiras afetará diferencialmente os atores políticos, *pois sempre há interessados em aumentar e interessados em diminuir sua inteligibilidade*” (LAMOUNIER, 1981, p. 248, grifos no original).

Quanto à argumentação de não se usar o termo populismo, em pesquisas, porque ele teria sido forjado, de início, no calor do debate político por aqueles agentes que queriam estigmatizar seus adversários (GOMES, 2001, pp. 21 a 24), lembramos que existem referências a casos diametralmente opostos, havendo atores que empregavam o termo justamente num sentido positivo, para se auto-identificarem. Foi este o caso dos membros do Partido de Representação Popular que o usavam, em toda a sua documentação partidária, para se auto-intitular, é claro que não como manipuladores, mas como uma derivação do termo popular (CALIL, 2001, p. 22).

No que tange aos limites da democracia instaurada em 1945 no Brasil,<sup>37</sup> um dado que explicita o seu quadro foi o fato do sistema partidário não suportar a inserção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SILVA, 2000, p. 219). Por mais equivocada que tenha sido a política da III Internacional após Stálin,<sup>38</sup> a simples existência de um partido que carregasse consigo a memória da revolução operária não pôde ser aceita, pois isso demarcaria a luta de classes num grau que os agentes políticos dominantes do período julgaram, ao que tudo indica, ser capaz de gerar uma politização que fugisse ao seu controle.

Sendo assim, cabe, agora, ressaltarmos a forma como nos apropriaremos da categoria populismo. Ela terá, nesta pesquisa, o intento de perceber em que medida a enunciação da

---

<sup>37</sup> As referências aos limites do sistema partidário no período também são diversas: (ABRUCIO, 1998, p. 49), (BOITO, 1982, p. 23), (CALIL, 2001, p. 88), (COSTA, 1995a, p. 25), (DREIFUSS, 1981, p. 27), (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 41), (SAES, 1996, pp. 129, 130, 137 e 138), (SILVA, 2000, pp. 218 e 219), (SOARES, 1973, p. 69), (SOUZA, 1983 [1976], p. 106), (*Idem*, 1985, pp. 75 e 83), (WEFFORT, 1978 [1967], p. 76). Apesar desses limites, temos em conta que havia a “presença de aspectos institucionais democráticos naquela ordenação política, aspectos cuja constatação e entendimento se impõem aos que se preocupam em compaginar projetos de desenvolvimento econômico e mecanismos de um pluralismo democrático, recusando a fatalidade de ‘nosso destino autoritário’ ” (SOUZA, 1985, pp. 74 -75).

<sup>38</sup> Quando indicamos que a política da III Internacional era equivocada, não nos referimos ao marxismo como um todo, nem à viabilidade ou não do socialismo, e sim, mais especificamente aos rumos dados por esta organização com Stálin. Resumidamente, seriam pautados pelas idéias de socialismo em um só país ou, para os países ditos em desenvolvimento, aliança com a burguesia nacional para se constituir o capitalismo. As críticas a estas posições da III Internacional podem ser acompanhadas em Leon Trotsky, *A revolução permanente* (TROTSKY, 1977 [1929]).

Terceira Via nos discursos e programas partidários dos pedecistas<sup>39</sup> – entendendo ambos como prática e, portanto, exercício de poder político – adquiriu as características que Ianni apontou como constituintes do populismo. Não estamos, portanto, afirmando que o sistema político do período era sustentado por uma aliança policlassista, mas sim que dentro da estratégia política de hegemonia e dominação do período, era necessário enunciar um *discurso no sentido amplo* que, retomando o que postulou Ianni:

tende a diluir as linhas que distinguem as classes sociais e marcam os seus antagonismos, ao valorizar positivamente todas as manifestações de aliança policlassista. Em nome do nacionalismo, por um lado, e da industrialização e reforma agrária, por outro, negam-se ou minimizam-se as contradições de classe. Os movimentos, partidos e governos populistas – principalmente estes – preconizam a ‘paz social’, a ‘harmonia das classes’ ou a ‘aliança entre o capital e o trabalho (IANNI, 1991 [1976], p. 160)

Desta forma, indicamos que outro limite da democracia brasileira entre 1945 e 1964 era não haver a liberdade de explicitação institucional, *em discurso, no sentido amplo*, da luta de classes.<sup>40</sup> Claro que o nosso trabalho não poderá identificar em que medida estes *discursos*,

---

<sup>39</sup> Tratemos de caracterizar os programas partidários e os discursos dos pedecistas na Câmara dos Deputados para os fins da nossa pesquisa. As versões dos programas do PDC utilizadas aqui são as contidas no livro *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas* de Valmireh Chacon (CHACON, 1981). Entretanto, ressaltamos que elas foram conferidas com apresentações do programa de 1945, feita por Arruda Câmara no Congresso Nacional em 15 de março de 1946 (AAC, 1947 [1946], Vol. 4, pp. 11-13); e de 1961, feita por Franco Montoro no Congresso Nacional em 19 de abril de 1961 (ACD 1963 [1961], Vol. 4, pp. 108- 111). Usamos a versão de Valmireh Chacon para facilitar o manuseio. Entendemos que os programas partidários do PDC ganham importância para esta pesquisa porque visavam, como de resto programas de partidos de uma maneira geral, expressar a forma como o partido se portava, ou se portaria, face a questões que julga relevantes, estando ou não no exercício do poder político institucional; expõem portanto, quais são os projetos políticos de mais longo prazo dos membros de um determinado partido. Sobre o papel que o programa representava para os pedecistas, ou seja, se os membros do partido eram ou não fiéis, é algo que pretendemos averiguar durante a pesquisa. Quanto aos discursos utilizados, se encontram nos Anais da Assembléia Constituinte de 1946 ou nos Anais da Câmara dos Deputados, conforme o caso. São impressões oficiais do Congresso Nacional e foram acessados no Círculo de Estudos Bandeirantes, em Curitiba, Paraná. Apesar de não representarem, necessariamente, uma enunciação pública dos princípios de um partido, pois foram proferidos para um ambiente mais fechado, no caso a Câmara dos Deputados, do que os programas, os discursos nos possibilitam perceber as nuances com que cada agente político do partido explicita, frente às diversidades do momento, os seus objetivos políticos, ou mesmo divergências sobre como atingir os objetivos comuns de mais longo prazo. Claro que tanto programas como discursos precisam ser inseridos no contexto histórico em que foram produzidos, pois é a ele que formulam respostas. Uma tipificação do uso destas fontes em nosso trabalho pode ser acompanhada no transcrito de nossas considerações sobre como nos apropriamos do conceito populismo.

<sup>40</sup> Para essas considerações, nos inspiramos no que Edgar Salvadori de Decca formulou a respeito da memória histórica que se formou sobre 1930. Para o autor, criou-se uma “*memória histórica* de revolução de trinta como o *imaginário* de uma sociedade que, instituída sob o signo da divisão, colocou como imperativo uma

*no sentido amplo*, detiveram possíveis ações revolucionárias dos trabalhadores, entretanto, consideramos que eles podem ser entendidos como um lugar privilegiado onde são expostas as dimensões daquela democracia. Para reforçar a apropriação que fizemos, não consideramos o populismo como um “fator transhistórico” que limitaria toda e qualquer experiência democrática (SAES, 1996, pp. 130 e 131). Faremos isso dando atenção às dificuldades que Joel Wolfe apresentou como estando intrínseca à generalização sobre o populismo (WOLFE, 1994, p. 31), e apreendendo o método comparativo exposto por Ianni e, em certo sentido, também sustentado por Maria Helena Rolin Capelato, doravante Capelato, e por nós já referenciado (IANNI, 1991 [1975], pp. 13 e 14) (CAPELATO, 2001, p. 138).<sup>41</sup>

A partir do que expusemos, quanto a caracterização do período histórico brasileiro situado entre 1945-1964, e respondendo às questões que levantamos neste sub-capítulo, entendemos o nosso país como possuidor de três características básicas, que, durante o tempo, tiveram tons diferenciados: uso de recurso discursivo portador de elementos populistas, para um exercício de poder mais eficaz; um sistema partidário cujos seus limites ficaram bem expressos com a não assimilação de um partido, o PCB, que trazia a baila a enunciação da luta de classes; e uma estrutura sindical controlado pelo Estado. Por essas questões, chamamos o período como *democracia populista*. Não estamos, assim, afirmando que a tendência a diluição da luta de classes (IANNI, 1991 [1975], p. 160) seria algo que transpassasse todo o tecido sócio-político do período, todavia ela era, como dissemos, uma importante prática discursiva.

---

‘revolução redentora’ e, nesta luta cega, procurando dissimular o conflito entre capital e trabalho fez de sua ‘vontade’ uma contabilidade geral em favor das classes dominantes” (DECCA, 1997 [1981], p. 108, grifos do autor).

<sup>41</sup> Outra indicação de Capelato sobre o assunto é a seguinte: “As análises que, nas últimas décadas, retomaram os estudos do chamado populismo estão trilhando um caminho inverso ao percorrido na elaboração de interpretações mais generalizantes: privilegiam as particularidades nacionais e os recortes mais específicos, sem contudo, perder de vista a totalidade na qual se inserem” (CAPELATO, 2001, p. 141).

Decidimos caracterizar o período estudado, para além do que já expusemos, por uma questão de fundo. Entendemos que quando o historiador não marca as diferenças das categorias nos diversos momentos históricos, corre o sério risco de fazer tábua rasa de importantes conquistas sociais, como, por exemplo, a própria democracia institucional. Pois, se simplesmente chamássemos o período 1945-1964 de democrático, poderíamos perder a linha que o separa do 1889-1930, e tão somente entender ambos como de ampla competição partidária. Ou ainda, não poderíamos estabelecer as diferenças entre estes dois períodos e o atual, iniciado em 1985 com a queda do último ditador militar. Portanto, igualar todos estes eventos como imersos simplesmente na categoria democracia, nos traria um sério risco político que toma sentidos preocupantes. Afinal, se o historiador se redime de identificar e caracterizar seus diversos objetos e recortes temporais, estaria ele abrindo mão de sua responsabilidade de não dissolver o passado, e no nosso caso específico, a própria democracia, na indiferenciação. Além do que, qualificar 1945-1964 apenas de democracia facilmente poderia nos levar a perder a dimensão de que os eventos poderiam ter se desenvolvido de outra forma, não eram inevitáveis, e que os próprios limites daqueles eventos poderiam ter sido outros. Destarte, entendemos que caracterizar 1945-1964 como *democracia populista* nos permite melhor regatar as suas diferenças face a outras épocas, bem como as próprias possibilidades de conquistas sociais e democráticas do período.

### **2.3. Implicações da Terceira Via com o Populismo e Conquista de Cargos Eletivos**

Voltamos, agora, nossos olhos para a Terceira Via expressa pelos PDC no Brasil e no Chile. Vamos iniciar com o caso brasileiro, no contexto da queda de Vargas em 1945. A entendemos como um marco que pode ser caracterizado como de uma abertura de portas para

o surgimento do pluripartidarismo no país. O que não significa a inexistência do predomínio de práticas populistas e, mesmo, autoritárias. Afinal, a elite política não abriu mão destas práticas como forma de resolver seus problemas no exercício do poder. Contudo, não podemos passar ao largo do fato de tal abertura política possibilitar que se constituíssem inúmeros partidos políticos no país, entre os quais, o próprio PDC.

Quanto ao PDC brasileiro, apesar dele ter se constituído ainda em 1945, suas propostas apenas conseguiriam se estabelecer com alguma significância no quadro partidário nacional no início dos anos sessenta, quando a democracia populista estava já em profunda crise. Até este momento, este partido foi entendido por muitos como um quadro auxiliar do maior partido de oposição daquele período, a UDN. Formaria – e concordamos com as palavras de Benevides, mas somente no que se refere ao decênio 1945-1955 – junto com Partido Libertador (PL), Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Republicano (PR), uma das várias UDN (BENEVIDES, 1981, p. 224). Desta forma, para a autora, o PDC seria uma espécie de UDN católica; o PR, a UDN do conservadorismo; o MTR, a UDN trabalhista; o PL seria claramente udenista; e, “em termos de imagem pública, esses partidos eram, efetivamente percebidos como ancilares ou satélites da UDN” (*Idem*, p. 228) (Ver também VIANNA, 1981 [1978], p. 159).

Contudo, a partir de meados dos anos cinquenta, o PDC brasileiro passou a ter uma relevância própria que não deve ser desprezada, e ela pode ser constatada se focarmos o Executivo federal e dois Executivos estaduais. Na esfera executiva federal, tal partido obteve o Ministério da Justiça, com Oscar Pedroso d’Horta, no Governo Jânio Quadros em 1961; o Ministério do Trabalho e Previdência Social, com André Franco Montoro, doravante Franco Montoro, desalojando o PTB de seu cargo histórico, no primeiro gabinete parlamentarista de Goulart em 1961; conquistou o Ministério da Educação e Cultura, com Paulo de Tarso Santos,

no governo presidencialista de Goulart em 1963. Os pedecistas brasileiros foram os primeiros a lançar a candidatura presidencial de Juarez Távora para 1955 (BUSETTO, 1998, p. 115) (CARONE, 1985a, pp. 140, 173). Formaram, ainda, uma coligação com a UDN para a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1960. Observamos, outrossim, que o partido teve em suas hostes figuras que desempenharam importante papel na articulação política nacional: o próprio Jânio Quadros,<sup>42</sup> que saiu do PDC antes das eleições de 1960, além de Franco Montoro, e Paulo de Tarso Santos (que ocupou o governo de Brasília na presidência de Jânio Quadros), pertenceram ao partido Juarez Távora, Auro Soares de Moura Andrade, Jarbas Passarinho, Nelson Marchezan (CHACON, 1981, p. 169), Plínio de Arruda Sampaio, Ney Braga e José Richa. Quanto aos Executivos estaduais, os pedecistas brasileiros conquistaram o do Paraná, com Ney Braga, nas eleições de 1960, e tiveram participação ativa no governo de São Paulo, com Carlos Alberto Carvalho Pinto, doravante Carvalho Pinto, eleito em 1962. Portanto, consideramos que as apreciações de Benevides, sobre o PDC, a partir de 1955, como satélite da UDN são por demais generalizantes. Para nós, ao contrário, o PDC passou a formular sua proposta de Terceira Via num campo que o diferenciava do caráter econômico liberal da UDN,<sup>43</sup> opondo-se a ele.

Novamente sobre a questão do crescimento do PDC no Brasil, Vianna considera que, “não é por acaso que em 1962 o PDC se tornará o maior partido pequeno. Radicalizadas as posições quanto à via de desenvolvimento – modernização ‘por cima’ versus modernização ‘por baixo’ – pela primeira vez amadureciam as condições para a emergência de um PDC de perfil clássico, como o italiano e o chileno” (VIANNA, 1981 [1978], p. 162). Considerando

---

<sup>42</sup> Jânio Quadros conseguiu se eleger, pelo PDC, vereador paulistano, em 1947, deputado estadual, em 1950, e prefeito de São Paulo em 1953; curiosamente, o seu próprio pai, Gabriel Quadros, foi eleito vereador paulistano pelo PDC em 1951 (BUSETTO, 1998, pp. 86, 89, 93 e 103).

<sup>43</sup> Entendemos que a postura de Benevides é profundamente compreensível, visto que o seu objeto de estudo não é o PDC, mas sim a UDN, e a autora não tinha a obrigação de entrar nos detalhes sobre o partido aqui em foco, como nós temos.

isto, entendemos como pertinente relacionar este crescimento com um processo iniciado ainda na Presidência de Café Filho. Como bem aponta Ricardo Maranhão, a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), baixada no início de 1955 “permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo governo. Mantida esta tendência no período Kubitscheck, ela obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo a estes uma ampla gama de facilidades” (MARANHÃO, 1986, p. 264).<sup>44</sup> Era a economia brasileira abrindo suas portas para a associação com o capital monopolista internacional. Na medida em que este acontecimento tomava maiores proporções, mais acirradas se tornavam as disputas pelo exercício de poder na democracia populista, mais instável ela ficava e mais os pedecistas iam tendo brechas para apresentar sua Terceira Via.

Temos outro elemento auxiliar na compreensão do crescimento do PDC brasileiro. Foi neste período que um agrupamento, oriundo de São Paulo, e que conseguiria impor com razoável sucesso suas marcas neste partido, adentrou à agremiação: era a Vanguarda Democrática (VD).<sup>45</sup> Este grupo, formado por democratas cristãos fundamentados no

---

<sup>44</sup> Um importante estudo sobre o governo presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira, doravante Kubitschek, foi feito por Benevides. A autora problematiza acerca do quadro político do período, sendo que, para ela, “a estabilidade política do Governo Kubitschek foi fruto de uma conjuntura especial na qual as Forças Armadas e o Congresso atuaram de maneira convergente apoiando a política econômica cujo núcleo era o Programa de Metas” (BENEVIDES, 1976, p. 248). Outro autor, Candido Mendes, se refere ao período com estas palavras: “o populismo dos anos cinquenta tinha criado condições únicas para uma representação, ao mesmo tempo englobante e prospectiva, do referente brasileiro. Não importa que este se manifestasse mais como projeto do que como memória, na sua saga em que o desenvolvimento se transformara numa aspiração nacional, de fato transposta à percepção generalizável de uma conjuntura de mudança coletiva” (MENDES, 1992, p. 69). Sobre a Instrução 113 da SUMOC, ver também: (CARONE, 1985a, p. 87), (MARANHÃO, 1988, p. 53), (MENDONÇA, 1996, p. 277), (SAES, 1985, pp. 99 e 119) e (VIANA, 1980, p. 68).

<sup>45</sup> Para ter-se um quadro sobre a VD, ver a tese de Busetto, mais precisamente o capítulo 3 da parte 1, intitulado *Os círculos católicos brasileiros dos anos 40 e a formação da Vanguarda Democrática* (BUSETTO, 1998, pp. 33 – 55). Busetto chega a diferenciar pedecista e democrata cristão. Para ele “o pedecista devia seu ingresso e muitas vezes sua permanência nas fileiras do PDC ou nelas se mantinha exclusivamente por interesse em dispor de uma legenda partidária para disputar eleições, utilizar-se da estrutura do partido para se posicionar melhor na troca de apoio com lideranças de outras agremiações por benefícios pessoais. Não apresentava

pensamento de Jacques Maritain<sup>46</sup> e que mantinham relações com outros correligionários na América latina, buscou dar um caráter mais programático à ação partidária pedecista. Era formado por militantes católicos que atuaram em organizações como a Ação Católica Brasileira e a Juventude Universitária Católica (JUC) e contava com figuras como Franco Montoro, Antônio Queiroz Filho, Plínio Santos de Arruda Sampaio, Chopin Tavares de Lima, João Baptista de Arruda Sampaio, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, Eduardo Bastos, Luís Melo, Nadir Gouveia, Helena Junqueira, Odilon da Costa Manso e Clóvis Garcia (BUSETTO, 1998, p. 47). Dentre estes componentes, Franco Montoro, participou em abril de 1947, em Montevidéu, no Uruguai, do *I Congresso da Democracia Cristã na América*. “Neste evento, militantes e políticos católicos latino-americanos, reunidos por iniciativas pessoais, elaboraram uma estratégia de ação conjunta para a extensão da ‘Terceira Via’ na América Latina” (*Idem*, p. 12). Com o passar do tempo este agrupamento, liderado por Franco Montoro e Antônio Queiroz Filho, decidiu por ingressar no PDC como forma de melhor dinamizar os recursos para que suas propostas fossem transformadas em ações políticas concretas.

Direcionemos, agora, o nosso foco para o caso chileno. Nesse país andino, a situação ganha maior complexidade. Afinal, não encontramos registros de estudiosos que se debruçaram sobre a possível existência de uma democracia populista chilena. Na nossa ótica,

---

nenhum compromisso ou contribuição com o projeto de aplicação e adaptação das propostas democratas cristãs à realidade brasileira”. O democrata cristão “estava comprometido com o trabalho de desenvolvimento da Democracia Cristã no Brasil, disposto a manter uma ação permanente e não restrita às câmaras legislativas, procurava discutir e elaborar conjuntamente com seus pares respostas fundamentadas no caldo doutrinário-ideológico da ‘Terceira Via’ aos problemas da realidade nacional” (*Idem*, pp. 96 e 97). Os fiéis representantes da DC no PDC seriam, nesta perspectiva, os membros do partido advindos da VD ou a ela estreitamente ligados. Para nós, entretanto, um ponto em comum que existe aos aderentes ao partido era sua disposição de se vincularem, seja por convicção, seja por viabilidade eleitoral, às propostas de Terceira Via, pois de uma forma ou de outra, acabavam por fortalecer estes pressupostos.

<sup>46</sup> Jacques Maritain (1882 – 1973) nasceu França, era católico convertido do protestantismo. Em 1936, publicou *Humanismo integral*, em 1943, *Cristianismo e democracia*, em 1944, *Princípios de uma política humanista* e em 1959, *O homem e o estado*. Suas obras fundam muitas propostas políticas da Terceira Via da DC. Uma análise sobre seus pressupostos pode ser encontrada no trabalho de Rogério Luiz de Souza, *A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)*, mais especificamente no capítulo I, intitulado *O fim das utopias e da posteridade prometida* (SOUZA, 2001, pp. 33-77).

é indevido identificar uma democracia populista naquele país para o período que abordamos, mesmo porque ali existiam “partidos políticos arraigados no seio da sociedade civil e não só partidos de esquerda, mas a Democracia Cristã, fator de moderação e estabilidade no país. Os partidos políticos e as organizações de massa foram produtos da democratização crescente do país nas quase quatro décadas anteriores ao golpe” (SADER, 1984, p. 9).<sup>47</sup> Nesse sentido, destacamos que no caso chileno, até o golpe de 1973, o sistema partidário adquiriu um dinamismo que permitia, ao contrário do caso brasileiro, a incorporação do Partido Comunista (SILVA, 2000, p. 225 e 226).

Contudo, apesar do que afirmamos acima, sustentamos que a situação do Chile, nos anos do governo de Eduardo Frei (1964-1970), pode ser problematizada de uma forma mais precisa. Nesse sentido, queremos salientar que alguns pesquisadores, em oposição a, por exemplo, Vianna,<sup>48</sup> identificam no governo de Eduardo Frei elementos vinculados à práticas nitidamente populistas. Recordemos por exemplo, que já vimos na análise feita por Julio Pinto e Gabriel Salazar a identificação de aspectos de caráter populista na aplicação da Terceira Via pelo PDC chileno (PINTO; SALAZAR, 1999, p. 163), e aspectos que se inserem na perspectiva por nós adotada.

Para uma melhor apreciação desses problemas, retomemos um dos principais projetos desse partido no Chile, a Política de Promoção Popular.<sup>49</sup> Este projeto tinha o objetivo de, em

---

<sup>47</sup> Destaquemos que Campello de Souza entende que o sistema partidário chileno, em comparação com o Brasil, possuía, antes do golpe militar de 1973, uma alta correlação Partido/Classe, bem como uma alta institucionalização (SOUZA, 1983 [1976], pp. 50 - 51). Para Simone Rodrigues da Silva, “no decorrer do século XX, o sistema político chileno assistiu não só a continuidade das agremiações, mas também ao aumento da competição partidária, o que, por sua vez, criou um forte estímulo ao enraizamento social dos partidos” (SILVA, 200, p. 224 e 225).

<sup>48</sup> Este autor considera que, apesar da ótica redistributivista adotada pela DC chilena, seu governo não foi necessariamente populista (VIANNA, 1981 [1978], p. 144).

<sup>49</sup> Emanuel de Kadt aponta que “*in theory Promoción Popular has two tasks. The first is to help overcome so-called ‘passive marginality’, i.e. the fact that 50 per cent of Chile’s population are cut off from the advantages which a modern society and state provide. The second task is to help the masses over their ‘active*

seu discurso inserir politicamente as populações suburbanas pobres e os setores camponeses que eram, em relação à democracia representativa, marginalizados. Entretanto, *“el resultado de esta política no fue la integración efectiva de los marginales sino una marea de movilización marginal (las ‘tomas de terreno’ urbano quebraron las estadísticas)”* (PINTO; SALAZAR, 1999, p. 163). Estas populações foram conclamadas a participar da vida pública, porém, sem aparelhos institucionais que lhes permitissem sequer serem convencidas de que estavam inseridas nos processos de decisão.<sup>50</sup> Desta forma, suas relações com o Estado tenderam a se dar diretamente com o seu maior magistrado, qual seja, o Presidente da República. Destacamos, nesse ponto, e referendando nossa hipótese de identificação de elementos tipicamente populistas no governo do PDC, que a Promoção Popular estava umbilicalmente ligada à proposta de um sistema comunitarista. Neste sistema, esses pedecistas imaginavam, pela ótica da Terceira Via, estar evitando os extremos do capitalismo e do comunismo, pois na Promoção Popular, *“el capital y el trabajo no pertenecen ya a grupos diferentes...sino que se hallan unidos en las mismas manos”* (GRAYSON, 1967?, p. 351). Temos, aqui, uma perspectiva política que é marcadamente conciliatória no que se refere ao conflito capital/trabalho, ou seja, compondo um dos elementos importantes da perspectiva populista.

Se direcionarmos o foco para a mais propagandeada medida econômica tomada pelo governo do PDC no Chile, entendemos que é, inclusive, possível inseri-la nos marcos aqui delimitados. Afinal, teve grande destaque a proposta pedecista de chilenização das minas de cobre que não foi um total processo de estatização. Politicamente ela serviu na busca de se

---

*marginality’, meaning their inability to organize them-selves, and to participate in the decision-making in society”* (KADT, 1967, p. 96).

<sup>50</sup> Emanuel de Kadt aponta que grupos internos do PDC chileno, mais à esquerda, e forças políticas externas, consideravam a Promoção Popular *“as an attempt to smother the revolutionary potential of the sub-proletariat”* (KADT, 1967, p. 97).

conciliar as reivindicações de setores que queriam a estatização com os interesses do capitalismo monopolista que não abria mão, naquele momento, de algum controle sobre as minas. Diante disso, o governo propôs às companhias cupríferas, que aceitaram, a compra de 51% de suas ações (VITALE, 1999, p. 125).<sup>51</sup>

Mais elementos que podemos considerar como populistas podem ser verificados na administração de Eduardo Frei. Seu enfático discurso em defesa da reforma agrária, por exemplo, teve, na nossa ótica, bem como na de Luis Vitale, muito próximo de uma estratégia política que visava “*canalizar el ascenso del movimiento campesino creando una especie de ‘colchón social’ con los pequeños propietarios favorecidos por la entrega de tierras*” (Idem, p. 131). Assim, em nome da reforma agrária, se minimizariam os conflitos entre proprietários rurais e camponeses sem terra, o que aproxima muito a política de Eduardo Frei com a noção que estabelecemos sobre populismo. Outro importante ponto a ser aqui levantado, indicando que este Presidente visivelmente pretendeu ficar acima do sistema representativo, estabelecendo uma ligação direta com a população, foi sua intenção de dar ao Executivo a autoridade plebiscitária. Eduardo Frei apresentou uma emenda constitucional que concedia ao Presidente o direito de submeter a plebiscito popular decretos ou emendas que o Congresso Nacional recusava (GRAYSON, 1967?, p. 440). Mesmo estando o plebiscito, em tal proposta, limitado a três em cada mandato presidencial, certamente ele proporcionaria, se tivesse sido aprovado, uma grande margem de manobra para o chefe do Executivo, tornando-se um eficaz instrumento de pressão política sobre o Legislativo e os partidos. Vemos, então, em Eduardo Frei, a clara intenção de se sobrepor ao sistema representativo via partidos políticos, bem à moda populista.

---

<sup>51</sup> Na verdade, o governo que efetivamente conseguiu estatizar as minas de cobre foi o de Salvador Allende, quando a 11 de julho de 1971 o Congresso aprovou por unanimidade este projeto governamental (VITALE, 1999, p. 192).

Entretanto, nesta abordagem, tendo em peso todos os aspectos que destacamos, um cuidado precisa ser tomado. A despeito de termos verificado diversos elementos de cunho populista na atuação administrativa do PDC chileno, gostaríamos de concordar com o que diz Luis Vitale:

*La administración democristiana fue 'populista', pero habría que relativizar esa afirmación o, al menos, diferenciar el populismo de Vargas, Perón y otros con el populismo freista, una de cuyas diferencias sustanciales fue que Frei nunca tuvo un apoyo mayoritario de los trabajadores organizados y menos de la CUT [Central Única dos Trabalhadores]. Por consiguiente, no pudo implementar como otros gobiernos populistas la política de estatización sindical, es decir no pudo integrar ni controlar al movimiento sindical por medio de instituciones del Estado (VITALE, 1999, p. 166).<sup>52</sup>*

Vejamos, novamente, os eventos brasileiros. Olhando para o quadro político-partidário de nosso país, averiguamos que, se a própria UDN, com Jânio Quadros, não pode ficar absolutamente imune a apoiar um político com práticas populistas, é certo que os pedecistas não estiveram em condições de passar intocados face a estas práticas. Muito ao contrário disso, desde a sua fundação, este partido teve presente em seus pressupostos aspectos profundamente ligados aos referidos marcos discursivos populistas, como demonstrava o seguinte trecho do seu programa de 1945: “Popular, democrático e cristão – visa o PDC congregar o maior número possível de brasileiros de boa vontade – intelectuais e operários, homens e mulheres, nortistas, centristas, litorâneos e sertanejos, de todos os Estados e todas as classes, para formarem um corpo vivo e moço, cheio de confiança e de fervor, que concorra para a elevação do povo e sua participação cada vez mais ampla na vida pública nacional” (PDC, 1981 [1945], p. 470).

---

<sup>52</sup> A estratégia do PDC chileno, para controlar o movimento operário era outra: “*trató de implementar el llamado 'paralelismo sindical', política que consistía en promover en cada empresa o lugar de trabajo la creación de tantos sindicatos como corrientes ideológicas existieran*” (VITALE, 1999, p. 142). Sendo assim, para poder melhor aplicar sua proposta de Terceira Via, este partido viu a necessidade de dividir o movimento de trabalhadores o máximo possível.

Ainda na conjuntura imediatamente após 1945, podemos notar nos discursos do deputado do PDC brasileiro, Arruda Câmara, posições acerca da luta de classes como próximas ao que nós qualificamos de populista. Segundo este deputado (15 de março de 1946), era tarefa dos pedecistas combater “como desumana e anti-cristã a luta de classes e a ditadura de uma delas sobre a outra. O capital e o trabalho são, em conjunto, os dois fatores do lucro, portanto, um e outro, na medida do justo e do razoável, devem participar dos frutos, dentro da ordem e da harmonia” (AAC, 1947 [1946], Vol. 4, p. 15). Vale destacar que, alguns anos depois, mais precisamente a 9 de junho de 1954, outro deputado federal pelo PDC, Joel Presídio, eleito na Bahia, solicitou a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar supostas atividades subversivas de funcionários do Ministério do Trabalho. Na visão do deputado, esses funcionários estariam realizando uma “propaganda insidiosa de luta de classes” (ACD, 1961 [1954], Vol. 8, p. 662). Vemos, em ambas as situações, uma prática discursiva que dilui as linhas entre as classes sociais. No primeiro caso, a luta de classes é vista como algo passível de ser combatido, não seria ela, portanto, inerente à sociedade capitalista. E, é claro, a proposição de relação entre capital e trabalho como devendo ser dentro da ordem e da harmonia é um evidente elemento de aliança policlassista, uma das marcas da perspectiva política populista. Já o segundo pedecista pareceu perceber, ou tentar convencer outros agentes políticos disso, que a luta de classes seria algo que resultasse, basicamente, da propaganda dos funcionários públicos, ou de subversivos, que provavelmente estariam, aos seus olhos, a serviço da URSS.

Mesmo a reformulação do programa pedecista brasileiro, dada em 1961, não deixou de trazer apreciações de caráter populista. Além do que já indicamos sobre este programa na nossa discussão anterior sobre o conteúdo da categoria *populismo*, gostaríamos de apontar outro princípio partidário que, para nós, é intimamente carregado dos pressupostos aqui

referidos: “harmonizar, no campo humano social, de um lado, os direitos e deveres recíprocos do capital e do trabalho, dentro dos postulados da justiça comutativa, distributiva e social, de forma a ligar o atendimento das reivindicações crescentes dos trabalhadores a novos estímulos à maior produtividade e, de outro lado, a respeitar, nas suas relações com a sociedade, com o Estado, a dignidade intrínseca da pessoa humana” (PDC, 1981 [1961], p. 472).

Outrossim, tendo em peso que a reformulação programática feita pelo PDC brasileiro trouxe melhores condições eleitorais para o partido, como veremos mais detidamente em capítulo posterior, ressaltamos que ainda no início da década de sessenta, no contexto da reformulação, Arruda Câmara, apesar de já não ser a figura política definidora dos rumos do partido, ao se referir ao aumento de salários dos trabalhadores e a reforma agrária, apresentava um *discurso, no sentido amplo*, com conteúdo marcadamente populista. Dizia o deputado, a 12 de maio de 1961, que os ganhos salariais deveriam ocorrer “dentro de uma pregação aos ricos para que sejam menos ricos, sejam altruístas, paguem melhor seus operários” (ACD, 1963 [1961], p. 421). Sobre a reforma agrária, entendia este pedecista, em 15 de junho de 1962, que “em solução de emergência, dirigimos um apelo a grandes proprietários que fazem a monocultura – do café, da cana e do cacau – para que permitam aos seus trabalhadores, a aos seus colonos, plantar nessas propriedades o feijão, o milho, a batata, a fava, a mandioca, donde possa colher seu próprio abastecimento” (*Idem*, [Vol. 10], 1962, p. 748). Além do nitido elemento conciliatório entre as classes, o referido deputado deixava claro qual deveria ser a classe condutora na consecução da reforma agrária e das disputas salariais, a classe patronal, tanto no mundo urbano como no rural. Desta forma, estrategicamente, visava desautorizar exercício político de agentes subalternos.

Pelo que apreendemos do conteúdo programático do PDC brasileiro e, portanto, da sua forma de entender a Terceira Via, visivelmente identificamos proposições acerca de aliança

policlassista, harmonia das classes, aliança entre capital e trabalho e, também, o nacionalismo.<sup>53</sup> Todos elementos que nós entendemos como fazendo parte dos pressupostos e práticas políticas populistas.

Depois dessas considerações, nos resta uma discussão sobre o fato do PDC brasileiro não ter obtido o mesmo sucesso eleitoral que o chileno. Em torno deste problema, cabe destacar um importante, e já referido, processo que marcou a transição do Estado Novo para a consecução da limitada democracia pluripartidária instaurada em 1945. Limitada porque, antes de sair do Executivo, Vargas buscou, e em certo sentido obteve sucesso, concretizar uma forma de controlar algum possível processo de aprofundamento da politização na sociedade brasileira, forma esta que não deve ser desprezada em nossa análise. Pelos apontamentos que já fizemos, sublinhamos que, após o Estado Novo, pretendeu-se estabelecer uma arquitetura institucional que limitava a participação política mais ampla da população, pois a estrutura sindical era controlada pelo Estado e a política institucional foi enlaçada pelo acordo PSD/PTB. Tendo em vista esta situação, vamos agora nos aproximar de Vianna, pois, como ele disse:

nesse quadro, não cabia espaço para a emergência de um partido de vocação reformista, como o PDC em sua feição romana, impedido pela própria natureza da estrutura partidária de se apresentar como porta-voz das classes subalternas. Como fazê-lo, dado que, no campo, se mantinham obrigadas pelo sistema de coronelismo controlado pelo PSD e, nas cidades, ao Ministério do Trabalho e ao PTB, os quais *in casu*, implementavam doutrinas sociais próprias (VIANNA, 1981 [1978], p. 157).

Entretanto, a aliança PSD/PTB não poderia passar ao largo de uma dinâmica política nacional que não se apresentou imutável, possibilitando uma maior ascensão de outras forças políticas. E, quando tal aliança começou a demonstrar sinais mais agudos de crise, em

---

<sup>53</sup> O nacionalismo teve especial destaque no programa de 1961, constando como o ponto número um. Expressava o programa: “o nacionalismo entendido como uma atitude visando à superação da espoliação econômica e da opressão social e como meio de proporcionar ao País e pleno exercício de sua soberania e o máximo de aproveitamento de seus recursos econômicos com os quais se possa melhorar os níveis de vida da população” (PDC, 1981 [1961], p. 473).

conjunto com a própria democracia populista, observamos, como já dissemos alhures, que as propostas pedecistas de Terceira Via começaram a obter melhores condições de se transformar em uma alternativa política mais concreta. Esta ocorrência se deveu, no nosso entendimento, bem como na compreensão de Campello de Souza, eminentemente a um processo de realinhamento do sistema partidário (SOUZA, 1983 [1976], p. 43). Indicamos, ainda, que, dentro do PDC, estas mudanças foram capitaneadas pelo agrupamento originado da VD. Mas este processo será discutido detalhadamente no capítulo seguinte.

Ao nos dirigirmos, para o sistema político-partidário chileno, situamos a presença de, durante o transcorrer do século XX, mais precisamente até 1973, condições para o estabelecimento de uma democracia representativa mais substancial e competitiva, isso em comparação com a situação brasileira nos anos 1945-1964. Os partidos políticos do Chile, notadamente os mais à esquerda e o próprio PDC, eram mais vinculados à sociedade civil, sendo que a própria organização partidária garantia uma boa margem de competição política. Desta forma, num período de crises econômicas e de acirramento das posições políticas, como foi a década de sessenta, o sistema político pode abrir espaço para a proposta de Terceira Via do PDC chileno. Nas palavras do historiador Tulio Halperin Donghi, o processo se deu, resumidamente, da seguinte forma: “Esse partido, que não queria identificar-se nem com a revolução socialista nem com a defesa da ordem instituída, soube apresentar-se a uns como a única barreira contra a revolução, e a outros como o único sucedâneo ainda possível para a revolução que a ordem continental e mundial tornavam inatural” (DONGHI, 1975, 291). Esta hábil tática, associada a um contexto propício à aceitação de um amplo plano de reformas, abriu as portas para o estrondoso progresso eleitoral dos pedecistas chilenos nos anos sessenta.

## 2.4. Considerações sobre o Capítulo

Retomemos, agora, algumas formulações que fizemos através do capítulo, principalmente no que se refere ao marco que escolhemos para a comparação entre os PDC brasileiro e chileno, qual seja, a relação entre suas propostas de Terceira Via e a forma como apreendemos a categoria populismo. Destacamos que nesta síntese buscaremos dar mais atenção ao caso chileno, posto que o brasileiro será visto com mais minúcia adiante.

Tendo como referência os pressupostos políticos, averiguamos, pelo que expressaram os autores escolhidos, os programas partidários e os discursos de pedecistas brasileiros, uma similitude entre as propostas de Terceira Via nos PDC dos dois países, notadamente quanto o partido brasileiro reorientou-se, o que foi coroado pela reformulação programática de 1961. Em ambos os casos esteve evidente a intenção de se localizar em uma pretensa terceira opção entre a revolução socialista e o capitalismo, ou seja, elaboraram um programa político que buscava convencer seus eleitores da necessidade de construção de uma outra ordem social, que não aquelas duas. Um dado que indica a aproximação entre os dois PDC, não apenas em relação aos pressupostos políticos, mas mesmo sobre uma atuação política mais ordenada, foi a participação de ambos na ODCA. Entretanto, pelo que apuramos sobre as suas atuações em relação às demandas dos setores populares, como no caso da Previdência Social, para o Brasil, e da repressão a mobilizações, para o Chile, suas ações acabaram, no máximo, tendo um papel de organizar politicamente as forças da modernização reformista.

Ao nos dedicarmos às *relações entre as propostas de Terceira Via dos referidos PDC e a nossa apropriação da categoria populismo*, bem como à diferente visibilidade eleitoral que ambos os partidos lograram nas quadras históricas brasileira e chilena, entendemos ser

necessária uma apreciação mais cuidadosa. Neste ponto, foram fundamentais as apreensões que fizemos de Ianni (IANNI, 1991 [1975]) e Capelato (CAPELATO, 2001), pois nos incitaram a procurar não dar ao populismo um caráter transhistórico. Com eles, pudemos perceber a possibilidade metodológica de realizar satisfatoriamente a comparação entre os dois contextos históricos aqui focalizados. Vimos, partindo destes autores, que as generalizações feitas sobre a categoria populismo para a América Latina só podem nos auxiliar se tiverem em conta as especificidades de cada problemática histórica nacional. Nesse sentido, tivemos a oportunidade de averiguar as peculiaridades dos PDC brasileiro e chileno em relação à categoria populismo. E, com efeito, pudemos notar que a configuração das propostas de Terceira Via feitas pelos pedecistas em cada país, ou seja, um dado de caráter específico em nossas reflexões, possibilitou-nos uma compreensão mais detida sobre dois elementos mais gerais: a própria Terceira Via como alternativa política internacional e o populismo. Desta forma, as especificidades nos permitiram um melhor entendimento de um conjunto mais generalizado; no caso, dois conjuntos. Sendo assim, mesmo que não tenhamos encontrado situações idênticas nos dois países, isso não nos impediu de fazer uso do marco histórico comparativo como um instrumento para, com mais acerto, apreendermos as diversidades históricas aqui focadas. Muito ao contrário, foi a não similitude que, na nossa perspectiva, permitiu uma comparação e um entendimento mais acurado.

Pelo que dissemos, portanto, seria indispensável, em nossa disposição de discutir pontos que nos ajudem no entendimento dos processos que diferenciaram a conformação da Terceira Via dos PDC no Brasil e no Chile, refletirmos sobre em que medida as práticas populistas teriam ou não, e ainda, de que maneira, se configurado em ambos os países. É o que faremos agora. Também importam, neste momento, algumas considerações sobre o sentido em que os referidos partidos se inseriram em tal processo.

Desta forma, para nós, o Brasil comportou a chamada democracia populista entre 1945 e 1964. Esta democracia teve como uma de suas marcas a crescente necessidade de inserir, de alguma maneira, um contingente urbano cada vez mais numeroso, e às vezes rural, no processo político do país. No caso brasileiro, então, verificamos que as singularidades locais levaram à configuração de uma democracia onde: a) o Estado controlou a estrutura sindical; b) o sistema partidário teve claros limites institucionais; c) e as práticas políticas, no que toca aos discursos, eram vinculadas aos marcos populistas. A respeito do sistema partidário, que diz mais respeito ao objeto da nossa pesquisa, verificamos que ele possuía dois elementos nitidamente limitadores para a competição eleitoral. Primeiro, a aliança PSD/PTB, a qual não pode ser vista em separado da própria conjuntura que propiciou o pluripartidarismo; esta aliança se sustentou de tal forma que dificultou, por determinado tempo, não só as possibilidades de crescimento do PDC, como de qualquer outro agrupamento partidário. Segundo, a não assimilação do PCB nos quadros institucionais, o qual demonstra a indisposição da elite política em competir institucionalmente com um partido que trazia consigo a enunciação da luta de classes.

No caso chileno, tivemos, então, uma conformação política diferente da brasileira. Para o período que nos dedicamos, o Chile, de modo mais efetivo que o Brasil, possuiu uma democracia representativa acompanhada de um sistema partidário fortemente institucionalizado e competitivo. Não identificamos, entre os chilenos, portanto, a consecução de uma democracia populista, mas sim a existência de práticas populistas no agrupamento partidário que nós focalizamos. A conformação desses elementos tem a possibilidade de ser melhor analisada se a relacionarmos com um contexto histórico no qual se configuraram três componentes essenciais: a) sucessivas crises econômicas; b) um momento de acirramento das posições políticas; c) e a necessidade de convencer diversos setores urbanos, e alguns rurais,

da possibilidade, e do seu teor limitado, da sua integração nos sistemas sócio-econômico e político vigentes.

Considerando isso, sustentamos que, na década de sessenta, o sistema político chileno abriu espaço para a consecução de uma alternativa reformista: foi aí que a Terceira Via do PDC chileno se fortaleceu. Entretanto, as sucessivas crises econômicas acabaram empurrando o governo de Eduardo Frei para uma política marcada por aspectos populistas, visando acomodar os setores sociais que o apoiavam, mas que demandavam para a administração reivindicações antagônicas entre si. Foi mister, como expuseram Julio Pinto e Gabriel Salazar (PINTO; SALAZAR, 1999), tendo em vista que a decadência econômica não permitiu uma efetiva integração sócio-econômica dos setores marginalizados, ao menos estabelecer uma mobilização social de tais setores, pois suas posições políticas estavam cada vez mais radicalizadas. Este processo passou a impelir a Presidência à adoção de posturas e atitudes de cunho nitidamente populista. O próprio tema central de sua campanha eleitoral, e depois título do seu programa de governo, *Revolução em Liberdade*, nos parece muito sugestivo nessa perspectiva. Também nos auxilia nesta aproximação, a nacionalização parcial das minas cupríferas, impulsionada pelo governo do PDC. Mas é de fundamental importância, neste momento, que tenhamos em evidência as cuidadosas apreciações de Luis Vitale; nem mesmo a administração do PDC realizou, no Chile, por exemplo, o controle do Estado sobre o movimento sindical (VITALE, 1999).

### 3. TEORES PROGRAMÁTICOS DA TERCEIRA VIA BRASILEIRA<sup>54</sup>

Para continuarmos nossa reflexão sobre como o PDC brasileiro constituiu sua Terceira Via, fazemos, neste capítulo, uma análise das posições políticas dos pedecistas no período da chamada democracia populista (1945 – 1964). Cabe esclarecer que nossa discussão se desenvolverá buscando indicar como os programas partidários do PDC, de 1945 e de 1961, bem como os discursos dos pedecistas na Câmara dos Deputados, pretenderam dar respostas aos dilemas pelos quais passou a política brasileira daquele contexto, bem como demonstrar a forma pela qual eles ambicionaram ampliar as suas bases eleitorais. Em nossa ótica, tais programas e tais discursos nos possibilitam acessar a maneira pela qual os pedecistas visaram responder a dois importantes dramas da história política nacional: pós-1945, quando “novas formas de governo teriam que substituir as medidas coercitivas do Estado Novo” (DREIFUSS, 1981, p. 26),<sup>55</sup> e início dos anos 1960, quando já se configurava uma alteração do sistema partidário nacional. Alteração esta que foi assim entendida por Campello de Souza: “o declínio dos grandes partidos conservadores – UDN e PSD –, e a conseqüente dispersão eleitoral, induziram, a médio prazo, um processo de realinhamento do sistema partidário, e de fato já começaram a se configurar como tal. Os indícios deste realinhamento [...], eram bastante claros, e eram notados por uma minoria de observadores já no primeiro lustro dos anos cinquenta. [...] A alteração se dava em favor de pequenos partidos reformistas

---

<sup>54</sup> Parte deste capítulo foi apresentado, sob o título *A democracia cristã brasileira e seu programa*, no XXI Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, ocorrido em 2001, em Niterói, na Universidade Federal Fluminense.

<sup>55</sup> Sobre os processos envolvidos na constituição do pluralismo partidário, e dos seus limites, já fizemos a discussão e as referências dos debatedores do assunto.

(PDC, PTN, PSB [Partido Socialista Brasileiro] e MTR)” (SOUZA, 1983 [1976], p. 43) (Ver também SOUZA, 1985, p. 101).

Visando uma exposição mais clara de nossa discussão, resolvemos dividir este capítulo em duas partes, para além das considerações finais. Primeiro nos dedicamos a refletir sobre como o programa partidário de 1945 e os discursos dos pedecistas na Câmara Federal, se inscreveram no contexto inicial de conformação de um quadro pluripartidário. A seguir discutimos em que sentido o seu programa de 1961, bem como os seus referidos discursos, buscaram responder aos dilemas do realinhamento partidário.

### **3.1. Limites da Democratização**

Sobre os pedecistas e a dinâmica do sistema partidário brasileiro entre os anos 1945 e 1964, já dissemos que eles tinham a pretensão de tornar-se galvanizadores das reservas de energia da Igreja, apesar de não haverem recebido o seu apoio, bem como transmitir estas reservas a amplos setores sociais (VIANNA, 1981 [1978], p. 146); e era o que lhes restava naquele período, dada a própria situação existente e estabelecida pelos três grandes partidos: PSD, PTB e UDN. Sendo assim, o número de pedecistas que atingiu o Congresso Nacional, enquanto não se abriram novas possibilidades na democracia populista, não pôde ser significativo. Na legislatura de 1946–1951, como vimos, foram dois deputados eleitos: Arruda Câmara, por Pernambuco, e Manuel Vitor de Azevedo, por São Paulo. Para os trabalhos legislativos federais entre 1951–1955, os pedecistas eleitos foram três: permaneceu o padre pernambucano, por São Paulo elegeu-se Auro Soares de Moura Andrade e pelo Amazonas, André Vidal de Araújo; entretanto, já indicando o realinhamento, Antenor Mourão Bógea, eleito pela UDN no Maranhão, anunciou sua filiação ao PDC em 19 de fevereiro de 1954

(ACD, 1960 [1954], Vol. 2, p. 561), e, vindo do PTB da Bahia, Joel Presídio de Figueiredo indicou, a 2 de fevereiro de 1954, a sua entrada no PDC, acompanhado por outros deputados estaduais baianos (*Idem*, [Vol. 1], p. 612). Sendo assim, os pedecistas contaram, ao final desta legislatura, com cinco cadeiras federais.

Naquele quadro de institucionalização do pluripartidarismo, os pressupostos dos pedecistas mantiveram-se em sintonia com aqueles que pretendiam reorganizar o sistema político brasileiro, ou seja, postados contrários a muito do que o Estado Novo representava. Num momento em que era apreciável a defesa de uma maior abertura dos meios decisórios do Estado brasileiro, não poderia faltar no elenco das reivindicações do PDC os seguintes pontos em seu programa: “elaboração, pelos representantes legítimos do povo brasileiro, de uma nova Constituição em moldes inteiramente democráticos; [...] supressão do Departamento de Imprensa e Propaganda, dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, do Tribunal de Segurança Nacional e revogação das leis de opressão” (PDC, 1981 [1945], p. 470). Entre seus principais fundamentos não faltariam questões que se contrapunham a elementos ditatoriais advindos do estado-novismo. Nesse sentido, pregavam o “sufrágio universal, com a maior amplitude, de modo a fazer dos governadores a expressão real do consentimento dos governados; a autonomia e respeito recíproco rigoroso dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sem que nenhum ultrapasse os limites dos seus direitos e o governo seja a expressão da harmonia entre eles e não da proeminência do Poder Executivo, como vem se dando no Brasil há muito tempo” (*Idem*, p. 463). A própria data e local escolhidos para a fundação do partido, 9 de julho de 1945 no Teatro Municipal de São Paulo, é indicativa do teor dos pressupostos que os pedecistas pretendiam dar a sua política.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> O 9 de julho é a data em que os paulistas comemoram o movimento de insurgência contra Vargas, ocorrido em 1932, o qual é chamado de Revolução Constitucionalista.

A saída de Vargas da administração do Estado foi tão importante para os pedecistas que chegou a ser entendida como um marco de datação que traria de volta a normalidade para a história nacional; demonstra isso sua afirmação de que havia chegado “o momento em que o país retoma o ritmo de sua evolução histórica normal” (*Idem*, p. 461). Assumindo esta mesma postura, tivemos Arruda Câmara assim se referindo ao momento político imediatamente pós 1945, a 6 de fevereiro de 1946: “Nesta alvorada luminosa que inicia uma nova era, assistimos a vitória do Direito sobre a força; a afirmação do primado do espírito sobre a matéria e a exaltação da liberdade e da democracia, que se erguem sobre os escombros das ditaduras” (AAC, 1946, Vol. 1, p. 49). Podemos indiciar, nesse aspecto, que sendo o pós Estado Novo visto como, em certo sentido, continuidade histórica da República Velha, algumas pistas sobre as origens políticas dos pedecistas que os ligam aos grupos aliados do poder público em 1930. E nessa contracorrente ao varguismo, o grupo político aqui estudado só poderia destacar como elemento positivo, e que adviesse da administração varguista, algo que se ligasse umbilicalmente aos seus interesses. É com essa perspectiva que vemos suas observações programáticas acerca do ensino religioso; para o PDC, “uma das poucas conquistas da opinião pública nacional, incorporadas desde 1931 à legislação do Estado” foi a inclusão, nas escolas, do ensino religioso facultativo como matéria de programa e de horário (PDC, 1981 [1945], p. 469). Vemos, nisto, e com limpidez, a expressão programática de sua pretensão de se tornar o partido galvanizador das energias políticas da Igreja.

Provavelmente este anti-varguismo do PDC – muito compreensível num contexto em que se livrar de Vargas significava, para muitos, efetivar mudanças que não fugissem ao seu controle – tenha contribuído para que o estudo de Benevides assinalasse que o PDC fosse um simples satélite da UDN (BENEVIDES, 1981, pp. 224 e 228) (Ver também VIANNA, 1981 [1978], p. 159). Contribui para este ponto de vista, por exemplo, ainda que seja uma

interpretação que não valoramos como fonte primária,<sup>57</sup> e recente declaração de um dos agentes políticos do período, o ex-governador pedecista do Paraná, Ney Braga; para ele, seus correligionários estiveram, durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, doravante Kubitschek, “aproximados da linha de atuação de Carlos Lacerda”, talvez o maior adversário do varguismo (BRAGA, 1996a, p. 94). Outro elemento que indica o anti-varguismo de notórios membros do PDC foi o fato de nenhum deles, quando da comoção nacional pelo suicídio deste Presidente da República, a 24 de agosto de 1954, haver sequer pedido a palavra no Câmara Federal, em sessão específica sobre o assunto, para expressar alguma posição.

Pelo que dissemos até o momento, ficou-nos expresso que os pedecistas brasileiros viram a necessidade de modificar o sistema político nacional que havia sido constituído pelo Estado Novo. Todavia, as transformações, na sua ótica, precisavam ser ordenadas de forma a não colocar em xeque uma parcela significativa do ordenamento político-institucional: parece que para eles cada peça deveria ter o seu lugar no tabuleiro de forma a não colocar em risco a ordem social. Bem sintonizados com a elite política que ambicionava direcionar os rumos da abertura democrática, os pedecistas sentiam a necessidade de, naquela conjuntura específica, limitar, por assim dizer, a ação dos peões num momento em que a mobilização popular e alguma forma de democratização precisavam se articular a fim de impedir que o jogo fosse além da simples disputa entre peças brancas e pretas. O programa do PDC de 1945 indicava

---

<sup>57</sup> O texto referenciado é *Ney Braga : tradição e mudança na vida política paranaense : entrevista a Adherbal Fortes de Sá Júnior*. Temos consciência das considerações que Cristiane Aparecida Fontana Grüm, doravante Grüm, em *Entre a técnica e a propaganda : a projeção do homem público*, baseada na noção de documento/monumento de Jacques Le Goff, faz sobre este trabalho. A esse respeito, documento teria um significado de prova e seria escolhido pelo historiador, não sendo este o sentido que damos ao referido texto, pois, assim como a autora, nós também entendemos que “através da biografia [encomendada pelo ex-governador], Ney Braga faz seu próprio monumento”, ou seja, algo intimamente ligado à perpetuação de algo, à evocação do passado (GRÜM, 2001, p. 20). No caso, ele o fez com o intento de voltar à cena na sociedade paranaense, pois, após ter sido identificado com o regime militar, com a redemocratização a sua situação política ficou muito difícil. Todavia, ressaltamos que a referida biografia, sempre que for usada por nossa pesquisa, será como uma fonte secundária, e para assuntos, como neste caso, que estejam acompanhados de outras referências. Como o trabalho de Grüm é utilizado em capítulo posterior nosso, aproveitamos para expor seu objetivo: partindo de Raoul Girardet, George Balandier, Pierre Ansart e Jean-Marc Ferry, ela analisa a produção da imagem pública do governador Ney Braga nos jornais *O Estado do Paraná* e *Diário da Tarde* entre 1961 e 1965.

os limites almejados: “essa ascensão das massas e essa instauração da democracia podem operar beneficentemente, se repousada sobre uma base ética racional e evangélica” (PDC, 1981, [1945], p. 461); ou seja, nada de peões tomando a torre e os cavalos, ou ficando contra o rei, a rainha e, no caso específico do PDC, muito menos contra o bispo. Portanto, na perspectiva do partido, a participação política popular e a própria democracia que, de uma forma ou de outra, ainda que aos tropeços, dava seus passos, apenas teriam um caráter positivo se condicionadas à existência de um ordenamento evangélico em nossa sociedade.<sup>58</sup> Vemos este condicionamento que vincula democracia com religião como muito perigoso, posto que o mundo da devoção certamente não é o ambiente mais propício para a discussão ampla e aberta, como requer um processo político que possua, ou venha a querer possuir, alguma possibilidade de disputa franca e aberta.

O próprio ordenamento social que os pedecistas julgavam conveniente para o nosso país certamente surpreenderia muitos pelo seu caráter profundamente limitador. Para eles, “a ordem social se baseia na ordem jurídica e a ordem jurídica na ordem moral” (PDC, 1981 [1945], p. 462). E caso se inverta a hierarquia deste ordenamento, o que poderia ocorrer? O programa do partido responde: “está aberto o caminho à instituição de todas as ditaduras e à subversão da ordem natural da sociedade” (*Idem*). Outra exposição de Arruda Câmara, feita em 5 de abril de 1946, nos dá a dimensão do porque da adoção de pressupostos tão engessados sobre a resolução dos problemas sociais. Para o deputado, “seria desastroso pensar que a crise pode ser vencida sem que a calma e a ordem públicas prevaleçam. A história está cheia de exemplos de massas famintas levadas à desordem e à pilhagem. Procurar conjurar a crise em meio aos distúrbios, seria o mesmo que tentar semear os campos com brasas acesas.

---

<sup>58</sup> Acreditamos que as motivações destas posturas relacionam-se com o clima pós Segunda Guerra Mundial pois, segundo Pedro Sampaio Malan “a Guerra Fria que se seguiu como é sabido, teria efeitos desastrosos em termos da esterilização do pensamento político de pelo menos uma geração na camisa de força do maniqueísmo” (MALAN, 1986, p. 57).

Ai daqueles que ateiavam ou incendeiavam agitando revoltas infrutíferas” (AAC [sem data de impressão], [1947], Vol. 6, p. 79).

Tudo nos leva a crer que o grande temor dos pedecistas era, naquela conjuntura inicial de abertura democrática, que as massas populares passassem a se organizar de tal forma que colocassem em risco o ordenamento político.

Tendo em peso essas constatações, fica bem explícito qual seria o conteúdo da democracia e da participação popular que os pedecistas viam como necessários para que a sociedade seguisse sua normalidade. Para que as coisas funcionassem de forma condizente aos seus preceitos, precisaríamos que a evangelização fosse a estrutura que sustentasse a sociedade, bem como que a moral fosse o seu marco ordenador; não esqueçamos a missão que Manuel Vitor entendia como sua na Constituinte de 1946, a de cristianizar a lei (AAC, 1946, Vol.1, p. 52). Como pudemos detectar – e assim nos aproximamos novamente do que René Armand Dreifuss, doravante Dreifuss, expôs sobre o fato da elite política da época entender como importante a conformação, pós 1945, de um Estado fundado sob a égide do autoritarismo cartorial e patrimonial, ainda que com aspectos mais próximos de uma democracia institucional (DREIFUSS, 1981, pp. 26 e 27) – os pressupostos pedecistas estavam condizentes com as necessidades dessa elite de buscar estabelecer uma democracia sob o máximo controle e disciplina possíveis. Para os correligionários do PDC, isso representava instituir algo hierarquizado tão do alto que poderíamos dizer que só poderia ocupar o seu topo quem estivesse no céu. Essa noção estaria muito perto do corporativismo autoritário que Busetto indica estar presente em muitos dos fundadores da DC na América Latina (BUSETTO, 1998, pp. 16 e 22). Referenda ainda mais estas nossas considerações, o já abordado anticomunismo do principal líder do PDC neste período, Arruda Câmara, que, para além do discurso, não teve dúvidas de defender a extinção do PCB no período. Não era para

menos se, afinal, para ele, como vimos, “o Diabo era comunista” (AAC, 1946, Vol. 5, p. 303), e tal companhia parlamentar não lhe agradaria.

Entendendo que o PDC foi fundado num momento em que rupturas e continuidades se entrecruzavam na forma pela qual a política brasileira se dedicava a resolver as demandas dos diversos setores sociais, vemos que, no campo econômico, onde as premissas da Terceira Via teriam mais chances de ser observadas por nós, os pedecistas se postaram ambíguos programaticamente. Ora apresentavam-se claramente liberais – portanto, bem situados como satélites do baluarte do liberalismo brasileiro pós 45, qual seja, a UDN – e ora davam indícios da necessidade de intervenção estatal no mundo do *homo economicus*. Dessa forma, eram notadamente liberais quando expressavam que “o Estado, economicamente, tem funções supletivas, não podendo intervir diretamente na gerência das atividades econômicas particulares, a não ser quando por estas solicitado e a título temporário” (PDC, 1981 [1945], p. 464). No que se refere à política econômica internacional do Estado, ela deveria “evitar todo exagerado protecionismo nacionalista” (*Idem*, p. 465). Estas seriam, outrossim, maneiras de se postar contra alguns entendimentos centrais do varguismo.

Os posicionamentos programáticos acerca do liberalismo econômico não eram apenas parte de uma retórica que seria esquecida quando o programa fosse registrado oficialmente. Quando o deputado Paulo Sarasate, da UDN, apresentou um projeto que visava congelar os preços de aluguéis devido à crise econômica pela qual o país passava, Arruda Câmara foi enfático, em 23 de maio de 1946, ao dizer que o deputado udenista “não pode esquecer os sagrados direitos dos proprietários. [...] O que se está fazendo neste caso é demagogia” (AAC, 1948 [1946], Vol. 10, p. 71). O Estado, não poderia, por esta perspectiva, cercear a liberdade dos especuladores imobiliários de manter sua lucratividade sobre aqueles que não pagavam aluguel. Podemos dizer, portanto, que a atuação da empresa privada, bem como a defesa da

inviolabilidade do uso da propriedade particular, eram entendidas como um campo aberto em que o livre mercado iria, a primeira vista, gerir seu funcionamento. Mesmo o capital multinacional, fonte de tanta discussão no período, poderia atuar no país sem muitos problemas. A administração pública seria chamada apenas quando a iniciativa privada achasse conveniente e, porque não dizer, lucrativo.

Entretanto, se por um lado o PDC defendeu a livre empresa, por outro, expunha a necessidade de intervenção do Estado na economia, aí se aproximando mais da Terceira Via. Os pedecistas pensavam que não era contraditório conciliar os pressupostos liberais que expusemos acima com a pretensão de que houvesse “um limite de lucros” e que seus excessos seriam controlados “de acordo com as leis da justiça e da equidade” (PDC, 1981 [1945], p. 467). Contudo, parece extremamente duvidoso imaginar que os empresários vão chamar o Estado para controlar seus lucros, como, basicamente, parece ter sido a receita do PDC.

A partir dos elementos que coletamos, no que se trata ao objetivo clássico da DC, qual seja, constituir uma Terceira Via ao capitalismo e ao socialismo, notamos que entre os anos 1945 e 1950, essa proposta não esteve muito clara entre os pedecistas brasileiros, se formos ter em mente a articulação entre o programa e os discursos. Apenas expressavam, e de forma muito tímida, a necessidade de controle dos lucros das empresas.

### **3.2. O Realinhamento Programático: Fortalecimento da Terceira Via Pedecista**

Com o intuito de melhor nos dedicarmos ao conteúdo programático pedecista e, assim, a seu pressuposto de Terceira Via, no contexto de 1961, é conveniente tomarmos duas providências. A primeira é situar a dimensão política interna do PDC, a fim de percebermos de onde vinham as propostas de mudanças que permitiram ao partido adquirir, no cenário

nacional, a partir de meados já dos anos cinquenta, um maior dinamismo político. Sendo assim, ganha sentido a segunda providência: buscar inserir este maior dinamismo no já citado processo de realinhamento do sistema partidário (SOUZA, 1983 [1976], p. 43), que, no nosso entender, contribuiu decisivamente nas modificações programáticas feitas pelos pedecistas.

Dito isso, cabe salientar que, mesmo tendo em mente os já indicados dualismos do seu programa de 1945, os pedecistas estiveram entre os políticos que à época melhor conseguiram elaborar, programaticamente, um posicionamento mais definido, mesmo antes da reformulação programática, quando a sua Terceira Via, então, ficou mais palpável.<sup>59</sup> Seus programas apresentavam fundamentos que não se restringiam a apenas cumprir uma formalidade legal. A própria atitude de mudança do programa confirma isso, demonstrando a importância que lhe davam, pois se isso não tivesse relevo para os partidários da Terceira Via, para que gastar tempo em modificá-lo. Além do que, a reformulação nos remete ao fato dos correligionários do PDC perceberem que, para um melhor desempenho eleitoral num quadro bastante diverso de 1945, era pertinente e possível dar maior concretude a sua Terceira Via, o que tornaria a DC brasileira mais afinada com suas congêneres internacionais, inclusive com a chilena.

A situação política nacional começou a adquirir novos tons com o acirramento do debate político e econômico. Nesse ínterim o PDC conseguiu, no âmbito do legislativo federal, tornar-se o partido que mais cresceu percentualmente entre 1954 e 1962, pulando de

---

<sup>59</sup> Confirma essa preocupação programática, por exemplo, o fato de Arruda Câmara haver oferecido, em 15 de março de 1946, o programa do PDC de 1945, em sua ordem econômica e social, como contribuição à Assembleia Constituinte; ou ainda, em estrita ligação com este programa, suas recorrentes defesas do casamento monogâmico e indissolúvel, bem como do efeito civil do casamento religioso, da família como base da reconstrução social do país, do ensino religioso facultativo nas escolas, da assistência religiosa para as classes armadas em caráter permanente (AAC, 1947 [1946], Vol. 4, pp. 10, 11, 12, 13).

três para vinte e uma cadeiras, contando com um senador.<sup>60</sup> Este processo pode ser observado, como vimos, ainda no início de 1954, quando a bancada pedecista passou de três deputados para cinco, aumentando significativamente.

Para observarmos com maior clareza esse crescimento, importam dois aspectos que interagem. No aspecto intrapartidário, o PDC contou em seus quadros com importantes militantes vindos da já aludida VD – Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio e Antônio Queiroz Filho (BUSETTO, 1998, p. 47) – que contribuíram decisivamente na alteração programática, a qual deu um caráter mais preciso para a Terceira Via pedecista. No aspecto extra-PDC, ou seja, na dinâmica do sistema partidário brasileiro como um todo, é de grande auxílio a já referenciada discussão sobre o processo de seu realinhamento.

Quanto ao quadro político-partidário mais geral, é relevante uma reflexão sobre alguns problemas com os quais se deparava a elite política no período. Destacamos que, já no início da década de sessenta, muitos temas controversos entraram na agenda política nacional, “forçando os partidos a assumir posições ideológicas mais estritas” (KINZO, 1988, p. 21), como foi o caso do próprio PDC e de sua Terceira Via. Este processo é mais facilmente apreendido se voltarmos nossos olhos um pouco mais para trás no tempo. Não esqueçamos que a administração pública federal, ainda nos anos cinquenta, dava já os sinais de que não podia responder de forma estável às diversas demandas sociais. A respeito desse problema Dreifuss expôs o seguinte: “no final da administração de Kubitschek ficou claro que o seu ‘modelo de desenvolvimento’, apesar de suas realizações, havia se esgotado, o próprio governo admitiu implicitamente esse fato adotando ostensivamente uma política de ‘adiamento dos problemas’. O adiamento tático era visível, visava transferir para a

---

<sup>60</sup> Além do que nosso trabalho apurou empiricamente, este crescimento é referenciado também por (CARONE, 1985, p. 90), (SOARES, 1973, p. 68 e 92), (SOUZA, 1983 [1976], p 43), (*Idem*, 1985, p. 101) e (VIANNA, 1981 [1978], p 162).

administração seguinte os problemas que se acumulavam sem serem resolvidos” (DREIFUSS, 1981, p. 37) (Ver também SANTOS: 1986, p. 39).

No interior deste drama político, os pedecistas passaram a ser mais aceitos pelo eleitorado. Considerando isto, lembramos a relação que fizemos entre este crescimento e o processo pelo qual passou a economia brasileira, classicamente entendido como de associação com o capital monopolista internacional e sintetizado pela Instrução 113 da SUMOC, baixada no início de 1955, na Presidência de Café Filho e analisada no capítulo anterior.<sup>61</sup> Sustentamos que, na medida em que este processo tomava maiores proporções econômicas, mais acirradas se tornavam as disputas no interior do ordenamento político da democracia populista, mais a tendência eleitoral pendeu para o lado dos partidos reformistas, em detrimento dos conservadores, e mais os pedecistas foram obtendo brechas para melhor consolidar suas premissas de Terceira Via. Nesse contexto, precisamente com o resultado das eleições de 1962, é interessante ressaltarmos que “os três maiores partidos, que haviam obtido, em 1945, 78,7% dos votos, receberam, dezessete anos mais tarde, somente 38,9% deles, enquanto alianças partidárias obtinham 41%. Por outro lado, o número de votos em branco subiu de 468.000 (4,8%) em 1954 para 2.149.111 (15%) em 1962” (DREIFUSS, 1981, p. 138).<sup>62</sup> A UDN passou de 26,3% em 1945 para 11,2% em 1962, o PSD de 42,3% para 15,6% e o PTB de 10,1% para 12,1% (*Idem*, p. 139). Desta forma, num período em que os três maiores partidos passaram, em conjunto, a representar eleitoralmente muito menos do que logo após a Segunda Guerra Mundial – portanto, quando o ordenamento político formado para a saída de Vargas se demonstrava ineficiente para manter a estabilidade – foi que os

---

<sup>61</sup> As referências à Instrução 113 da SUMOC são recorrentes em pesquisas sobre o período. Entre as quais destacamos: (CARONE, 1985a, p. 87), (MARANHÃO, 1986, p. 264), (SAES, 1985, pp. 99 e 119) e (VIANA, 1980, p. 68).

<sup>62</sup> Sobre esta mudança do peso dos partidos, ver também: (SILVA, 1996, p. 306), (SILVA, 2000, p. 221), (SOARES, 1973, p. 61) e (SOUZA, 1983 [1973], p. 43).

pedecistas conseguiram obter mais espaço para expressar sua Terceira Via no quadro político brasileiro.

Nessa quadra histórica, as propostas oriundas do grupo advindo da VD puderam ter espaço para um melhor posicionamento no interior do PDC. Na medida em que propostas como lei antitruste, reforma agrária, reforma eleitoral, defesa de relações diplomáticas e comerciais com todos os países e sindicalização rural iam ganhando mais corpo no interior do partido, mais tons reformistas ele adquiria,<sup>63</sup> e mais a sua Terceira Via adquiria feições que lhe possibilitavam um maior acesso aos eleitores.

Diante desses eventos, os pedecistas, buscando se atualizar para atingir uma maior densidade eleitoral, viram como necessário modificar o programa partidário. Era o momento de readequar suas propostas para um novo contexto; as alterações se concretizaram na Convenção Nacional do PDC, realizada em Curitiba, nos dias 8 e 9 de abril de 1961. Na Convenção, três linhas se confrontaram no interior do partido. Uma, estritamente conservadora, liderada por Arruda Câmara e Juarez Távora visava centrar o partido na luta pela moralização dos processos da administração pública e na defesa de um vago bem comum; já pudemos ver seu caráter anticomunista e avesso a reformas. Outra, mais propensa às reformas, liderada por Paulo de Tarso Santos, Plínio de Arruda Sampaio e contando com o apoio da Juventude Democrata Cristã (JDC), objetivava dar um ar antiimperialista para a Terceira Via do partido, defendendo o nacionalismo econômico; pregavam a reforma agrária e reformas sociais mais ampliadas que melhorassem a condição dos trabalhadores urbanos e

---

<sup>63</sup> Busetto assim se refere ao novo contorno programático do partido: “Se tal definição dos aderentes/eleitores mobilizados pela representação de mundo social democrata cristão não possibilitava posicionar o grupo e o PDC paulista como forças políticas populares, ela permite a definição do movimento democrata cristão como uma força agregadora e representante de interesses e demandas reformistas e democráticas de segmentos da sociedade civil brasileira da época” (BUSETTO, 1998, pp. 162-163) (Ver também CARONE, 1985b, p. 329).

rurais.<sup>64</sup> Destacamos que, no final de 1961, a 9 de outubro, Paulo de Tarso Santos expôs publicamente uma proposta feita à direção do PDC: modificar o nome do partido “para Partido Socialista Cristão, expressão mais adequada a uma agremiação que se deve voltar a realizar a socialização defendida corajosamente pela Encíclica *Mater et Magistra*”; para este deputado, “a sobrevivência e a dignidade eram prioridades em relação ao direito de propriedade” (ACD [sem data de impressão] [1961], Vol. 24, pp. 131-133). Um terceiro grupo, liderado por Antônio Queiroz Filho e Franco Montoro, se apresentava como aberto às reformas, mas distante tanto do anticomunismo como de uma pretensa busca do socialismo. Acabou servindo como agente conciliador da Convenção, permitindo que a formulação da Terceira Via do PDC acomodasse um pouco do afã de cada uma das tendências (BUSETTO, 1998, pp. 182, 183, 184).

Nesse contexto encontramos alguma luz para compreendermos porque, a partir daí, ficou mais explícita, no programa do PDC, as propostas de Terceira Via voltadas para reformas estruturais, talvez sob influência da produção teórica da “escola cepalina”,<sup>65</sup> da qual

---

<sup>64</sup> Salientamos que este era o grupo intrapartidário mais afinado com as chamadas reformas de base, as quais entraram, durante o governo de Goulart, na agenda política brasileira de uma forma decisiva para o futuro da democracia populista. Segundo Edgar Carone em *A república liberal II: evolução política (1945-1964)*, “por Reformas de Base entende-se a questão da reforma agrária, a reforma sindical, a reforma bancária, as reformas Constitucional Político-Partidária Eleitoral, a reforma Tributária Federal, o Plano Contra a Inflação, o Plano Trienal do Governo, a Autosuficiência Alimentar no Brasil, o Programa para a Produção de Energia, a Eletrificação Ferroviária, a Defesa dos Preços dos Produtos Exportáveis, a Dinamização da Zona Livre de Comércio e a Reorganização da Marinha Mercante” (CARONE, 1985a, pp. 191 e 192, o que está em maiúsculo é como no original). Sobre as reformas de base ver também: (REIS, 2001, pp. 329 e 330), (TOLEDO, 1983, pp. 51 e 52), (VIANA, 1980, pp. 9 e 127) e (WEFFORT, 1978 [1967], p. 78). Entretanto, a posição em defesa das reformas de base não era exclusividade deste grupo intra-PDC, como demonstra o discurso de Franco Montoro, a 9 de julho de 1962, onde é feita a ampla defesa das “reformas estruturais [...]. Reformas de base como a reforma agrária, a reforma urbana, reforma da estrutura da empresa econômica, reforma eleitoral, reforma administrativa, reforma bancária, reforma tributária. Todas elas orientadas no sentido de serem instrumento para a promoção da justiça e a eliminação destas desigualdades” (ACD, [sem data de impressão] [1962], Vol 15, p. 24).

<sup>65</sup> A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) era um organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), preocupado com o desenvolvimento econômico desta parte do continente americano. “Escola cepalina” foi o nome dado aos que defendiam as teses da CEPAL. Em resumo, expressavam que a América Latina possuía um atraso estrutural em seu desenvolvimento, e que este só seria superado com a intervenção estatal na economia, principalmente através da formação de poupança interna, a qual financiaria o desenvolvimento industrial nacional e de uma pretensa substituição de importações. Estas teses também são conhecidas como nacional desenvolvimentistas e serão melhor analisadas no capítulo posterior.

muitos pedecistas estavam se aproximando. A partir deste momento, o partido precisou demonstrar estar programaticamente na defesa dos países subdesenvolvidos, daí propor “a composição de um bloco de países latino-americanos voltados contra as opressões do imperialismo” (PDC, 1981, [1961], p. 473). Ganhou espaço, também, a busca da independência diplomática e da soberania das nações, inclusive das ditas do terceiro mundo, como demonstra a defesa programática da igualdade entre os Estados nacionais na ONU, o que decorreria na suspensão do direito de veto concedido às grandes potências (*Idem*). Com este espírito o deputado federal Euzébio Rocha, a 29 de setembro de 1961, saudou o governo do Presidente Goulart por desenvolver, aos seus olhos, uma política externa independente e, inclusive, por manter relações comerciais com os países “que constituem o chamado Bloco Socialista” (ACD, 1961, Vol. 22, p. 882).<sup>66</sup>

Ambicionando apresentar-se em oposição ao imperialismo, a Terceira Via do PDC propunha que a PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S/A), fosse entendida pela sociedade como um dos instrumentos de libertação econômica nacional. Com seus ouvidos bem atentos aos alaridos vindos de muitos movimentos sociais, principalmente o estudantil, o sindical e o dos trabalhadores rurais, o PDC passou, portanto, a realinhar-se mais decisivamente na defesa da intervenção do Estado na economia, bem como se aproximou de propostas que indicavam uma maior sensibilidade com as causas populares (MAGALHÃES, 1989a, p. 121). Como

---

<sup>66</sup> Paulo G. Fagundes Vizentini, ao analisar a política externa brasileira entre os anos 1951 e 1964, sustenta que: “Apesar das diferenças existentes entre o nacional-desenvolvimentismo populista de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo associado de Kubitschek, e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, bem como das particularidades que marcaram o contexto histórico de cada uma, esses projetos possuem acentuados traços em comum e apresentam uma continuidade. [...] A política externa desses três períodos apresenta um aprofundamento contínuo, que atinge a sua forma superior com a Política Externa Independente (PEI)” (VIZENTINI, 1994, p. 99) A PEI seria caracterizada por cinco pontos principais: ampliação do mercado externo dos produtos brasileiros por meio da redução tarifária na América Latina e da intensificação das relações comerciais com todas as nações, mesmo as socialistas; formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico, para fugir das imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI); coexistência pacífica, desarmamento geral e progressivo; autodeterminação dos povos e não intervenção de países em assuntos internos de outros; apoio à emancipação completa dos territórios não-autônomos (*Idem*, p. 99). Identificamos, portanto, que a reformulação programática do PDC vinculou-se estreitamente com a PEI.

demonstração disso, seu programa pregava o “combate a concentração da propriedade em mãos de uma minoria” e a “necessidade de uma reforma agrária e de uma reforma na estrutura da empresa econômica” (PDC, 1981, [1961], p. 472). A reforma agrária era entendida como a eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivo com a redistribuição da propriedade rural. Num extremo dentro do partido, Euzébio Rocha chegou a dizer, a 25 de agosto de 1961, que “somos pela reforma agrária e estamos interessados em conhecer de perto os propósitos das ligas camponesas sob a chefia do deputado Julião” (ACD, 1964 [1961], Vol. 19, p. 412).<sup>67</sup>

A reforma agrária tinha um papel especial no conjunto das reformas de base, tornando-se algo de crucial importância política no início dos anos sessenta e expondo mais alguns limites daquela democracia.<sup>68</sup> O grande debate era se haveria ou não alteração no artigo 141 da Constituição de 1946, o qual previa indenizações em dinheiro para desapropriações visando a reforma agrária, limitando em muito as possibilidades dos cofres públicos em arcar com uma alteração da estrutura agrária na amplitude que as reformas de base sugeriam; lembramos, aliás, que este artigo é oriundo de uma emenda de Arruda Câmara, ainda quando deputado constituinte (BRAGA, 1996b, p. 378).

---

<sup>67</sup> Euzébio Rocha se referia ao deputado federal pelo PSB de Pernambuco, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. Caio Navarro de Toledo, doravante Toledo, assim as define: “As Ligas Camponesas nasceram da resistência – muitas vezes armada – dos foreiros (pequenos agricultores e não proprietários) contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam, movida pelos proprietários; de 1959 a 1962, as Ligas tiveram uma acelerada expansão em todo o Nordeste. As Ligas contestavam, abertamente, a dominação política e econômica a que estavam secularmente submetidas as massas rurais. Em algumas localidades, ocorreram conflitos armados entre ‘camponeses’ e proprietários de terra; lideranças camponesas serão perseguidas e assassinadas a mando dos latifundiários, alarmados com a politização das massas rurais” (TOLEDO, 1983, p. 77).

<sup>68</sup> Para Toledo, a reforma agrária tinha importância na estabilidade, ou instabilidade, política da época por dois motivos principais: “De um lado, era preciso aumentar a produção agrícola (alimentos que suprissem as demandas da população urbana em crescimento; matérias-primas para a expansão industrial, etc.), ao mesmo tempo que se buscava criar um mercado interno mais amplo para os bens manufaturados. De outro lado, prevendo-se situações incontroláveis de tensões e distúrbios sociais, propunha-se uma melhor distribuição da terra (em mãos de um reduzido número de latifundiários e freqüentemente mantida de forma improdutivo)” (TOLEDO, 1983, p., 54). A dimensão das discussões sobre a reforma agrária no período podem ser vistas em: (CARONE, 1985b, p. 249-251), (BOTAS, 1983, pp. 46-90), (SILVA, 1996, p. 314) e (VIANA, 1980, pp. 134-143).

Diante dessas questões, sob o ponto de vista discursivo, sublinhamos que a Terceira Via pedecista foi favorável a alteração do artigo 141. Surpreendentemente, até o próprio Arruda Câmara, a 5 de julho de 1962, alinhado com o seu partido, expôs que advoga “estas reformas de base, inclusive a reforma agrária, até com a modificação do artigo 141, parágrafo 16” (ACD, [sem data de impressão] [1962], p. 145). Infelizmente não pudemos apurar a que custo político essa mudança se deu, todavia é possível inferirmos ter sido esta a forma que Arruda Câmara encontrou para enfrentar as pressões políticas vindas das Ligas Camponesas; afinal, era em Pernambuco, o mesmo estado do pedecista, a base política de Francisco Julião, o grande líder das Ligas. Mas coube ao pedecista Plínio de Arruda Sampaio articular uma emenda constitucional que alterava o artigo 141, indicando que as indenizações para os desapropriados passariam a ser mediante títulos da Dívida Pública da União, resgatáveis em vinte anos e em prestações anuais (BOTAS, 1983, p. 76 e 77).<sup>69</sup> Portanto, o teor da Terceira Via foi, para esse contexto, profundamente favorável às reformas de base.

Quanto às empresas multinacionais aqui instaladas, algo tão debatido no Brasil da década de sessenta, o PDC também esteve atento em ligar sua Terceira Via aos anseios de diversos setores que reivindicavam o controle sobre as remessas de lucros. Propunha, também, “a aprovação de uma lei antitruste que confiará ao poder público a faculdade ampla de combater e eliminar os quistos de exploração constituídos pela concentração do poder econômico e pela sua interferência no mercado produtor e no consumidor” (PDC, 1981, [1961], p. 474). A organização da empresa nacional deveria propiciar a participação dos trabalhadores nos lucros, na propriedade e na sua gestão; tal postura aproximava o PDC do

---

<sup>69</sup> Segundo Paulo Cezar Loureiro Botas, em *A benção de abril : “Brasil, Urgente” : memória e engajamento católico no Brasil (1963-1964)*: “O PSD reagia contra esta Emenda propondo a expropriação das propriedades de menos de 500 hectares em dinheiro. Acima disto poderiam ser em títulos de dívida pública [...] Isto eliminaria a possibilidade de desapropriar para constituir cinturões verdes nas grandes cidades. As propriedades próximas de capitais eram em geral de menos de 500 hectares. Eliminaria a possibilidade de intervir ao longo das estradas existentes. Ao largo das áreas equipadas” (BOTAS, 1983, p. 78).

que defendia a DC alemã no início da redemocratização daquele país, logo após a Segunda Guerra Mundial (LYON, 1967, p. 82). Dentro desta perspectiva de intervenção do Estado na economia, nem Arruda Câmara pode resistir. A 29 de maio de 1961, apoiou o controle do aumento dos preços dos remédios proposto pelo governo federal (ACD, 1963 [1961], Vol. 8, p. 41). Deputados federais pedecistas defenderam, mesmo, a encampação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro pelo governo paulista de Carvalho Pinto e a da Light, empresa de distribuição e geração de energia elétrica do Rio de Janeiro.<sup>70</sup>

Também adquiriu grande importância para atuação do PDC a mudança do limite de isenção para o imposto de renda, no que era defendida a implantação de um caráter fortemente progressivo; entretanto, se pretendia isentar quem recebesse até cinco salários mínimos. Franco Montoro foi quem mais se dedicou à tarefa de limitar o imposto de renda para esta faixa salarial.<sup>71</sup>

Vemos, a partir desses subsídios, que as profundas discussões por que a sociedade brasileira passou a partir de meados da década de cinquenta, principalmente no que tange ao modelo de desenvolvimento, levaram pedecistas a assumirem, em seu programa e em seus discursos, uma Terceira Via que indicava a necessidade de reformas mais profundas nos diversos campos sociais. Além do que, este redirecionamento de sua posição nos possibilita dizer que estavam de olhos bem abertos às possibilidades de conquistas eleitorais surgidas

---

<sup>70</sup> A encampação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi defendida por Aniz Badra em 2 de junho de 1961 (ACD, 1963 [1961], Vol. 9, p. 41). A encampação da Light foi defendida por Euzébio Rocha em 27 de setembro de 1961 (ACD, 1961, Vol. 22, p. 732).

<sup>71</sup> Foram inúmeros os discursos de Franco Montoro sobre essa questão. Referenciamos apenas alguns: (ACD, 1963 [1961] Vol. 1, p. 490), (ACD, 1963 [1961], Vol. 4, pp. 286-290), (ACD, 1963 [1961], Vol. 10, p. 90) e (ACD, 1963 [1961], Vol. 13, p. 87).

com a desestabilização do sistema político institucional, advindas da crise que passou a se instaurar na aliança entre o PSD e o PTB.<sup>72</sup>

Outros campos importantes, como o das questões mais estritamente políticas e das relações trabalhistas, também tiveram a atenção na reformulação programática. Sobre as relações trabalhistas, propuseram a sindicalização rural, o direito de greve e o estabelecimento de legislação trabalhista para o homem rural, contrapondo-se programaticamente aos grandes proprietários rurais. Essas questões colocavam o partido praticamente em rota de colisão com a UDN, não podendo ser caracterizado como um de seus satélites.<sup>73</sup>

Quanto aos assuntos ligados à organização das estruturas políticas do país, o novo programa trouxe para a Terceira Via pedecista uma concepção de democracia institucional semelhante àquela que Jean-Marie Mayeur qualificou como sendo da DC (MAYEUR, 1999, p. 898); abrangia-se algo mais que as relações dos eleitores com o Estado via partido e não dimensionava-se seu sentido tanto pela evangelização e hierarquia, como no programa anterior. Os pedecistas entendiam que a intervenção do poder público deveria dar-se de forma plural e descentralizada, respeitando e fortalecendo “os grupos sociais intermediários, como a família, o Município, o sindicato, a empresa, a escola, a cooperativa e outras, que não poderão ser absorvidos ou eliminados pelo poder centralizador do Estado” (PDC, 1981, [1961], p. 472). Viram, ainda, a necessidade da reformulação do sistema eleitoral, pois este estaria “burlado pelos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros” que com seu poder

---

<sup>72</sup> Salientemos que algumas constatações de Benevides contribuem para uma melhor reflexão deste processo; sustenta ela: “a associação Forças Armadas/Congresso tem seu momento de ruptura no plano da ordem, na medida em que as contradições no interior da aliança PSD/PTB e em cada partido se agravam com o radicalismo do PTB, por sua identificação com as reivindicações populares; setores do Exército passam a se preocupar seriamente com o envolvimento do PTB ‘janguista’ com teses de ‘esquerda’ e com os comunistas” (BENEVIDES, 1976, p. 249).

<sup>73</sup> A própria Benevides, ao estudar o PTB paulista, indica um dado que demonstra o fortalecimento do PDC, mesmo em relação a UDN. Em 1960, em São Paulo, o partido tinha “272 diretórios, mais do que a UDN” (BENEVIDES, 1989, p. 66). Infelizmente não pudemos apurar o número de diretórios udenistas, entretanto, seja

econômico determinariam o resultado das eleições; a mudança era necessária “para que as campanhas eleitorais não dependam do poderio financeiro, cabendo ao Estado divulgar o nome dos candidatos, em termos de igualdade” (*Idem*, p. 474). No aspecto das reformas eleitorais, ressaltamos, também, que o deputado Arruda Câmara, em junho de 1961, preocupado com a ampliação da base eleitoral brasileira, tomou a palavra, no Congresso Nacional, para defender o voto dos analfabetos, praças, soldados e cabos das Forças Armadas (ACD, 1963 [1961], Vol. 9, p. 182), bem em sintonia com muito das reformas no período.

Em fins de março de 1963, na cidade paulista de Águas do Prata, outra convenção do PDC confirmou a sua Terceira Via numa linha de defesa das reformas de base. As tendências conservadoras intrapartidárias não conseguiram impedir que Paulo de Tarso Santos e Plínio de Arruda Sampaio tivessem sucesso em eleger Ney Braga, contra Franco Montoro, presidente nacional do partido. Eles estavam convencidos de que o governador do Paraná, pelo que sua administração vinha apresentando, estava em inteiro acordo com as suas idéias reformistas, ao contrário de Franco Montoro que era mais moderado nestas questões. (BUSETTO, 1998, p. 224) (Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1984, Vol. 3, p. 2515).

Não nos furtamos a dizer, ainda, que todo este intrincado quadro de mudanças em que o PDC estava inserido teve como resolução a construção de uma Terceira Via que se aproximou de um movimento internacional denominado Economia e Humanismo, surgido pelas mãos do padre francês Louis-Joseph Lebret.<sup>74</sup> No Brasil, o padre dirigiu a Sociedade

---

qual for, mesmo que próximo ao pedecista, é uma demonstração de equilíbrio entre eles, pelo menos em São Paulo.

<sup>74</sup> O padre Louis-Joseph Lebret definiu economia humana “*enquanto pesquisa, como a disciplina, especulativa e prática, da passagem, para uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, segundo o ritmo mais rápido possível, com o custo financeiro e humano o menos elevado possível, sem esquecer a solidariedade que deve existir entre todas as populações*” (LEBRET, 1962, p. 16, grifos no original). Para que esta elevação se estabelecesse seria necessária “*uma planificação desde as unidades territoriais elementares até o conjunto mundial. Não se trata, evidentemente, de propugnar um modo único de planificação, mas, pelo contrário, uma grande variedade, levando-se em conta, em cada caso, as possibilidades, as estruturas atuais, os tipos de necessidade, os estágios técnicos e culturais, a qualidade e intensidade dos*

para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS). Segundo o orientador desta dissertação, professor Dennison de Oliveira “esse grupo se destinava a forjar uma mentalidade de planejamento na periferia do capitalismo que fosse capaz de erradicar os piores excessos do populismo e do próprio capitalismo, contribuindo para afastar o perigo do comunismo, cuja atuação era tida como mais eficaz em áreas pauperizadas” (OLIVEIRA, 2000, p. 69).<sup>75</sup> Entendemos que os posicionamentos desta corrente política podem ser considerados quase que uma transcrição literal dos objetivos da DC de constituir-se como uma Terceira Via entre o capitalismo e o socialismo. Todavia, para uma apreciação mais conclusiva sobre estas correlações, necessitamos de pesquisas de maior fôlego o que, até o momento, não localizamos.

Novamente sobre o PDC, e tendo por base o quadro analisado anteriormente, notamos o aumento, ainda que com idas e vindas, da influência da sua Terceira Via em nível nacional. Se, para as eleições de 1954, somente dois pedecistas se elegeram, Arruda Câmara por Pernambuco e Antônio Queiroz Filho por São Paulo (BUNETTO, 1998, p. 113), essa escassez

---

esforços espontâneos ou a incrementar” (*Idem*, p. 89, grifos nossos). Louis-Joseph Lebret faz, como a DC, críticas ao capitalismo e ao comunismo. Quanto ao capitalismo, ele seria, principalmente em sua primeira fase liberal, um regime marcado pelo “direito exclusivo para os detentores de capital de decidir sobre a orientação dos investimentos decorrentes do lucro. É um regime incapaz de conduzir à satisfação ordenada das necessidades. É um regime fatalmente criador de exploração e opressão, contra as quais não podem deixar de existir reações de camadas sociais e de povos, através de um sistema complexo de tensões mais ou menos lentas ou destruidoras” (*Idem*, p. 27). Quanto ao comunismo, a maior falha seria a “sua concepção da pessoa. Para ele, o homem individual pouco representa. O homem conta apenas pelo esforço de que é capaz na edificação do comunismo, tal qual a concebe o grupo que se apodera do poder. A verdade perde sua natureza absoluta. A inteligência é fundamentalmente comprometida. A violência torna-se universal. A selvageria aperfeiçoada e tecnicamente calculada é, em definitivo, muito semelhante à que foi praticada na primeira fase do capitalismo” (*Idem*, p. 38). Todavia, a humanidade deveria se inspirar na planificação econômica e na nacionalização de alguns setores feitas pelos soviéticos, como forma de acelerar o seu desenvolvimento (*Idem*, pp. 40 e 41). Notamos nos elementos apontados por Rogério Luiz de Souza como característicos da DC brasileira, uma profunda similaridade com os pressupostos de Economia e Humanismo. Segundo o autor, para o PDC “estava claro que o Estado deveria conhecer a fundo as contradições do sistema e da sociedade, firmando-se como um Estado Tecnoburocrático. O serviço especializado de controle de preços e de fluxo de produção e a supervisão de um Estado técnico diminuiriam os riscos e os conflitos de classe, onde apareceria planejando o desenvolvimento nacional em bases técnico-científicas” (SOUZA, 2001, p. 65).

<sup>75</sup> Outros dois autores se remetem a influência do padre Louis-Joseph Lebret na política brasileira. Emanuel de Kadt aponta que movimentos e grupos brasileiros como a JUC e a Ação Popular se pautavam por

não foi duradoura, pois para a legislatura 1959-1963 o crescimento já pode ser constatado de modo mais concreto. Foram eleitos sete pedecistas: Arruda Câmara por Pernambuco; Hélio Ferreira Machado pela Bahia; Paulo de Tarso Santos, Franco Montoro, Geraldo Corrêa de Carvalho e José Menck por São Paulo; e Ney Braga pelo Paraná. Nesta legislatura, Wagner Estelita, eleito por Goiás saiu do PSD e se filiou ao PDC a 6 de setembro de 1961 (ACD, 1964 [1961], Vol. 21, p. 4), acompanhando o realinhamento e dando a seu novo partido a representação de oito deputados.

Naquela quadra histórica, um acontecimento demonstra a tentativa do PDC em firmar sua Terceira Via no quadro político nacional de maneira independente dos três grandes partidos do período. Franco Montoro, a 10 de março de 1961, expôs o seguinte na Câmara dos Deputados: “Quero levar ao conhecimento da Mesa que acaba de se constituir, nesta casa, o bloco parlamentar PR-PDC-PTN-PSB” (*Idem*, [Vol. 1], 1963, p. 115) (Ver também SANTOS, 1986, p. 62). O partido, portanto, não se importava em agrupar-se mesmo junto àqueles que se entendiam como socialistas, demonstrando que não era um simples anciliar da UDN – ao contrário do que afirmam diversos autores – e buscava se firmar como uma força política no quadro partidário nacional.<sup>76</sup>

No momento em que o debate político nacional ganhou maior dinamismo, início dos anos sessenta, a arena política ficou mais favorável ao PDC. Desta feita, as eleições de 1962 deram outra demonstração de que o potencial político de sua Terceira Via estava se

---

considerações deste padre (KADT, 1967, pp. 99 e 102). Rogério Luiz de Souza também faz menção à ação de Lebrez junto a SAGMACS (SOUZA, 2001, p. 95).

<sup>76</sup> A relevância que o PDC brasileiro adquiriu naquele período pode também ser constatada se lembrarmos das conquistas de cargos aludidas no capítulo anterior. Os autores que situam o PDC como satélite da UDN são, rememorando: (BENEVIDES, 1981, pp. 224 e 228). (SOARES, 1973, p. 92) e (VIANNA, 1981 [1978], p. 161).

transformando em efetivo preenchimento de espaços políticos, pois o partido pode contar com vinte deputados e um senador.<sup>77</sup>

Mas este crescimento não isentou seus membros de ambigüidades. No que se refere, por exemplo, a dita reforma do sistema eleitoral, algo tão defendido pelos pedecistas, e aos recursos financeiros de suas campanhas ou ao tipo de auxílio econômico, algumas constatações são significativas. Nessa questão, nem sempre as suas ações estiveram em concordância com o conteúdo programático do partido. Apesar de programaticamente terem se postado contrários ao financiamento de campanhas eleitorais ou políticas por parte de empresas, muitos dos correligionários, e não de pouca importância política, estiveram intimamente ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Complexo IPES/IBAD).<sup>78</sup> É importante destacarmos que o objetivo destes dois institutos, IPES e IBAD, era articulado e muito claro: “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração” (DREIFUSS, 1981, p. 161). Entre os membros do PDC que possuíram vínculos com estes institutos estiveram o governador do Paraná, Ney Braga, o deputado estadual pela Guanabara, Gladstone Chaves de Mello, o sindicalista Rômulo Marinho,

---

<sup>77</sup> Eram estes, segundo seus respectivos estados, os congressistas do PDC eleitos em 1962: Bahia: José Werneck; Guanabara: Juarez Távora; Paraná: Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, Emilio Hoffmann Gomes, José Richa e Minoru Miyamoto; Pernambuco: Arruda Câmara; Rio de Janeiro: Geremias de Matos Fontes; Rio Grande do Norte: Odilon Ribeiro Coutinho; Rio Grande do Sul: Cid Furtado e Euclides Triches; São Paulo: Aniz Badra, Athié Jorge Coury, Franco Montoro, Francisco Scarpa, José Menck, Paulo de Tarso Santos, Plínio Soares de Arruda Sampaio, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho e José Henrique Turner (ACD, 1963, Vol. 3). O senador eleito foi Arnon de Farias Melo, por Alagoas (BUNETTO, 1998, p. 208).

<sup>78</sup> Dreifuss assim se refere ao complexo IPES/IBAD: “O IPES e o IBAD foram denunciados por se valerem de três importantes fontes de renda para financiar a intervenção [...]. Essas fontes eram a ‘caixinha’ mantida por empresas estrangeiras e nacionais, agências governamentais estrangeiras e o ‘fundo do trigo’ ” (DREIFUSS, 1981, p. 329). O autor expõe como era formado o tal fundo do trigo: “depositado em contas do BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] operadas pela Embaixada Americana, da qual 40% não era contabilizado, consistia do superávit em cruzeiros acumulado pela venda de trigo americano ao Brasil, [...] do qual a Embaixada lançava mão de altas somas da moeda local para seu uso particular” (*Idem*, 1981, p. 330). Aliás, Dreifuss indica que a DC italiana, em 1948, também contou com ajuda semelhante do governo norte-americano (*Idem*). Sobre a ação do complexo IPES/IBAD, ver também: (CARONE, 1985a, p. 185), (SAES, 1985, p. 143) (SILVA, 1996, p. 318) e (TOLEDO, 1983, p. 84).

Paulo, Carvalho Pinto, francamente apoiado pelo PDC, também recebia recursos destes institutos.<sup>80</sup> Tudo indica que esta disposição em desestabilizar o governo de Goulart não era algo restrito à DC em sua versão brasileira, pois, entre as agências que financiaram o complexo IPES/IBAD estava, por exemplo, a *Konrad Adenauer Stiftung*, órgão da CDU alemã (*Idem*, p. 206).

Para maior clareza sobre a importância de relacionarmos alguns pedecistas com esses acontecimentos, vale lembrar que Dreifuss é explícito quando trata das motivações que levavam os dois institutos a apoiar financeiramente algum político: o financiamento se dava em troca da “posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista” (*Idem*, p. 331). Demonstrando articulação com essas posições contrárias às reformas, o pedecista Aniz Badra, a 7 de agosto de 1961, expôs que o Congresso Nacional não deveria ter pressa em votar a lei antitruste; e destacou o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, ressaltando “a conveniência de se reduzir a intervenção estatal na economia e mesmo a participação do Estado na organização e direção de empresas produtoras” (ACD, 1964 [1961], Vol. 17, p. 85). Assim, vemos que setores do PDC estavam interessados em impossibilitar as chamadas reformas de base, mesmo que isso contrariasse o programa do partido.

Pelo que vimos, quanto às relações político-econômicas de importantes membros do PDC, a sua programática disposição de construir uma Terceira Via de teor reformista pode ser

---

IBAD nas eleições de 1962 (*Idem*, 1981, p. 334). Em São Paulo, também tiveram apoio do complexo IPES/IBAD os deputados federais pelo PDC José Menck, Aniz Badra e José Henrique Turner (*Idem*, p. 335).

<sup>80</sup> As estreitas ligações de Carvalho Pinto com os golpistas de 1964 podem também ser medidas se olharmos para as problemáticas articulações intragolpistas visando à escolha do nome que substituiria Goulart. Naquele contexto, Arthur da Costa e Silva, reticente em aceitar Castello Branco, “a um amigo chegara a segredar: ‘Por que vocês políticos não escolhem aquele paisano lá de São Paulo?’ Referia-se ao professor Carvalho Pinto” (VIANA, 1975, p. 51). Em outro contexto crítico, que será mais acuradamente analisado em capítulo posterior, o das eleições de 1965, quando os militares firmaram a lei das inelegibilidades, temos referência às ligações do governador com os militares golpistas, pois se buscou “não alcançar o ex-ministro Carvalho Pinto, cuja dignidade todos respeitavam” (*Idem*, p. 313).

impossibilitam as chamadas reformas de base, mesmo que isso contrariasse o programa do partido.

Pelo que vimos, quanto às relações político-econômicas de importantes membros do PDC, a sua programática disposição de construir uma Terceira Via de teor reformista pode ser melhor discutida à luz das articulações que levaram à derrocada da democracia populista. Mas esta reflexão fica para um capítulo posterior.

### 3.3. Considerações sobre o Capítulo

Em referência aos pressupostos políticos do PDC, enunciados tanto no programa quanto nos discursos, identificamos um corte quanto ao teor de sua Terceira Via (1945/1954 e 1954-5/1963-4).<sup>81</sup> Desde a fundação do partido, até por volta de meados dos anos cinquenta, suas posições políticas confirmaram a tese que o entende como pequeno partido oposicionista ao núcleo PSD/PTB. Daí possuem posições por vezes ambíguas, pois se, de um lado, ainda que timidamente, postulavam a intervenção do Estado na economia, por outro, a conjuntura pós Vargas empurrou-os para próximo da UDN (BENEVIDES, 1981, pp. 224, 228) (SOARES, 1973, p. 92) (VIANNA, 1981 [1978], p. 161). Sua Terceira Via, portanto, não foi muito definível numa situação que colocava os pedecistas assaz como defensores do

---

<sup>81</sup> Percebemos que existe relação entre o que nós constatamos e o que indica Aline Coutrot em *Religião e Política*. Ela relaciona o posicionamento político dos cristãos com três formas de entender a religião: a teocêntrica, a cristocêntrica e a associada ao Espírito Santo (COUTROT, 1996, pp. 338 e 339). Tratemos das duas primeiras, pois se relacionam com nossas constatações. A forma teocêntrica indica “submissão a um Deus todo poderoso, dá ao crente o sentimento de sua fragilidade. Ele se insere numa ordem natural que é preciso respeitar, ligada à estabilidade da sociedade fortemente estruturada por imagens paternas e familiares [...] Esse tipo de crente será levado a preferir os regimes que se apóiam numa figura de autoridade indulgente, será atraído pelos sistemas hierárquicos nos quais cada um tem seu lugar sem tensões nem rivalidades” (*Idem*). Existe, portanto, uma clara proximidade entre este modelo e a noção de democracia expressa pelos pedecistas em seu programa de 1945. O modelo cristocêntrico é diferente: “Cristo é Deus encarnado na história, e portanto, os homens reconciliados com seu tempo. Cada vida individual deve contribuir para o progresso coletivo da história, donde uma propensão ao engajamento. [...] Essa maneira de ver desenvolve o sentido do engajamento, a aceitação da mudança” (*Idem*, p. 339). Nesse modelo podemos agrupar a VD, bem como a Terceira Via que o partido adotou em seu programa de 1961.

liberalismo econômico e do anticomunismo, o que era bem personificado por Arruda Câmara. Isso localizava-os, para aqueles eventos, quase que como uma espécie de tropa de choque da ala udenista mais liberal.<sup>82</sup> Também não puderam fugir da percepção autoritária sobre democracia predominante no período. Averiguamos que a noção de democracia dos pedecistas esteve limitada por um forte conteúdo que pressupunha a evangelização e a hierarquia, tudo bem ao gosto de um contexto em que a elite política sentiu a necessidade de buscar estabelecer um pluralismo partidário controlado e disciplinado.

No primeiro momento do corte temporal que estabelecemos, ou seja, período que se situou aproximadamente entre 1945 e 1954, é factível dizer que o PDC possuía uma atuação pouco expressiva e marcada por alianças em que não exerciam peso político considerável; tinha uma atuação oposicionista aproximada da linha de atuação de Carlos Lacerda, como diria mais tarde Ney Braga. Uma indicação disso foi, por exemplo, estar o partido contra a construção de Brasília, a menina dos olhos do Governo Kubitschek, inclusive fazendo muitas denúncias. Mas não custa lembrar que quando este Presidente decidiu romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI) contou com o apoio do PDC.<sup>83</sup>

Todavia, quando o sistema partidário brasileiro sofreu o realinhamento (SOUZA, 1983 [1976], p. 43), o que se deu a partir de meados dos anos cinquenta, o PDC viu a necessidade de reformular o conteúdo de seu programa e pôde dar uma melhor definição a sua Terceira Via. Este processo conformou-se a partir da virada da década de cinquenta, quando o partido

---

<sup>82</sup> Esse foi o caso, por exemplo da questão do controle público dos alugucis, defendido por um udenista, Paulo Sarasate em 1946, mas duramente combatido por Arruda Câmara (AAC, 1948 [1946], Vol. 10, p. 71).

<sup>83</sup> Segundo Pedro Sampaio Malan, a ruptura se deu porque o FMI orientou o governo a realizar o Programa de Estabilização Monetária, e a aplicação se chocaria com a continuidade do Plano de Metas (MALAN, 1986, pp. 90 e 91). Mas devemos ser cuidadosos a fim de não olharmos para as implicações deste rompimento como algo vinculado a uma suposta estreita ligação do Presidente com agrupamentos mais à esquerda, afinal, “as manifestações de solidariedade política a Kubitschek por tal decisão vieram de fontes as mais insuspeitas confirmando as relativamente amplas bases sociais e políticas de sustentação do projeto

incorporou lideranças como Franco Montoro e Paulo de Tarso Santos, em São Paulo, e Ney Braga, no Paraná, adquiriu maior dinamismo político e partiu para a alteração de seu programa. No campo interno, portanto, este processo foi alçado pela VD, que conseguiu, principalmente junto e com o apoio da JDC, dar ao PDC uma maior abertura aos ventos do reformismo. Iniciou-se aí, para nós, o segundo momento dos pedecistas (1954-5/1963-4), quando no terreno intrapartidário, o grupo advindo da VD teve sucesso em fornecer ao partido uma Terceira Via vinculada às propostas reformistas, o que proporcionou ao PDC um melhor alcance eleitoral. Diríamos, também, que nesse momento a sua Terceira Via se tornara atraente para agentes políticos de duas posições: de um lado aqueles insatisfeitos com a atuação do PTB que se radicalizava, e estariam procurando espaço em uma alternativa mais palatável e dentro da ordem, como foi o caso de Joel Presídio; de outro lado, políticos insatisfeitos com UDN e sua linha golpista, claramente voltada aos interesses do grande capital monopolista, como no caso de Antenor Bógea.

Nesse sentido, não podemos nos esquecer que se a aliança PSD/PTB sustentou-se de tal forma que por um bom tempo impediu não só o efetivo crescimento do PDC, como de qualquer outro agrupamento partidário, isto não pôde passar ao largo das transformações sócio-econômicas por que a sociedade brasileira passou a partir dos anos cinquenta. Portanto, pelo que sugerimos, se o sistema político-partidário impediu estruturalmente uma ascensão eleitoral mais saliente dos pedecistas brasileiros, quando o sistema partidário iniciou uma tendência ao realinhamento e a aliança PSD/PTB começou a estremecer, o PDC teve a chance de alçar um crescimento eleitoral mais perceptível. A partir desse momento, a sua Terceira Via passou a se solidificar, desvinculando o partido de sua situação de simples satélite ou ancilar à UDN – estamos, desta forma, discordando das teses que tendem a generalizar o seu

---

desenvolvimentista-associado. [...] [Exemplar, nesse sentido, foi jornal *O Globo* que, em sua edição de 20 de junho de 1959], lamenta a falta de flexibilidade dos técnicos do Fundo” (MALAN, 1986, p. 91).

papel de satélite udenista para todo o período 1945-1964 (BENEVIDES, 1981, pp. 224, 228) (SOARES, 1973, p. 92) (VIANNA, 1981 [1978], p. 161).

Sendo assim, no início dos anos sessenta, quando o eleitorado passou a pender para os partidos que defendiam reformas no capitalismo brasileiro, os pedecistas deram um tom mais forte a sua Terceira Via, o que os levou ao reformismo. Era necessário, então, se desvincular dos udenistas e partir para a conquista de um eleitorado mais exigente nos desejos de transformações. Destarte, coube inscreverem em seus discursos e em seu programa uma Terceira Via que se pautava pela defesa de temas que iam desde o controle sobre a remessa de lucros das multinacionais, o fim do latifúndio, a incorporação dos trabalhadores rurais na legislação trabalhista, a sindicalização rural, chegando a propor a composição de um bloco de países latino-americanos que se voltasse contra as opressões dos países imperialistas. E esta mudança de linha política, como vimos, pôde ser observada no tom dos discursos do notório anticomunista Arruda Câmara.

Mas, apesar da fidelidade programática dos pedecistas poder ser entendida como sendo alta, e o próprio investimento em alterar o programa demonstra isso, devemos ser cuidadosos e perceber que a disposição em implementar sua Terceira Via não era a mesma em todos os correligionários. Afinal, importantes partidários mantiveram relações com o complexo IPES/IBAD e esses institutos tinham a clara intenção de impossibilitar, a um alto custo político e financeiro, as tão debatidas reformas pretendidas pelo governo Goulart, reformas estas perfeitamente sincronizadas com o novo programa partidário do PDC.

---

#### 4. A TERCEIRA VIA PEDECISTA NO PODER

Como resultado do franco processo de crescimento do PDC, situamos a conquista do governo paranaense pelo pedecista Ney Braga nas eleições de 1960. Uma análise deste governo importa-nos por quatro motivos. Primeiro, foi este o único estado em que o PDC teve alguém efetivamente de suas hostes no comando do Executivo, o que nos possibilita acessar como, e se, a implantação da Terceira Via, proposta no programa de 1961, responderia ao debate sobre via de desenvolvimento, tão corrente no período (IANNI, 1968, pp. 53-55) (TOLEDO, 1978, pp. 68-81). Segundo porque uma reflexão sobre a sua administração pode nos indicar em que medida era possível um governo partidário à época.<sup>84</sup> Terceiro porque nós sustentamos que a ascensão de Ney Braga a este cargo lhe deu um importante lugar na definição do caminho político percorrido pelos demais pedecistas no dramático contexto brasileiro de meados dos anos sessenta.<sup>85</sup> Finalmente porque o transcorrer da história política paranaense, e mesmo brasileira, demonstraria a grande influência desta liderança nos destinos da administração pública estadual.<sup>86</sup> Como fontes coevas usamos os resultados eleitorais

---

<sup>84</sup> Campello de Souza, ao se referir ao sistema partidário brasileiro nos primeiros anos da década de sessenta, assim se expressa: “Admitindo como admitimos, a presença simultânea de tendências ao fortalecimento e a desagregação, o caráter crítico é patente, visto que ao final do período se pronunciava como possibilidade, a passagem ao sistema de *governo partidário*, evidentemente contra a ideologia antipartidária ainda vigente e o poder burocrático ainda vigoroso” (SOUZA, 1985, p. 103, grifos no original).

<sup>85</sup> Para termos um quadro mais exato da importância dos governadores de estado na política brasileira entre os anos de 1945 e 1964, indicamos a obra *Os barões da federação*, de Fernando Luiz Abrucio, particularmente o capítulo 1, subtítulo *O federalismo no período 45-64* (ABRUCIO, 1998, pp. 48-57). Apenas para termos uma idéia da importância que o autor dá para a chefia dos executivos estaduais à época, expomos o seguinte argumento: “a força dos governadores no período 45-64 os tornava candidatos naturais à Presidência da República” (ABRUCIO, 1998, p. 55).

<sup>86</sup> Segundo Dennison de Oliveira, do grupo formado por Ney Braga “saíram praticamente todos os quadros de relevância da política paranaense contemporânea, garantindo a ela a ampla hegemonia até, pelo menos, o final da ditadura militar. Somente aí se verifica uma polarização de forças políticas, quando o ‘neysmo’ é identificado com a ditadura militar, a tecnoburocracia, o autoritarismo, etc. e duramente combatido pelas várias oposições, agrupadas no PMDB” [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] (OLIVEIRA, 2000, pp. 110-111). Lembramos que mesmo no PMDB, o próprio José Richa, que derrotou o candidato “neysista” ao governo do

paranaenses, o Plano de Desenvolvimento do Paraná, e as mensagens do governador à Assembléia Legislativa.<sup>87</sup>

Alguns acontecimentos importantes demonstram a ascensão de Ney Braga como figura nacional do PDC. A exemplo disso, citamos o fato da Convenção, que reformulou o programa do partido, haver sido feita em Curitiba, como forma de homenagear o governador eleito. Mas Ney Braga buscava construir uma postura de destaque nacional entre os pedecistas

---

estado do Paraná, Saul Raiz – Saul Raiz, aliás, entre 1958-1959, estudou com o padre Louis-Joseph Lebret, de Economia e Humanismo, na França (RAIZ, 1990, pp. 56) – em 1982, foi membro do PDC antes do bipartidarismo instaurado pela ditadura militar; esteve, portanto, política e partidariamente, de alguma forma, ligado às posições de Ney Braga. Outrossim, atualmente, destacamos que o Executivo do Paraná é exercido, desde 1995, por um político que foi intimamente ligado a Ney Braga, qual seja, Jaime Lerner; e o grupo deste governador lança como sua alternativa à sucessão estadual de 2002, o filho de José Richa, Carlos Alberto Richa (Beto Richa).

<sup>87</sup> Os resultados eleitorais encontram-se no livro coordenado por Marionilde Dias Brepohl de Magalhães *Resultados eleitorais (1945–1982)* (MAGALHÃES, [TRE-PR], 1989b), todavia o tratamos como fonte primária porque foram conferidos com os do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que estão no arquivo do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; por conta disso tomamos a liberdade de inserir TRE-PR, entre colchetes, na referência textual; estas fontes são importantes porque demonstram a força eleitoral do PDC no Paraná, tanto em relação aos outros partidos, como às diferentes regiões do Estado. O Plano de Desenvolvimento do Paraná foi elaborado pela SAGMACS com a colaboração da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) e da PLADEP (Comissão de Planejamento Econômico), foi entregue ao governo a 30 de julho de 1963; é uma fonte importante para percebermos como a Terceira Via pedecista diagnosticava os problemas do estado, assim como apresentava as possíveis resoluções. A equipe técnica da SAGMACS que o fez tinha como coordenadores Antônio Amilcar de Oliveira Lima, Antônio Cláudio Moreira Lima, Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreira, Frei Benvenuto de Santa Cruz e Luiz Carlos Costa; como técnicos Antônio Carlos Bernardo João Yunes, José Alfredo Alberti, João Carlos Seixas, Leodegar Iost, Lúcio Felix Frederico Kowarick, Luiz Lorenzo Rivera, Maria Adélia Aparecida de Souza, Myrian Vallias de Oliveira Lima, Pedro Calil Padis, Reinaldo Dias de Moraes e Silva, Saulo Vassimon, Sérgio Gomes Vassimon e Vincenzo Bacchio. Os técnicos da PLADEP envolvidos eram César Munis Filho, Haroldo do Amaral e Sérgio Fleishfresser. Colaboraram com o plano Antônio de Felico, Danilo Prado Garcia, Geraldo Pinheiro Machado, João Parrison Villares, José Antônio Sampaio Júnior, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, Maria Luiza Bresser da Silveira e Arlindo Borba Oliveira (PARANÁ. GOVERNO, 1963). Quanto às mensagens de Ney Braga, são documentos enviados à Assembléia por conta da abertura dos trabalhos legislativos; são tratadas, aqui, como um discurso onde o governador, até antes do golpe militar de 1964, visava expressar aos deputados como estavam os andamentos da sua política no Estado e fornecer subsídios para a defesa dos planos governamentais, enfim, permitem perceber o caráter com o qual Ney Braga pretendia se relacionar com a Assembléia Legislativa. As mensagens de maio de 1964 e maio de 1965 são vistas com outros olhos. Afinal, maio de 1964, insere-se na conjuntura onde o governador estava apoiando àqueles que recém haviam derrubado o Presidente Goulart, todavia, o quadro dos rumos do movimento, como veremos no capítulo a seguir, estava, ainda, bastante indefinido; a posição do governador junto aos deputados era, então, de alguém envolvido com vitoriosos que já demonstravam sua disposição de perseguir seus opositores mais radicalizados, mas entre os vitoriosos, não estava sedimentada a hegemonia de algum grupo. Em maio de 1965, o quadro político já estava mais definido e Ney Braga, que apoiara Humberto de Alencar Castello Branco para assumir a Presidência, havia se fortalecido; portanto, não trataria mais os deputados – e com esse prisma olhamos para as suas mensagens – como aqueles que *podem*, mas sim como aqueles que *têm a obrigação* de apoiá-lo. Tanto as mensagens como o Plano de Desenvolvimento nos permitem vislumbrar em que medida Ney Braga se dispunha a fazer um governo partidário, basta que os comparemos com o que já indicamos sobre os pressupostos da Terceira Via.

mesmo antes de assumir o governo do Paraná, afinal, o apoio do PDC à candidatura de Jânio Quadros para a Presidência da República, dentro do partido, contou com Ney Braga, ao lado de Paulo de Tarso Santos, como grande e importante defensor – o governador chegou a ir a Roma atrás do futuro Presidente para apresentar as propostas do partido (BUSERO, 1998, p. 166). Todas essas articulações não se davam ao sabor do vento, eram feitas em ligação política do governador com o agrupamento, a VD, que conseguiu dar ao PDC uma Terceira Via efetivamente aberta aos ecos que vinham de um eleitorado que procurava reformas na estrutura econômica do país. Ao nosso ver, portanto, entender as relações entre o governador do Paraná e a VD, bem como os reflexos disso para o partido, é um elemento considerável para compreendermos como Ney Braga interferiu no caminho político dos seus correligionários a partir de então.

Tendo em peso que, à época, um dos grandes debates que se travava era sobre o papel do Estado como agente do desenvolvimento econômico, analisamos, neste capítulo, em que sentido a Terceira Via pedecista, no governo, se portou em face disso. Assim, julgamos por bem primeiro inserir o leitor, mesmo que introdutoriamente, no debate sobre o nacional-desenvolvimentismo, até porque estas questões estiveram muito presentes no período da chamada democracia populista. Para a análise disso, utilizamos o Plano de Desenvolvimento do Paraná (PARANÁ. GOVERNO, 1963).

#### **4.1. O Nacional-desenvolvimentismo**

Em nossa ótica, as reflexões que já fizemos sobre o populismo ficariam incompletas se não introduzíssemos uma discussão que trata de algo muito corrente naquele período, o nacional-desenvolvimentismo.

---

Nesse debate, identificamos, resumidamente que, após 1945, quatro seriam os principais modelos de desenvolvimento presentes na sociedade brasileira: o primeiro, e o mais antigo, é o modelo exportador, que implica na hegemonia dos setores agrícolas tradicionais, tendo como contrapartida necessária à importação de manufaturas para atender o mercado interno; a seguir, temos modelo de substituição de importações, visando “encontrar uma combinação positiva e dinâmica com o setor agrário, encadeando as exigências de divisas com as exigências de investimentos destinados a atender o mercado interno” – a este modelo também se convencionou chamar de nacional desenvolvimentista; tivemos, também, o modelo que “implica na internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional”; por fim, o quarto modelo de desenvolvimento seria o socialista (IANNI, 1968, pp. 53 - 55).

Chamemos para destaque alguns apontamentos sobre o modelo marcado pela substituição de importações. Tal procedimento ganha nota não apenas por ter servido de inspiração para os pedecistas em seu programa de 1961, mas também porque “os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945” (*Idem*, p. 54).<sup>88</sup> Ele tinha em seu cerne a proposta de transferência de divisas do setor agro-exportador para investimentos destinados a atender o mercado interno, reformulando drasticamente os padrões de relações do Estado com o mercado externo e, é claro, com os setores agrícolas internos envolvidos com a exportação. Visando poder realizar esta mudança nos padrões da política econômica, o Estado estabeleceria “gradações nas rupturas estruturais indispensáveis a sua execução. Fundamenta

---

<sup>88</sup> Sobre o nacional-desenvolvimentismo. Toledo expõe: “tinha-se como pressuposto que, na realização do desenvolvimento nacional, a *aliança de classes* se faria não apenas no nível do político: como afirmavam, a unidade seria alcançada também, no plano *ideológico*. Assumia-se, assim, que no processo de desenvolvimento (industrial) – confundido com o projeto mesmo de autonomização do país periférico – a luta de classes e, por conseguinte, a luta ideológica, não se constituíam em realidades efetivas ao nível do capitalismo dependente” (TOLEDO, 1978, p. 179, grifos no original). Ressaltamos a semelhança entre essas considerações de Toledo e a forma como apreendemos a categoria populismo.

[sic] a política externa independente e implica numa doutrina do Brasil como potência autônoma” (*Idem*).<sup>89</sup> A este conjunto de postulados, adotados por muitos agentes políticos da época, chamamos de nacional-desenvolvimentismo e o entendemos não como populismo propriamente dito, mas como o conjunto de políticas econômicas que os dirigentes afirmavam adotar, sem o qual não poderiam sustentar o seu discurso de forma coerente.<sup>90</sup> Entretanto, apontamos um detalhe como fulcral na perspectiva nacional-desenvolvimentista: “não se concebe, pois, a associação entre o capital estrangeiro e o empresariado industrial nacional” (TOLEDO, 1978, p. 124).

Nos resta, a partir disso, averiguar em que sentido a Terceira Via pedecista, no poder, se relacionou com essas premissas econômicas. Além do que, tal análise ganha maior congruência se considerarmos que as principais figuras do partido não queriam perder a chance de se aproximar daquele que teria a grande oportunidade de demonstrar para o eleitorado nacional como sua agremiação atuaria no governo; seguramente estes fatos proporcionaram a Ney Braga um considerável aumento do seu poder de direção partidária.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Toledo também expressa algo semelhante, ao indicar que para o nacional-desenvolvimentismo, “a única revolução [...] possível é do desenvolvimento nacional em termos da plena consolidação do modo de produção capitalista nos países periféricos” (TOLEDO, 1978, p. 77, grifos no original).

<sup>90</sup> Contribuem decisivamente neste debate outras considerações de Toledo. Para este autor, o nacional-desenvolvimentismo teve seu ápice, como produção intelectual, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Como marca que nos aproxima a este autor, indicamos que, segundo ele, intelectuais do ISEB como Candido Mendes, Aberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, tinham como suposto que na realização do desenvolvimento nacional “anulam-se os conflitos de classe determinados no processo produtivo, surgindo, em seu lugar, um corpo social unificado pelo esforço de alcançar o progresso, anunciado como necessidade histórica, como verdade do conhecimento, como alvo da política. A nação se edifica mediante a indústria brasileira, a atividade coletiva, a harmonia de consciências. [...] O retrógrado é identificado como improdutivo, isto é, com o desvio ou o desperdício de energias, de matéria prima ou de capital. Por isso, suas crenças sobre a estrutura e a história da sociedade brasileira só poderiam brotar de uma visão do imperialismo como sede da irracionalidade e da violência: a nacionalização do capital seria, pelo contrário, a fonte da abundância e da felicidade” (TOLEDO, 1978, p. 13) (Ver também GOMES 2001, p. 230). Percebemos, aqui, mais uma evidente aproximação entre o que estes intelectuais propunham e a forma como nos apropriamos da categoria populismo.

<sup>91</sup> Serge Berstein faz considerações que nos ajudam a entender como determinadas lideranças são significativas nos rumos políticos de partidos. Segundo ele, no interior dos partidos tende a se formar “uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam praticamente inamovíveis, representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições” (BERSTEIN, 1996, p. 83). De nossa parte, indicamos que

#### 4.2. Abrindo Espaço Face a outros Partidos

Situemos, agora, brevemente, a conjuntura política paranaense posterior a 1945. Iniciamos expondo que, no final da década de cinquenta, houve uma mudança na política estadual. Até meados desta década, e desde a democratização, as disputas pelo governo estadual apenas se davam de forma efetiva entre dois partidos: o PSD e o PR (MAGALHÃES [TRE-PR], 1989b). Os partidários do PSD, sob a liderança de Moysés Lupion, tinham suas origens nos grupos que sustentavam as interventorias do Estado Novo e se vinculavam mais aos tradicionais proprietários de terra. Já os republicanos, liderados por Bento Munhoz da Rocha Netto, doravante Munhoz da Rocha, e mais ligados à indústria da erva-mate, podem ser apontados como herdeiros das oligarquias da Primeira República; tinham sua base de apoio político localizada principalmente no leste do Paraná, região conhecida como Paraná Tradicional e que abrangia, entre outras cidades, Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Lapa e Castro; é importante frisar que o PR, tanto em nível nacional como estadual, esteve politicamente próximo a UDN. Sublinhamos que mesmo a UDN, nacionalmente poderosa, no caso paranaense, até às eleições de 1950, estava “sem o cabedal de um partido com muitos ‘votos’, [e] a prática da coligação se apresenta como condição necessária para disputar a governança” (CODATO, 1991, p. 115). A referida coligação foi feita e encabeçada pelo candidato vitorioso, Munhoz da Rocha do PR.

Apenas posteriormente a cena política estadual contou com um pluripartidarismo mais efetivo, quando o PTB e o PDC participaram com mais peso nas disputas eleitorais. Ao final

---

as posições políticas defendidas por Ney Braga, após assumir o governo, tornaram-se algo que os pedecistas deram uma maior relevância, considerando-as com atenção ao decidir os seus próprios rumos políticos; e este processo acabou dando ao governador a condição de desempenhar um importante papel no interior no PDC, sendo um relevante agente definidor dos rumos partidários.

dos anos cinquenta, observamos que os trabalhistas e os pedecistas avançaram em direção ao poder político tanto dos pessedistas como dos republicanos. Provavelmente, o PSD perdia espaço na medida em que o eleitorado urbano aumentava sua pressão numérica sobre as eleições. Se considerarmos que “a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político” (WEFFORT, 1978 [1967], p. 17), no Brasil, genericamente, se daria a partir dos anos trinta, quanto o foco recai mais especificamente sobre o Paraná, vemos que esse processo pode ser notado por volta dos anos cinquenta. A partir de então, os partidos que se apresentavam como abertos às reformas de base,<sup>92</sup> como o PTB e a Terceira Via do PDC, ganharam maior espaço junto ao eleitorado, levando os partidos mais conservadores, como PSD e o PR, ao declínio. A ascensão destes dois agrupamentos pode ser explicada pela incorporação ao processo eleitoral das massas urbanas assalariadas, cujo número crescia lado a lado com a urbanização e o esboço de industrialização que o Paraná estava tendo. Isto contribuiria para que o eleitorado se voltasse para partidos trabalhistas e reformistas, em lugar dos ditos tradicionais e conservadores (KINZO, 1988, p. 21).

Outra questão importante, agora na compreensão da perda de espaço político da aliança PR/UDN, foram as coligações feitas por estes partidos. Em 1958, com a entrada de Ney Braga, genro de Munhoz da Rocha, no PDC, este partido passou a coligar-se com republicanos e udenistas (MAGALHÃES [TRE-PR], 1989b). Mas os pedecistas passaram a assumir o papel principal na aliança; exemplo disto foi o fato de que, em 1960, a UDN não lançou candidato ao governo estadual e acabou por apoiar a candidatura de Ney Braga.

---

<sup>92</sup> Anteriormente já referenciamos as reformas de base. Sobre o assunto ver: (CARONE, 1985a, pp. 191 e 192), (REIS, 2001, pp. 329 e 330), (TOLEDO, 1983, pp. 51 e 52), (VIANA, 1980, pp. 9 e 127), e (WEFFORT, 1978 [1967], p. 78).

Depois de ter sido chefe de polícia do governo de seu sogro, prefeito de Curitiba e deputado federal, Ney Braga foi lançado como candidato ao governo estadual do Paraná em 1960. Quanto aos outros concorrentes no pleito, o PSD lançou Plínio Ferreira da Costa e o PTB, Nelson Maculan. A candidatura pedecista contou com o apoio dos grupos ligados a Munhoz da Rocha, entre eles, a Associação Comercial do Paraná (AUGUSTO, 1978, p. 44).<sup>93</sup> Com relação às eleições presidenciais, Ney Braga vinculou-se a Jânio Quadros, como já vimos. O discurso pedecista da campanha ao Executivo estadual teria expresso, segundo as memórias do governador, os pressupostos da Terceira Via. Além de preocupar-se com o desenvolvimento econômico paranaense, estava voltado para três questões: atender às necessidades básicas paranaenses – alimentação, vestuário, educação fundamental e habitação; a seguir vinham as chamadas necessidades de conforto – num nebuloso grupo que englobaria “as facilidades que tornam a existência do homem mais amena e mais produtiva”; o terceiro nível de prioridades eram denominadas atividades de superação e englobariam ações voltadas a assimilar os valores da época e permitir a participação do indivíduo no processo social (BRAGA, 1996, p. 132) (Ver também GRÜMM, 2001, p. 17).<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> A obra de Maria Helena Oliva Augusto referenciada é *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista : estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)* (AUGUSTO, 1978). É sua dissertação de mestrado onde, inspirada no conceito de aparelhos ideológicos de estado, de Louis Althusser, a autora analisa as condições de criação da CODEPAR (a principal empresa na estratégia econômica do governo Ney Braga), bem como o tipo de atuação que ela desenvolveu no transcorrer do tempo.

<sup>94</sup> Nas suas memórias Ney Braga praticamente transcreve um trecho do Plano de Desenvolvimento do Paraná onde estava mais claro o que seriam pelo menos dois destes três níveis de necessidade: “O primeiro grupo chamado de necessidades básicas refere-se às condições essenciais de subsistência – alimentação, vestuário, saúde, habitar. O segundo grupo, o das necessidades de conforto corresponde às facilidades que tornam a existência do homem mais amena e produtiva. O terceiro grupo se refere às atividades de superação, que traduzem as aspirações dos homens a uma existência mais autenticamente humana [quadros científicos, culturais e artísticos]”; em não havendo recursos suficientes para o atendimento dos três níveis, como o plano apontava ser o caso do Paraná, o governo não deveria investir nas chamadas necessidades de conforto (PARANÁ. GOVERNO, 1963, pp. 3 e 4, grifos no original). Notemos que o referido plano foi elaborado posteriormente às eleições, o que não nos permite afirmar, como o faz Ney Braga, que esta já havia sido a tônica na sua campanha eleitoral. Infelizmente não localizamos algum material da campanha do governador para dissiparmos a dúvida.

Apesar de ter perdido as eleições em regiões importantes, como Guarapuava e Londrina, o candidato do PDC foi eleito com 35,3% dos votos, deixando em segundo lugar Nelson Maculan, com 30,9%, e em terceiro, Plínio Costa, com 26,8% (MAGALHÃES [TREP-PR], 1989b). Destaque-se que, mesmo perdendo a eleição, o PTB teve uma votação significativa, demonstrando que as enormes dificuldades para substituir seu candidato inicial, Souza Naves, que faleceu dois meses antes do pleito, contribuíram e muito para a apertada vitória do PDC. Mas este resultado do PTB o fortaleceu o suficiente para uma aproximação e influência ao projeto político-administrativo do candidato eleito, até porque os petebistas entendiam que o novo governador se apresentava como representante de uma geração modernizadora (MANOEL, 1988, p. 313). Neste aspecto, constatamos que a soma dos partidos entendidos por nós como abertos às reformas de base, PTB e PDC, atingiu 66,2% da preferência do eleitorado, o que refletiria a queda da adesão popular pelos partidos mais conservadores, bem como indica que nossa aproximação com a tese do realinhamento, já discutida, também lança importantes pistas para interpretarmos o caso paranaense (SOUZA, 1983 [1976], p. 43).

O crescimento da Terceira Via pedecista não se limitou à conquista do Executivo. Direcionou-se, também à casa de legislação estadual e a Curitiba, com a eleição de Ivo Arzua em 1962 para prefeito (OLIVEIRA, 2000, p. 93). Quanto à Assembléia Legislativa, entre 1955-1959, o PDC deteve apenas uma cadeira, ocupada por Rafael Kuliski. Na legislatura de 1959-1963 passou a três deputados, quais sejam, Valdemiro Haneiko, Agostinho José Rodrigues e Eduardo Machado de Lima. Na formação legislativa estadual de 1963-1967, os pedecistas elegeram 12 deputados estaduais: Antônio Ferreira Ruppel, João Mansur, Nilson Baptista Ribas, João Antônio Braga Cortes, Armando Queiroz de Moraes, Iosio Antônio Ueno, Benedito Pinto Dias, Arnaldo Faivro Busato, Odilon Túlio Vargas, Agostinho José

Rodrigues, Renato Loures Bueno e José Afonso (MAGALHÃES [TRE-PR], 1989b) (COSTA, 1995b, p. 587). Desta forma, o PDC igualou sua bancada estadual com a do PTB, sendo que os dois partidos detinham o maior número de assentos no Legislativo do Paraná. O crescimento da bancada pedecista também pode ser relacionado com a estratégia que o governador eleito desenvolveu. Como seu partido possuía um número diminuto de deputados quando assumiu o cargo, ainda antes das eleições de 1962, Ney Braga atraiu membros de outros partidos para sua esfera de influência, a fim de ter melhores condições de desenvolver sua política.<sup>95</sup>

Em relação à bancada paranaense na Câmara Federal, os pedecistas apareceram apenas nas eleições de 1958, quando elegeram Ney Braga. O futuro governador conquistou 57.099 votos, tornando-se o deputado federal de seu estado mais votado na história até aquele momento, consolidando-o como uma importante liderança política.<sup>96</sup> Saliencamos que os udenistas e os republicanos pressionaram para que Ney Braga saísse apenas como candidato a deputado estadual (BRAGA, 1996, p. 92), possivelmente por já observarem na projeção deste político uma ameaça aos seus interesses mais imediatos.<sup>97</sup> Para a legislatura 1963-1967, no entanto, numa coligação do PDC com a UDN e o PTN, onde o PDC foi expressivo, foram eleitos nove deputados, dos quais quatro eram pedecistas: José Richa, Francisco Accioly da Costa Rodrigues Filho, Minoru Miyamoto e Emílio Hoffman Gomes. Esta coligação ficou

---

<sup>95</sup> As afirmações de Fernando Luiz Abrucio nos auxiliam a compreender a relação entre os governadores e os deputados. Para ele “os governadores eram quase sempre os comandantes da vida política estadual”. afinal, “estava se consolidando o uso do executivo estadual como centro de distribuição de políticas clientelistas e, a partir disso, como principal construtor das carreiras políticas de deputado estadual e federal” (ABRUCIO, 1998, pp. 55 e 56).

<sup>96</sup> Em 1958 o PDC elegeu três deputados estaduais no Paraná: Waldemiro Haineko, Agostinho José Rodrigues e Eduardo Machado Lima (COSTA, 1995b, p. 585).

<sup>97</sup> Grümml indica que Ney Braga se filiou ao PDC, “possivelmente porque tenha percebido que em um partido com tantas dissidências políticas [como o PR], suas chances seriam poucas nas eleições para deputado federal em 1958. Outro fator [...] é o fato de que pelo PR, ele não sairia candidato a Câmara Federal, como almejava, e sim à Assembléia Legislativa, pois era tal cargo que estava reservado a ele” (GRÜMM, 2001, pp. 44-45).

atrás do PTB que conquistou dez cadeiras. A articulação desta aliança precisa ser inserida como parte da estratégia política do governo estadual para construir uma máquina partidária que estivesse em consonância com a máquina administrativa. Afinal, para poder implementar seu plano de governo, Ney Braga necessitaria do apoio de um considerável grupo de sustentação política.<sup>98</sup>

### 4.3. O Governo do PDC

Para melhor focarmos a aplicação da Terceira Via pedecista no governo paranaense, é relevante trazermos novamente à baila o processo de transformação do conteúdo programático que o partido sintetizou com a reformulação de 1961. Nesse sentido, lembramos que na Terceira Via do PDC concretizou-se a idéia do desenvolvimento econômico como parte da efetivação da justiça social, daí, inclusive sua defesa mais decidida das reformas de base. Internamente, o agrupamento intrapartidário que mais se esforçou para construir esta linha foi, como vimos alhures, aquele oriundo da VD, portanto, ele foi vitorioso na Convenção de 1961. Quando um membro do partido assumiu o governo estadual, o grupo tinha a chance concreta de implementar as referidas mudanças programáticas.

Apesar de Ney Braga pouco ter contribuído, antes de estar no governo estadual, com a construção do PDC e de suas posições políticas, o fato dele haver buscado conquistar importantes filiados ao partido no Paraná, a partir de 1960, seguramente era algo a ser

---

<sup>98</sup> Também esteve na estratégia de Ney Braga, em sua busca de sustentação política, a conquista do apoio do periódico paranaense *O Estado do Paraná*, que se tornou amplamente situacionista e divulgador do governo de Ney Braga: “Esse periódico, de circulação diária em todo o Estado do Paraná, fundado em 1951 por Marins Camargo, fez do governador Ney Braga e de suas obras administrativas um assunto quase diário, seja em suas reportagens ou em seus editoriais” (GRÜMM, 2001, p. 60). Importa termos em conta as relações políticas do dono do jornal: Marins Camargo “pertencia à tradicional família Camargo. Era tio de Bento Munhoz da Rocha Netto que havia se casado com a filha de Afonso Alves Camargo. Marins Camargo foi presidente do PR e vice-presidente do Paraná (1924 a 1928) ao lado de Caetano Munhoz da Rocha” (*Idem*).

considerado pelos seus correligionários. Mais um fator, outrossim, propiciaria um estreitar nos laços entre o governador paranaense e o grupo oriundo da VD, bem como lhe deu projeção nacional: foi sua postura ao lado do movimento legalista que defendia a posse de Goulart como Presidente da República, quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961 (BUSETTO, 1998, p. 205).<sup>99</sup>

Quanto ao governo do Paraná, essa aproximação àquelas posições desenvolvimentistas e, é claro, àqueles que as defendiam, não poderia deixar de se refletir na administração de Ney Braga, como demonstra o seu grande projeto: a elaboração e aplicação do Plano de Desenvolvimento do Paraná. É de grande valia termos em mente que, neste projeto, a pretendida submissão das demais esferas governamentais à esfera social demonstra, além do teor da Terceira Via do programa de 1961, a similitude entre os objetivos do governo estadual com o já referido movimento Economia e Humanismo do Padre Louis-Joseph Lebet. Afinal, expressa o plano que “o setor social apresenta primazia sobre os demais setores da realidade coletiva. Com efeito, tanto o setor econômico, como o administrativo e o territorial não são um fim em si, mas um meio de promover a elevação dos níveis de vida da população, o que é, em última análise, a finalidade de seu desenvolvimento” (PARANÁ. GOVERNO, 1963, p. 14) (Ver também BRAGA, 1962, p. 17).<sup>100</sup> Além do que, na nossa ótica, entender as principais propostas deste plano é fundamental para compreendermos como os

---

<sup>99</sup> Busetto explica desta forma o comportamento do governador: “Ney Braga, como portador de um relativo capital político calcado na sua popularidade, por certo limitada no espaço, e pretendendo expandi-lo, não tardaria a se alinhar à tendência nacional-reformista com vistas a garantir e ampliar a sua força de mobilização dentro e fora do PDC” (BUSETTO, 1998, pp. 211-212). Outrossim, sustenta nosso entendimento de que o governador do PDC procurava se alçar no cenário político nacional a seguinte afirmação de Grüm: “Ney Braga é um dos primeiros homens públicos brasileiros a lançar mão da propaganda para adquirir a sua promoção e legitimidade no meio político” (GRÜM, 2001, p. 10). Tal estratégia desenvolveu-se durante a época do aqui referido governo.

<sup>100</sup> Para Dennison de Oliveira “há uma associação evidente entre a SAGMACS, o PDC e os propósitos dos governantes deste partido de pautarem sua atuação pelo planejamento e pela racionalização” (OLIVEIRA, 2000, p. 126). Lembramos ao leitor que esta relação já foi feita por nós em capítulo anterior, onde, baseados nas considerações de Dennison de Oliveira, demos mais alguns detalhes sobre a SAGMACS.

pedecistas pretendiam resolver o drama que representava desenvolver economicamente uma região brasileira eminentemente agrícola, como era o caso do Paraná. Partamos, então, em busca disso.

Para a administração pedecista, a Terceira Via tinha, no seu caráter intervencionista estatal, um elemento essencial no desenvolvimento paranaense. Segundo o Executivo do Paraná à época, “é evidente que cabe ao Governo a maior parcela de responsabilidade no planejamento do desenvolvimento. Como líder e coordenador dos desejos e das ações coletivas, cabe-lhe o papel de iniciar o processo de planejamento, levando a coletividade a aceitar a disciplina exigida pelo planejamento” (PARANÁ. GOVERNO, 1963, p. 2). Dois elementos imprescindíveis no desenvolvimento econômico do estado seriam os recursos financeiros e a agência governamental responsável pela aplicação do plano. Os recursos seriam viabilizados através do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico), e a agência governamental responsável pela sua aplicação e controle seria a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) (BRAGA, 1962, pp. XVI e XVII).

Observemos o FDE. Criado pela lei 4529 de 12 de janeiro de 1962, era considerado um instrumento “dos mais importantes para o futuro do Paraná. Utilizará poupanças locais, captadas através de um empréstimo compulsório restituível [em vigor por cinco anos e restituível mediante a emissão de títulos a juros de 4% ao ano], consolidando-as e transformando-as em agente catalisador para a atração de soma muito maior de poupanças locais e externas” (BRAGA, 1962, p. 19). Correspondia a 1% de todas as vendas e consignações efetuadas no estado, sendo cobrado junto ao Imposto de Vendas e Consignações. Teve como motivo essencial de criação o fato das finanças do estado estarem com graves problemas e, como em sua campanha o PDC havia prometido não aumentar impostos, era preciso encontrar alguma forma de aumentar a arrecadação a fim de se poder

administrar em condições de ser implantado o plano de desenvolvimento (MAGALHÃES FILHO, 1989, p. 146).

Na elaboração do plano do governo, bem como na própria atuação administrativa de Ney Braga, identificamos, também, pressupostos da Terceira Via que estiveram nitidamente presentes na “escola cepalina” (MAGALHÃES, 1989a, p. 143).<sup>101</sup> Comprova mesmo isso a realização, por parte do governo estadual, em colaboração com a Universidade Federal do Paraná, sob o patrocínio da CEPAL, do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), nos meses de julho a outubro de 1963, do X CURSO DE TREINAMENTO EM PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CEPAL-PARANÁ (BRAGA, 1964, p. 101).

Ainda quanto à aproximação da escola cepalina, notamos que as mais importantes medidas governamentais no campo econômico buscariam dinamizar o setor industrial, pois este era entendido como o mais importante na superação do subdesenvolvimento estadual. Na ótica dos que agora estavam no poder, o projeto de desenvolvimento deveria se articular sob o ponto de vista paranaense. O subdesenvolvimento era explicado por um tipo de exploração que o Paraná sofreria por parte de São Paulo. Havia, “fortemente marcada, a idéia de uma ação deliberada do ‘colosso bandeirante’ no sentido de impedir a emancipação paranaense” (AUGUSTO, 1978, p. 17).<sup>102</sup> O governador aludia que a exportação do café paranaense é que

<sup>101</sup> Este trabalho é *O Paraná reiventado : política e governo* (MAGALHÃES, 1989a). Esta obra é um dos resultados do projeto História Política do Paraná do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES), cuja coordenação coube à Marionilde Dias Brepohl de Magalhães; partindo das mensagens dos governadores à Assembléia Legislativa, busca-se analisar as práticas de governo no Paraná entre 1947 e 1982. Sobre às relações da DC com a CEPAL, destacamos que um dos grandes economistas deste órgão, talvez o maior no período, Raúl Prebisch, era um dos admiradores do governo de Eduardo Frei no Chile (GRAYSON, 1967?, p. 451).

<sup>102</sup> Nessa abordagem, têm destaque as contribuições de Ianni. Para ele, “como pólo de crescimento, São Paulo menos difunde que atrai os benefícios da industrialização. Há uma espécie de colonialismo interno que os programas nacionais e regionais não puderam limitar” (IANNI, 1968, p. 33).

proporcionava “recursos para a importação de bens de capital que lá [São Paulo] são investidos” (BRAGA, 1961, p. 6). Como o Paraná possuía uma economia notadamente agrícola e a industrialização, ao ver dos pedecistas, apareceria como sinônimo de desenvolvimento, na divisão nacional do trabalho, para se superar o subdesenvolvimento era preciso criar possibilidades de industrializar o estado: “pretendemos seguir uma política de propiciar os meios para a modificação da estrutura no sentido da industrialização” (BRAGA, 1961, p. 7). Sobre esse aspecto, também sustentava o Plano de Desenvolvimento do Paraná que “esta industrialização, dada a forte demanda de produtos industriais em razão do alto nível de renda *per capita* do Paraná, e dada a proximidade do parque manufatureiro paulistano, deverá orientar-se para a elaboração de produtos locais e para o aproveitamento das potencialidades e vantagens locais, procurando substituir as importações” (PARANÁ. GOVERNO, 1963, p. 29, grifos nossos). Sinteticamente poderíamos dizer que o plano de desenvolvimento foi criado pelo governo do PDC tendo como um dos seus objetivos combater este referido colonialismo paulista através da reversão de lucros do café para a industrialização. Tudo, como vimos, bem à moda nacional-desenvolvimentista. (GRÜMM, 2001, p 15) (IANNI, 1968, p. 33) (TOLEDO, 1978, p. 74).

Todavia, para que as possibilidades acima se criassem de forma concreta, fazia-se impreterível, no entendimento do governo, a atuação direta do aparelho estatal. Ficaria evidente a necessidade de órgãos do Executivo que fossem capazes de coordenar e programar as principais realizações ligadas ao desenvolvimento econômico. Esta atuação foi buscada eminentemente através da CODEPAR.<sup>103</sup> Entretanto, além dela, criou-se uma verdadeira

---

<sup>103</sup> A importância estratégica da CODEPAR para a administração pedecista no Paraná pode, ainda, ser sentida se olharmos para os postos políticos que seus diretores assumiriam após saírem da empresa: “Ney Braga conseguiu assegurar a indicação do ex-diretor da CODEPAR (a quem estava ligado politicamente), o banqueiro Leônidas Bório, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café – IBC. Bório levou consigo Karlos [Heiz] Rischbieter, da CODEPAR” (DREIFUSS, 1981, p. 436). Karlos Heiz Rischbieter seria, depois, presidente da Caixa Econômica Federal (1974-1977), presidente do Banco do Brasil (1977-1979) e ministro da Fazenda (1979-1980) (IPPUC, 1990, p. 13).

administração paralela visando contornar uma suposta ineficiência da administração pública estadual.<sup>104</sup> Daí surgiram a CAFÉ DO PARANÁ (Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná) a FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná), a AGEPAR (Companhia de Esgotos do Paraná) que depois se tornou SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), a TELEPAR (Companhia de Telecomunicações do Paraná), a CELEPAR (Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná) e a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) (GRÜMM, 2001, p. 72). Sendo a CODEPAR o grande órgão responsável por gerir a intervenção do Estado na economia visando o seu desenvolvimento, é nela que nos deteremos.

A CODEPAR foi criada pela mesma lei que instituiu o FDE, tendo entre suas missões a de gestioná-lo. Os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento econômico estadual aplicar-se-iam na seguinte proporção: em 1962 e 1963: 40% para energia elétrica (EE), 20% para o desenvolvimento industrial e agrícola (DIA) e 40% para investimentos do Estado (IE); em 1964 e 1965: 40% para EE, 30% para DIA e 30% para IE; em 1966: 30% para EE, 40% para DIA e 30% para IE (AUGUSTO, 1978, p. 92). A lei que criou o FDE previa que ficasse proibido o destino destes recursos como empréstimos a empresas controladas por capital estrangeiro, demonstrando mais um vínculo entre a Terceira Via do governo estadual com os pressupostos nacional-desenvolvimentistas (Ver TOLEDO, 1978, p. 124). A referida proibição se deu também por exigência da bancada petebista em troca do seu apoio na aprovação ao plano do governo. Mas a principal tarefa da CODEPAR se localizaria em

---

<sup>104</sup> O termo *administração paralela* é recorrentemente usado nas pesquisas sobre o período em referência a estratégia de Kubitscheck para implementação do Plano de Metas. Segundo Ricardo Maranhão, em *O Governo Juscelino Kubitscheck*, “mais importante do que as manipulações no Congresso, a alavanca decisiva para a execução tranqüila do Plano de Metas foi a criação dos órgãos de ‘administração paralela’ diretamente subordinados à Presidência” (MARANHÃO, 1988, p. 61). Os principais órgãos criados nesse âmbito foram os Grupos Executivos (GE) e eram: GE para a Indústria de Construção Naval, GE para a Indústria Automobilística, GE para o Setor de Bens de Capital e Maquinaria Pesada; havia, ainda, o Conselho de Política Aduaneira. Vendo que a estratégia de Ney Braga foi praticamente a mesma, usamos o mesmo termo, assim como Grüm.

“fortalecer as iniciativas que facilitem a democratização do capital, através de empresas abertas à participação popular no corpo de sócios e deveria dedicar-se preferencialmente a financiar iniciativas de porte pequeno de investimento e médio. [...] A política de investimentos da Companhia deveria obedecer aos seguintes critérios: defesa econômica regional, substituição de importações e fomento a exportação” (AUGUSTO, 1978, p. 75). Outra atribuição do órgão, agora política, seria sua responsabilidade de demonstrar que o desenvolvimento estadual teria um caráter supostamente técnico e isento de demandas políticas, nesse sentido era necessária a “tecnificação de seu conteúdo, ou seja, maior ‘neutralidade’ face aos grupos em presença, de tal forma que sua eficácia seja maior” (*Idem*, p. 26). Daí mesmo, inclusive, viria o grande sentido de se elaborar um plano de desenvolvimento, tudo bem à moda de Economia e Humanismo (LEBRET, 1962, p. 89) (OLIVEIRA, 2000, p. 126) (SOUZA, 2001, p. 65).

Em relação aos demais aspectos da Terceira Via do governo, outras três esferas societárias eram entendidas como importantes para o desenvolvimento do estado, quais sejam, a integração estadual, a educação e a questão da terra. Quanto à integração estadual, os pedecistas partiam da consideração de que o Paraná possuía, em seu território, três subsistemas econômicos diferentes e que pouca ou nenhuma relação mantinham entre si. O norte do estado vinculava-se muito mais à cidade de São Paulo do que à Curitiba; a região sudoeste, ocupada por gaúchos, mantinha muitas ligações sócio-culturais com o Rio Grande do Sul; a única região que era vista como verdadeiramente paranaense era o leste do estado, com formação datada de um período bem mais antigo, e apenas nesta região é que Curitiba exercia uma influência significativa, o que, na perspectiva do PDC, deveria ser modificado (PARANÁ. GOVERNO, 1963, p. 48). Nos dizeres mais recentes do então governador, “era urgente a necessidade de integrar o Paraná. Não havia ligação Norte-Sul. O morador de

Jacarezinho ou Londrina estava muito mais próximo de São Paulo que de Curitiba, existia até um movimento de criação do estado de Paranapanema. Era grande o descontentamento pela falta de integração viária” (BRAGA, 1996, p. 156) (Ver também OLIVEIRA, 2000, p. 126). A principal forma de integração se daria através dos transportes. Dentro desta visão foi que se engendrou a construção de rodovias como a do Café, a do Sudoeste, a Melo Peixoto-Maringá, além de pontes sobre os rios Iguaçu e Piquiri.

No tocante à educação, talvez as marcas mais importantes tenham sido a criação da Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (MECA), da Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Estadual de Educação.<sup>105</sup> Estas ações do Estado buscavam direcionar a educação para a eficiência e a técnica, além do que, ocupando um espaço que não haveria sido ocupado até então, demonstrar que as administrações anteriores não deram conta de suprir as necessidades do setor (MAGALHÃES, 1989a, p. 59). O ensino deveria se ajustar às demandas do desenvolvimento. O MECA, presidido por Cecília Maria Westphalen, postulava um nexo causal entre o analfabetismo e uma referida improdutividade econômica do estado (BRAGA, 1996, p. 163), sendo imprescindível a resolução deste problema para que os níveis de desenvolvimento fossem aumentados.

Tendo por referência a questão agrária, não podemos deixar de situar que o governo enfrentou diversos conflitos de terra, notadamente nas regiões oeste e sudoeste do Paraná. Para a nova administração, os problemas que envolveram a posse pela terra vieram em decorrência da ocupação territorial feita de uma forma prejudicial nos governos de Munhoz da Rocha e, principalmente, de Moysés Lupion. Nas palavras de Ney Braga,

---

<sup>105</sup> Quanto ao Plano de Desenvolvimento do Paraná, a principal solução para o problema educacional do estaria na educação de base. “que nada mais é do que a adoção de instrumentos capazes de despertar à população a consciência crítica, sem a qual os conceitos de democracia, de liberdade, e, mesmo de ser humano ficam intrinsecamente diminuídos. [...] O programa de alfabetização será aplicado segundo o método audiovisual do Professor Paulo Freire” (PARANÁ. GOVERNO, 1963, pp. 98 e 99).

Na ânsia de agradar amigos, de subverter consciências, de manter posições, a administração anterior [Moisés Lupion] ultrapassou tudo o que se possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas no Paraná é verdadeiramente espantoso. O caso de titulação de uma gleba, que na realidade era uma praça no perímetro urbano do Paranaguá, é um símbolo, mas apenas um símbolo, porque a realidade vai muito mais além. Nomes de glebas foram trocados para que se fosse possível titulá-las novamente sem despertar protestos dos proprietários. Foram feitas titulações com base em fotografias aéreas de 1953, sem que fossem realizados trabalhos de campo, apesar desses trabalhos terem sido pagos (*Idem*, 1961, pp. 43 e 44).

A via legal foi o caminho escolhido da Terceira Via para resolver os problemas fundiários no Paraná, objetivando-se legalizar as titulações das terras já ocupadas.<sup>106</sup> Propôs-se, ainda, a revisão dos títulos de posse expedidos pela administração anterior. Esta foi a forma pela qual o governo entendeu estar realizando a reforma agrária prevista no programa do partido, mesmo porque, sobre o problema, dificilmente haveria uma resolução que não ocorresse no âmbito nacional. Afinal, a grande dificuldade era resolver o debate sobre alterar ou não o artigo 141 da Constituição. Temos, aqui, portanto, um evidente limite na atuação do PDC no nível estadual.

Contudo, o Plano de Desenvolvimento do Paraná apenas seria viabilizado de maneira concreta se, no entendimento daqueles que o elaboraram, a população paranaense o assumisse como centro de sua atividade política e ele não parecesse algo restrito às decisões de gabinetes administrativos. Para tanto, o governo deveria lançar mão de um recurso que, nos dias de hoje, tanto vem atraindo movimentos e partidos de esquerda como vem sendo adotado por administrações de diversos matizes ideológicos. O plano só alcançaria a “sua plena validade, depois de submetido à consulta popular. Essa consulta, por isso, não poderá ser formal e

---

<sup>106</sup> O Plano de Desenvolvimento do Paraná assim se referia a questão agrária: “Quanto à ocupação de terras particulares por grande número de posseiros, o governo tentará acordo ou efetivará ação desapropriatória. Sendo esta ocupação por grupos pequenos ou isolados o governo mediará acordo sobre benefícios realizados e garantirá novas glebas aos posseiros. O poder judiciário, sempre que seja solicitada ação judicial de despejo e desocupação, informará aos órgãos competentes da Secretaria de Mobilização Social, visando à orientação e assistência aos despejados” (PARANÁ. GOVERNO, 1963, p. 80).

superficial. Deve ser efetiva, comportar um mecanismo institucionalizado que a torne cada vez mais segura e conseqüente” (PARANÁ. GOVERNO, 1963, p. 10).<sup>107</sup>

#### 4.4. O Crepúsculo do Poder Partidário

O ano de 1965, portanto já sob a égide do regime militar, foi o último da administração de Ney Braga. O Paraná, portanto, seria um dos estados em que ocorreria eleição para o Executivo. No interior do governo se esboçavam duas candidaturas, a de Affonso Camargo Netto, doravante Affonso Cargo, e a de Paulo Pimentel. O engenheiro Affonso Camargo, além de ser o vice-governador, havia sido o primeiro presidente da CODEPAR. Acumulava o cargo de Secretário da Justiça e era o encarregado pela articulação política do Executivo. Como presidente estadual do PDC, era o homem que comandava a organização do partido no Paraná. Suas relações políticas se davam muito mais com a região leste do estado, o dito Paraná Tradicional.

Quanto a Paulo Pimentel, foi secretário da agricultura, e tinha sua origem política no norte cafeeiro, junto à família Lunardelli. Portanto seus vínculos políticos se davam com aqueles que se apresentavam mais dinâmicos economicamente; era filiado ao PTN. Possuía condições eleitorais mais expressivas do que Affonso Camargo, visto que este era um político mais ligado a burocracia partidária e muito mais junto a ela, do que a eleitorado, que construía

---

<sup>107</sup> No nosso entendimento, esta ótica do referido plano possibilita relacioná-lo com um instituto apontado por diversas administrações públicas da atualidade, principalmente as do Partido dos Trabalhadores, como solução para a tensão que existe entre as reivindicações populares e os limites orçamentários: o orçamento participativo. Claro que esta análise precisa, ainda, se sustentar em um trabalho com reflexões mais profundas, o que não está no centro desta dissertação; entretanto, à guisa de exemplo, gostaríamos de ressaltar que o plano sustentava a necessidade de, para associar a população a ele, formalizar a participação de “sindicatos de trabalhadores e de empregadores; associações, federações, confederações profissionais de nível sub-regional, regional ou estadual, dos setores industriais, comerciais e agrícolas; partidos políticos, através de suas convenções estaduais ou regionais; vereadores, prefeitos, deputados; associações de amigos da cidade ou do bairro; entidades culturais e confessionais; associações de consumidores; representações formais das diversas camadas da população” (GOVERNO. PARANÁ, 1963, p. 172).

sua influência política. A candidatura de Paulo Pimentel havia sido lançada pelo deputado Anibal Khoury, ainda dois anos antes das eleições, visando fortalecê-la na difícil tarefa de superar as intenções do presidente do PDC paranaense (BRAGA, 1996, p. 167). Indubitavelmente, o fiel da balança neste processo seria o posicionamento do governador.

A disputa para decidir qual seria o candidato apoiado pelo governo se resolveria na Convenção Estadual do PDC. Nela, Affonso Camargo tinha o apoio dos grupos intrapartidários mais firmes na decisão de deixar claro quais projetos políticos, sociais e econômicos que a Terceira Via do partido deveria defender; era o caso, por exemplo, da JDC, liderada por José Richa;<sup>108</sup> também contava com o apoio da maioria da direção estadual pedecista. Todos esses predicados seguramente poderiam deixar esse pré-candidato em uma situação de quase invencibilidade dentro do seu partido se a conjuntura política brasileira não tivesse passado por 1964. Entretanto o quadro mudara e o governador veio à Convenção para defender a aliança com o PTN e uma candidatura para o governo estadual encabeçada por Paulo Pimentel (*Idem*, pp. 168-169).

Como explicar que Ney Braga estava se confrontando com a maioria da direção estadual de seu partido e com a principal figura pedecista depois dele no Paraná? Sustentamos que esta postura já denotava uma clara mostra de sua articulação com os grupos militares que não mais aceitavam uma candidatura que pudesse trazer a baila a Terceira Via nacional-desenvolvimentista, como poderia se apresentar uma candidatura própria do PDC ao Executivo paranaense. Ressalte-se, ainda, em uma outra frente, que as pretensões do PTN também detinham o apoio da maioria dos secretários estaduais de governo; todos, com exceção de Affonso Camargo, seguiam as orientações do governador; lembremos, também,

---

<sup>108</sup> José Richa era líder da JDC nacional, “tendo ocupado os cargos de presidente e vice-presidente de movimento congênere internacional, com assídua participação em congressos internacionais da Democracia Cristã e se firmava como um expoente da tendência nacional-reformista” (BUSERO, 1998, p. 208) (Ver também NICOLAS, 1977, pp. 174 e 175).

que Paulo Pimentel era vinculado a grupos econômicos mais dinâmicos que o vice-governador, o que, em si, era algo significativo para os interesses de Ney Braga.

Com o sustentáculo da máquina administrativa, a candidatura de Paulo Pimentel ficou muito fortalecida e conseguiu agrupar em torno de si os pedecistas, ao menos no resultado da convenção que se colocou ao lado do que defendeu o governador. O PDC assumiu a candidatura do PTN, mas não sem empecilhos, posto que a maioria dos grupos intrapartidários que queriam a candidatura própria não seguiram a decisão convencional. O próprio Affonso Camargo chegou a apoiar o outro candidato ao governo, Munhoz da Rocha.

O fato foi que, mesmo não vencendo as eleições em importantes cidades como Curitiba, Guarapuava, Paranaguá e São José dos Pinhais, Paulo Pimentel se elegeu governador com grande margem de votos, 51,1% (MAGALHÃES [TRE-PR], 1989b). Desta forma, construiu-se a saída definitiva do PDC do executivo estadual, até porque, no final do mês de outubro de 1965, todos os partidos políticos do período pré-1964 seriam extintos pelo regime militar, o que desembocaria no bipartidarismo. Entretanto, se o seu partido deixou de existir, Ney Braga se transformaria na principal figura política do Paraná até, pelo menos, meados dos anos oitenta.

#### **4.5. Considerações sobre o Capítulo**

A ascensão de Ney Braga ao governo do Paraná teve, como vimos, três elementos importantes a serem considerados. Primeiro, permitiu uma efetiva experiência de aplicação da Terceira Via do seu partido. Esta experiência teve no Plano de Desenvolvimento do Paraná e na CODEPAR as principais iniciativas organizacionais para que se projetasse estadualmente os planos de desenvolvimento de sua agremiação partidária. Tal procedimento, na nossa ótica,

e pelo que demonstramos sobre a atuação governamental de Ney Braga, esteve plenamente de acordo com os pressupostos que a reformulação partidária feita pelos pedecistas no início dos anos sessenta inspirou ao partido; esteve também vinculado aos projetos do movimento Economia e Humanismo, o que ficou demonstrado pela sua busca de apresentar-se como político preocupado em dispor do desenvolvimento econômico como forma de incrementar o desenvolvimento social. Sendo assim, é evidente que esta administração possuiu um significativo caráter partidário.

Tendo em vista a via de desenvolvimento traçada pelo governo de Ney Braga, chamamos a atenção para o segundo aspecto que pudemos apurar, o qual se relaciona diretamente com nossas considerações sobre como a Terceira Via do PDC atuou na economia. Desta forma, é digno de nota o caráter que a administração buscou implementar no Paraná, pois entendemos que ela assumiu, no nível estadual, nítidos aspectos advindos do nacional-desenvolvimentismo,<sup>109</sup> vide a atuação da CODEPAR e o próprio Plano de Desenvolvimento. Demonstrativo disso foi, portanto, sua busca pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico via substituição das importações de produtos manufaturados vindos dos estados mais industrializados, principalmente São Paulo; salientamos, neste aspecto, que houve inclusive, a noção de que o capital bandeirante exerceria imperialismo sobre o Paraná. Nesse sentido, observamos na proposta de Ney Braga a intenção de se criar a tão sonhada autonomia nacional-desenvolvimentista no nível estadual paranaense através do objetivo de se reverter os lucros da exportação cafeeira para a industrialização local. Além do que sua atuação valorizou a criação de um parque energético, a integração regional, a educação e, ainda que sob um espectro limitadíssimo, a reforma agrária, todos elementos articulados numa ótica consoante

---

<sup>109</sup> Estamos novamente concordando com Grüm, pois ela sustenta que “o governo de Ney Braga enquadra-se nas propostas do nacional desenvolvimentismo, pois frente ao executivo paranaense o governador procurará, através de suas ações, redefinir as funções do Estado, bem como aparelhá-lo para atingir as metas desenvolvimentistas” (GRÜMM, 2001, p. 15).

ao modelo nacional-desenvolvimentista. E a VD pareceu estar bem sintonizada com esses fatos, pois se avizinhou do governador constatando na sua administração uma grande oportunidade de por à prova pública suas convicções sobre o modelo de desenvolvimento enunciado pela sua Terceira Via.

O terceiro aspecto que destacamos teve uma relevância fundamental para os destinos políticos do PDC, pois se relaciona com a consecução de Ney Braga como figura política nacional do partido e, portando, como principal agente em condições de definir os rumos políticos de seus correligionários. Pelo que pudemos averiguar, a conquista e a atuação no governo paranaense permitiu-lhe constituir-se como uma figura política com visibilidade e influência nacional, não limitando sua interferência apenas aos muros de seu partido, e muito menos de seu estado, como mostrou sua ação na defesa da posse de Goulart e mesmo sua atuação em prol do golpe militar de 1964, que será melhor analisada em capítulo posterior.

Diante desse quadro, entendemos que esse pedecista soube, no momento em que seu partido definiu claramente que iria se apresentar como na defesa de reformas voltadas para as aspirações dos setores populares organizados, se identificar com o agrupamento político intrapartidário mais afeto a estas aspirações, qual seja, os membros advindos da VD. Nesse corolário foi que, nos moldes da Terceira Via, se formulou o plano de governo e as iniciativas de atuação visando o desenvolvimento econômico e industrial do Paraná.

Contudo, quando os agentes definidores do quadro político brasileiro institucional mudaram radicalmente, por conta do golpe militar de 1964, o governador pareceu ter percebido que seus vínculos com aqueles pressupostos políticos o impediriam de continuar agindo como gostaria no cenário nacional. Com sua disposição de estreitar seus laços com os novos agentes definidores da vida pública, os militares, só lhe cabia o abandono das posições e dos políticos portadores do estigma que o novo regime que se instauraria viria a combater.

Ney Braga precisava desamarra-se daquilo, ou daqueles, que o impedissem na construção desse caminho. Daí, inclusive, as motivações do apoio do governador paranaense a alguém de fora do seu partido, Paulo Pimentel, para sua sucessão. No caso, lembramos que o ocorrido deu-se em um combate aberto contra José Richa, o representante mais fiel da Terceira Via emitida pelo programa de 1961. Temos, então, a límpida demonstração de que Ney Braga já havia se servido deste grupo para o que precisava. Obtivera espaço no cenário nacional e, agora, o que lhe cabia, como quem se dispunha a ser o homem dos militares no estado, era articular o reforço da sustentação política do regime a que servia, e nisso seus laços com os pedecistas oriundos da VD passavam a ser um problema. Mesmo porque importantes membros daquele grupo, neste momento, já haviam sido cassados pelos militares, como veremos mais adiante.

Se, no último quartel dos anos cinquenta, as disputas de forças políticas estaduais não impediram Ney Braga de abandonar os vínculos políticos com seu sogro, Munhoz da Rocha, para concretizar sua carreira, o governador parece ter identificado em um outro espectro intrapartidário a constituição de algo mais útil para que ele pudesse efetivar-se como agente político nacional. Era um espectro anticomunista, como o do Arruda Câmara, e ligado aos preceitos do IPES/IBAD que, como vimos em capítulo anterior, era um dos financiadores eleitorais do governador. Chegava a ocasião em que retomar a lembrança, de si e dos outros, de que no seu guarda-roupa havia um velho, mas agora impreterível, uniforme do exército; nesta nova conjuntura, o fato de haver, por exemplo, combatido nas fileiras que lutaram contra a Intentona Comunista de 1935, pesaria mais do que uma defesa decidida dos pressupostos próximos à Terceira Via reformista.

---

## 5. O OCASO DA TERCEIRA VIA PEDECISTA: BIPARTIDARISMO E A CONSECUÇÃO DA DITADURA

Dediquemo-nos, agora, a análise do sentido que a Terceira Via assumiu para os principais quadros do PDC na constituição do bipartidarismo brasileiro. Além disso, vejamos o papel que o partido desempenhou neste processo político e, principalmente, qual o caminho das principais lideranças pedecistas frente a esta nova situação; neste ponto, demonstramos como Ney Braga se inseriu na montagem do golpe e, outrossim, na consecução do bipartidarismo. As principais fontes coevas utilizadas são as mensagens do governador à Assembléia Legislativa do Paraná.

De antemão indicamos que nossos esforços precisam concentrar-se, principalmente, nos fatos de 1965. Ao contrário do que poderíamos imaginar, quanto ao sistema partidário e aos partidos, este momento é mais rico do que o de 1964, para averiguarmos as implicações que os projetos militares trariam para a vida política brasileira. Mesmo porque o golpe de 1964 não indicou, por si só, o papel que os novos agentes definidores estavam dispostos e até em condições de desempenhar; nesta ocasião eles não tinham sequer homogeneidade suficiente para julgar com conveniência o que se faria. A respeito disso, Alfred Stepan assim considera:

Quando depuseram o Presidente João Goulart, em abril de 1964, e assumiram o poder, não existia um plano comum à grande maioria dos militares sobre os seus principais objetivos políticos. Isto estava deliberado em parte. Antes de 1964, existira um desejo consciente de evitar o debate sobre questões que teriam tornado mais difícil reunir uma coligação de golpe vitoriosa. Imediatamente depois de 1964, muitos oficiais receavam que o debate pudesse provocar cisões dentro das Forças Armadas e mesmo precipitar um contramovimento executado pelas forças janguistas (STEPAN, 1975, p. 157).<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> Alfred Stepan, em *Os militares na política : as mudanças de padrões na vida brasileira* (STEPAN, 1975), faz uma análise do papel dos militares no Brasil a partir da idéia de que eles buscam desempenhar o poder moderador e, por isso, interfeririam na vida política institucional. A respeito da indefinição dos rumos do golpe em 1964, o artigo *De Castello a Figueiredo : uma incursão na pré-história da "abertura"* (CRUZ; MARTINS, 1984), de Sebastião Carlos Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, que está na coletânea organizada por

Desta feita, devemos ter claro que com o transcorrer dos fatos muitos agentes políticos importantes, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, que estiveram no centro das decisões em 1964, acabariam, de certa forma, eles próprios se surpreendendo com os rumos da nova situação. Portanto, as turbulências de 1965, com as primeiras eleições que os militares enfrentaram, é que colocariam um ingrediente decisivo para os planos de praticamente todos os agentes políticos do período. Quanto aos acontecimentos de 1964 serão abordados tendo por referência, eminentemente, a participação de Ney Braga.

### 5.1. Os Militares Precisaram se Livrar do Passado

Analisando o processo político brasileiro, vemos que o sistema partidário sofreu, desde a República, cortes que se relacionam diretamente com o exercício de poder por parte das elites dominantes. É nesta perspectiva que olhamos para o 27 de outubro de 1965, quando o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, doravante Castello Branco, editou o AI-2. Este Ato interseccionou o sistema partidário brasileiro extinguindo os partidos políticos de então e somente deixando espaço para a construção do bipartidarismo. Efetivamente, foi o Ato Complementar nº 4 (AC-4), decretado pelo Presidente militar em 20 de novembro de 1965, e defendido principalmente pelo Ministro da Justiça Juracy Magalhães (UDN), que estabeleceu as normas para a criação das novas agremiações políticas. A formação de um

---

Maria Hermíria Tavares de Almeida *Sociedade e política no Brasil pós-64*, é uma das reflexões que melhor trata do endurecimento político efetivado pelos militares como situado historicamente e não como resultado de uma espécie de plano que já estaria previamente arquitetado em 1964, ou mesmo antes. Entre as valiosas contribuições que estes dois autores trazem, as quais são assimiladas por nosso texto, citamos a seguinte: “Os momentos de intensificação do autoritarismo como, por exemplo, a edição do AI-2, em 65, ou do AI-5 [Ato Institucional nº 5], em 68, não decorrem em linha direta do golpe de 64. Apesar de sua inegável importância, o movimento de março não pode ser erigido em principal fator explicativo das eclosões autoritárias posteriores como se, no interior daquele, estas já estivessem dadas, tal qual bombas de ação retardada. [...] Torna-se necessária, por conseguinte, recuperar as determinações específicas e a dinâmica interna desses processos parciais que redundaram em recrudescimentos do autoritarismo” (CRUZ; MARTINS, 1984, pp. 14 e 15). Sobre esta questão, ver também (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 70) e (REIS, 2001, p. 343).

novo partido político seria, a partir de então, “tarefa a ser realizada pelos membros do Congresso em quarenta e cinco dias, [e] exigia o apoio de um terço dos deputados federais e um terço dos senadores” (KINZO, 1988, p. 15). Como os governistas logo arregimentaram mais da metade dos congressistas, 250 deputados e 40 senadores, sobrou aos descontentes com a ditadura a organização de um pequeno partido de oposição formal.

Longe de representar algo diretamente ligado ao Golpe de 1964, como se já estivesse planejado naquele momento, o bipartidarismo é entendido por nós como inserido nas relações específicas e na dinâmica interna dos processos que, anterior e posteriormente, caminharam para o autoritarismo (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 15). Neste processo, é importantíssimo considerar a coalizão civil, mas principalmente a militar, que conduziu ao golpe.<sup>111</sup>

Entre os militares, no tocante à aliança para o golpe e o posterior governo, conseguimos reduzir “a variedade dos agrupamentos castrenses a apenas quatro categorias: os sorbonistas, a linha dura, os nacionalistas de direita e as chefias” (*Idem*, p. 16). Os sorbonistas, ou castelistas, tinham como ideal a instauração, via reformas institucionais, do modelo de civilização dos países centrais do capitalismo. Seu modelo de desenvolvimento econômico era o que considerava o Brasil dependente industrial e comercialmente dos países desenvolvidos, necessitando de associação com o grande capital para superar as deficiências nacionais; ou seja, um modelo sintonizado com aquele que apontamos como modelo de desenvolvimento internacionalista (IANNI, 1968, pp. 53-55). Politicamente podem ser considerados como mais moderados que a linha dura, pois se apresentavam como defensores

---

<sup>111</sup> Para Sebastião Carlos Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, a referida coalizão, quanto aos civis, assim é entendida: “Os que tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart tiraram de seu fracasso em 61 a lição que os levou à vitória em 64. Compreenderam que, para ter êxito, o novo golpe a ser tentado precisava contar com uma base social de apoio que fosse a mais ampla e diferenciada possível. Levada à prática, essa diretriz resultou na montagem de uma complexa coalizão que incluía praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário) juntamente com ponderáveis parcelas da pequena-burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas respectivas representações no plano político-partidário” (CRUZ; MARTINS, 1985, pp. 15 e 16).

da aplicação preferencial de soluções técnicas para a crise política brasileira e como fiéis à democracia “achando, no entanto, que a curto prazo o governo arbitrário se impunha como uma necessidade” (SKIDMORE, 1988, p. 52).<sup>112</sup> Defendiam, portanto, um suposto regime liberal democrático que, aos seus olhos, deveria possuir, minimamente, as seguintes características: rapidez nos processos decisórios,<sup>113</sup> condições de controlar as ameaças de subversão da ordem e garantia aos partidos políticos de alternância no poder (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 19) (Ver também STEPAN, 1975, p. 167). Estavam em contraposição ao socialismo, ao nacional-desenvolvimentismo e ao clientelismo; eram identificáveis, portanto, como uma versão militar dos grupos udenistas e dos porta-vozes do pensamento liberal. Enquanto força política dirigiram a coalizão golpista de 1964, sendo que Castello Branco era, naquele momento, sua principal figura. O grupo dos sorbonistas era o portador, entre os militares, de melhores condições teóricas para formular projetos de governo, até por estar muito mais intimamente ligado à Escola Superior de Guerra (ESG), que se via como a Sorbone brasileira, do que com as tropas aquarteladas. Segundo um notável brasilianista, “a coesão desses oficiais da Sorbone resultou das experiências comuns que tiveram na FEB [Força Expedicionária Brasileira], durante a Segunda Guerra Mundial; na ESG (não como estagiários mas sobretudo como professores); e em cursos em instituições militares do exterior, especialmente nos Estados Unidos. Esses oficiais ficaram mais tarde conhecidos como *castellistas* e desempenhariam importante papel em subseqüentes governos militares”

---

<sup>112</sup> O livro aqui referenciado é *Brasil : de Castello a Tancredo* (SKIDMORE, 1988), do brasilianista Thomas Skidmore. Esta obra busca explicar o processo político brasileiro entre 1964 e 1985 a partir da determinação dos militares em não entregar o poder aos civis imediatamente; nisso a autor insere os contextos de endurecimento político de 1965, 1968 e 1969.

<sup>113</sup> Um excelente trabalho que analisa a morosidade do Congresso Nacional para votar questões relevantes no conturbado período da primeira metade dos anos sessenta é: *Sessenta e quatro : anatomia da crise* de Wanderley Guilherme dos Santos. Para o autor “a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória, ou seja, um colapso do sistema político, resultante de sua incapacidade de funcionar (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes)” (SANTOS, 1986, p. 10).

(SKIDMORE, 1988, p. 52, grifos no original) (Ver também SILVA, 1996, pp. 319 e 320); nesses cursos puderam acurar sua política externa anticomunista. Mas, se, por um lado, esses vínculos os fortaleciam, por outro, lhes impunham uma considerável distância dos quartéis que redundava em menor apoio nas tropas, o que, obviamente, os enfraquecia.

Passemos, agora, aos nacionalistas de direita e aos oficiais da linha-dura. Destacamos que identificar suas concepções políticas, bem como traçar um limite preciso que os separe não é uma tarefa fácil. Alfred Stepan chegou a agrupá-los em conjunto sob a qualificação de nacionalistas autoritários, apontando que “este grupo não era totalmente fixo, mas sua composição e paixões mudavam de acordo com as pressões políticas do momento” (STEPAN, 1975, p. 181). Sinteticamente, podemos apresentar os nacionalistas de direita como discordantes da política econômico-financeira de associação ao capital multinacional e com a produção voltada para o mercado externo, aplicada pelos castelistas. Consideravam que esta política acarretava desequilíbrios internos na economia proporcionando o aumento da miséria e, por conseguinte, a seu ver, da subversão comunista (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 20). Sustentavam que o país necessitava de um governo fortemente centralizado e repressor, a fim de combater uma possível revolução socialista. Tudo indica que seu modelo de desenvolvimento era o que priorizava uma espécie de capitalismo nacional. Fortaleciam-se politicamente aliando-se aos oficiais da linha-dura, com os quais formavam o que se convencionou chamar de alas radicais de direita.

A linha dura possuía como porta voz o general Costa e Silva e sua inflexibilidade originária do nome tinha seu embrião na perspectiva de que “era imperioso parar o carrossel que vinha girando desde 1945 em que periódicas intervenções militares eram seguidas pelo rápido retorno de civis ao poder”; esta estratégia dos militares, na ótica dos duros, não havia resolvido nada, por isso era chegada a hora de extinguir as eleições presidenciais, mudar as

regras políticas e tirar de cena os atores mais perigosos (SKIDMORE, 1988, p. 47); “os militares da linha dura possuíam uma lista de cerca de 5.000 ‘inimigos’ cujos direitos políticos pretendiam suspender” (*Idem*, p. 59). Sendo assim, e com o apoio dos nacionalistas de direita, estavam “empenhados em levar adiante a repressão revanchista contra a orientação legalista e constitucionalizante que o governo [Castello Branco] procurou impor, uma vez encerrada a assim chamada fase de depuração” (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 20).

Esses dois grupos militares mais autoritários, principalmente a linha-dura, colocavam a Doutrina de Segurança Nacional como principal papel a ser cumprido pelo governo. Acreditavam que os militares eram os únicos em condições de governar o país, pois eles, segundo suas próprias crenças, estariam “fora e acima dos partidos; pertencem a nenhuma classe, a nenhum partido; estão unicamente a serviço da nação, à qual sacrificam suas vidas” (COMBLIN, 1977, p. 77). Imaginavam que o Brasil estava na eminência de uma guerra revolucionária socialista e, para combatê-la, nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, era preciso identificar e mesmo eliminar todos os subversivos.<sup>114</sup> Para tanto viam como necessária a presença permanente do poder militar em toda a parte, desde os locais de trabalho até os de recreio. O governo, sob esta perspectiva, precisava realizar prisões rápidas como forma de repressão e de obtenção de informações. Isto lhes parecia a arma decisiva no combate aos subversivos e, para tanto, a tortura era a regra do jogo e utilizada nos Inquéritos Policiais-Militares (*Idem*, p. 46). O poder das alas radicais de direita foi, portanto, exercido

---

<sup>114</sup> O recente trabalho de Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, apesar de seu caráter nitidamente revisionista em prol das intervenções militares, é uma interessante expressão desta perspectiva. Para Agnaldo Del Nero Augusto os comunistas estiveram na eminência de tomar o poder no Brasil em três ocasiões: em 1935, com a Intentona Comunista (AUGUSTO, 2001, pp. 41 – 51); em 1964, com a crise gerada na administração Goulart (*Idem*, pp. 123 – 139); em 1968, com a ascensão do movimento estudantil (*Idem*, pp. 278 – 282). Para o autor, principalmente na terceira tentativa, “as organizações subversivas desencadearam uma guerra irregular em nosso País”, e esta guerra tinha como características principais o recurso abrangente à violência com decisão política e a escolha de uma luta clandestina e impiedosa que não se restringiria ao combate de militares fardados e plenamente identificados (*Idem*, p. 15). Na visão do autor, as Forças Armadas, nestes três contextos, constituíram-se como instrumentos da vontade popular de dar um basta às agressões comunistas (*Idem*, p. 22).

através das comissões dos Inquéritos Policiais-Militares, onde a linha-dura era majoritária, bem como pelos altos postos que detinham no comando golpista de 1964. A partir destas inserções, os radicais buscavam impor-se a Castello Branco, além de atacar, a nível federal e estadual, aqueles que estivessem descontentes com o governo.

O quarto agrupamento militar, as chefias eram encarregadas de se impor em nome da unidade militar e do princípio do burocratismo que constituía a corporação (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 16). Formavam um grupo que deveria ter condições de resolver as contradições no seio militar, de acalmar os ânimos dos divergentes, de demonstrar que o governo militar era coeso e direcionado para o combate do comunismo e para a implementação da modernização da sociedade brasileira. Via de regra, os chefes pertenciam a algum dos três grupos que expusemos, entretanto só conseguiriam assumir posições políticas de comando e decisão se, até que conquistassem tal posto, não apenas demonstrassem ter a unidade das Forças Armadas como objetivo, mas também não levantassem suspeitas sobre qual grupo pertenciam.

Não esqueçamos, ainda, que os militares de direita temiam que as eleições para governadores, previstas para 1965, não lhes agradassem, propiciando o retorno de inimigos do Golpe a postos de poder significativos.<sup>115</sup> As eleições para governadores de onze estados (Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás – as eleições para governadores não se davam

---

<sup>115</sup> Luís Viana Filho em *O Governo Castelo Branco* (VIANA, 1975), assim se reporta àquela situação: “Como decorrência das eleições, as primeiras e graves tormentas formaram-se ao anúncio de candidaturas, que o mundo revolucionário não lograva conceder. Se alguns ‘candidatos a candidatos’ não provocavam reações, [...] outros agitavam a ‘linha dura’. Como admitir a sobrevivência da Revolução, se se permitiam candidatos que simbolizavam tudo quanto se buscava eliminar da vida pública? Hélio de Almeida, lançado ao governo da Guanabara pela coligação PSD/PTB, provocara um terremoto entre os ortodoxos. E depois, ao aparecer em Minas, o nome de Sebastião Pais de Almeida, Adauto Cardoso não se contivera: ‘Agora, sim, vamos ver se houve uma revolução’. E ao Presidente cabia demonstrar-lhe a existência” (VIANA, 1975, p. 313). A obra aqui referenciada faz uma descrição, do ponto de vista golpista, das articulações internas, tanto para o golpe como para o governo de Castello Branco; o autor foi chefe de gabinete deste governo e deputado pela UDN baiana, o que nos indica a necessidade de olharmos com extremo cuidado as informações que seu trabalho traz.

simultaneamente, pois respeitavam as constituições estaduais; os outros nove governadores seriam eleitos em um ciclo eleitoral diferente) estavam cada vez mais próximas e seriam o grande passo seguinte para, na ótica castellista, o caminho do retorno à normalidade. Os sorbonistas esperavam que o eleitorado não se chocasse com a resistência das forças radicais. Todavia, já em março de 1965, tiveram uma boa amostra do contratempo político de outubro na eleição para a prefeitura de São Paulo. “Foi um revés por que o vencedor, Brigadeiro Faria Lima, havia sido apoiado por Jânio Quadros, já privado dos seus direitos políticos” (SKIDMORE, 1988, p. 93). Mesmo que Castello Branco não tivesse interesse direto nesta eleição, o resultado enervou os militares da ala direita, deixando-os temerosos com as eleições para governadores e levando-os a pressionar o Palácio do Planalto a suspender as eleições diretas, o que evitaria a derrota do governo.

Os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto desempenharam um importante papel nas pressões que a linha-dura e os nacionalistas de direita fizeram para que o governo não realizasse as eleições. Ambos incentivavam a insubordinação *intramuros* dos meios militares, como forma de enfraquecer o Presidente e, nos seus entendimentos, fortalecer suas candidaturas à Presidência (SILVA, 1996, p. 325).<sup>116</sup> Magalhães Pinto chegou a enviar uma carta ao Presidente manifestando a “sua inteira concordância com os militares da linha-dura ao solicitar uma revisão do processo revolucionário e criticar o governo Castello Branco por sua postura branda e legalista que não possibilitava o cumprimento da *tarefa de punir todos aqueles que haviam ameaçado a segurança interna, as instituições políticas e acima de tudo, a instituição militar*” (KINZO, 1988, p. 22, grifos no original).

---

<sup>116</sup> A referência é ao artigo *A modernização conservadora : do golpe militar a redemocratização 1964/1984* (SILVA, 1996) de Francisco Carlos Teixeira da Silva que está em *História geral do Brasil* sob a organização de Maria Yedda Linhares; apesar de não aprofundar as questões, dado o próprio objetivo do texto, traz um bom panorama político da época.

O governo militar se equilibrava perante este quadro. Ao mesmo tempo em que corria o risco de perder as eleições de outubro e, em consequência, o restante do apoio advindo da ultradireita militar, via nas eleições a forma de indicar à população que a normalidade democrática se mantinha, assim como uma maneira de se fortalecer perante sua oposição, tanto civil quanto militar. Mas isso somente ocorreria se vencessem as eleições aqueles que os apoiassem, e estes estavam eminentemente na UDN. Para tanto, o Presidente tomou uma série de medidas que visavam aumentar as chances de vitória dos udenistas e que aumentaram o controle do governo sobre o sistema eleitoral. A primeira atitude foi aprovar no Congresso uma lei que, supostamente, reduziria a corrupção eleitoral: exigiu-se dos candidatos a comprovação de quatro anos de domicílio eleitoral nos estados em que pretendiam concorrer (SKIDMORE, 1988, p. 94). Provavelmente esta norma impediu que muitos opositores registrassem suas candidaturas. Outra medida importante foi a “lei da inelegibilidade”, aprovada pelo Congresso com grande dificuldade e com forte pressão governamental em julho de 1965; entre outras restrições, ela proibia a candidatura de quem tivesse participado como ministro do governo de Goulart depois de janeiro de 1963 (ALVES, 1987, p. 86) (VIANA, 1975, pp. 313-314).<sup>117</sup> Estas restrições foram entendidas pela direita militar como uma indicação de que Castello Branco estava sensível a suas demandas, o que a acalmou temporariamente.

As eleições de outubro de 1965 ocorreram e foram uma grande decepção para o governo militar, além do que, impactaram fortemente no conjunto das hostes golpistas. Os opositores tiveram sucesso sobre os militares em cinco dos onze estados cujos governos estiveram em disputa: Minas Gerais, Guanabara, Santa Catarina, Mato Grosso; em Alagoas,

---

<sup>117</sup> Em seu trabalho *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)* (ALVES, 1987), Maria Helena Moreira Alves visa explicar as relações entre o Estado e a oposição no Brasil, entre o golpe militar de 1964 e 1984, dando ênfase à dominação política e econômica; entretanto, a autora assume, por vezes, um certo caráter teleológico na ação dos militares.

nenhum candidato obteve maioria, o que obrigou o governo federal a se desgastar indicando um interventor (ALVES, 1987, p. 88). A oposição venceu, portanto, nos dois estados mais importantes, e justamente onde a imprensa e o governo haviam descrito como um importante teste: Minas Gerais e Guanabara. Na Guanabara, Negrão Lima, pessedista, derrotou Flexa Ribeiro, um udenista; em Minas Gerais, a UDN, com Roberto Resende, foi de muito ultrapassada pelo PSD, que apresentou para o pleito Israel Teixeira. “Os candidatos udenistas perderam fragorosamente, e em ambos os casos para *protéges* de Kubitschek” (SKIDMORE, 1988, p. 96, grifos no original) (Ver também: LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 64)<sup>118</sup> (SILVA, 1996, p. 99), justamente o homem que a ala radical de direita mais precisou pressionar o governo Castello Branco para que se efetivasse a cassação de seus direitos políticos.

O fato foi que estes resultados eleitorais fortaleceram a linha dura e os nacionalistas de direita nas suas pregações pelo endurecimento político. Construiu-se, desta forma, a maior crise que este governo enfrentou, pois os castelistas se viram entre manter seu suposto compromisso com o que entendiam como democracia e tendo que afastar as ameaças da ultradireita militar. A linha-dura chegou a ameaçar depor Castello Branco da Presidência, apresentando um ultimato: ele apenas continuaria como chefe de governo se impedisse a posse dos dois incômodos governadores eleitos; chegou-se a pressionar para que estes candidatos eleitos fossem submetidos a Inquéritos Policiais-Militares (ALVES, 1987, p. 89) (SKIDMORE, 1988, p. 99). Mas a crença do Planalto era de que a governo apenas estaria legitimado se os resultados das eleições fossem acatados. Depois de demoradas negociações com os setores militares mais radicais, desenhou-se um acordo: os governadores tomariam

---

<sup>118</sup> A obra que referenciamos é *Partidos políticos e consolidação democrática : o caso brasileiro* (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986), de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello; busca analisar as diversas mudanças por que o sistema partidário brasileiro passou entre 1945 e 1984.

posse, mas seriam tomadas medidas para que novas derrotas eleitorais do governo não acontecessem, e, “o Governo Federal teria o direito de indicar os secretários de Segurança dos dois estados”, o que colocava as polícias militares sobre o controle direto do governo federal (ABRUCIO, 1998, p. 62). Inicialmente tentou-se convencer o Congresso a aprovar leis que aumentassem os poderes de Executivo Federal, mas, se no Senado, Castello contava com votos suficientes, o mesmo não se dava na Câmara. O partido fiel da balança neste quadro foi o PSD que, sob a liderança de Amaral Peixoto e Gustavo Capanema, se recusou a votar tais poderes para o Presidente (SKIDMORE, 1988, p. 99).

No que tocou aos civis, importantes líderes políticos, principalmente Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros (três conspiradores de 1964), vendo suas ambições a Presidência cada vez mais longe de se concretizar, passaram a incentivar ainda mais a insubordinação dos grupos militares não castelistas (STEPAN, 1975, p. 159). Carlos Lacerda, como demonstração do seu definitivo rompimento com Castello Branco, retirou sua candidatura à Presidência a 9 de outubro de 1965 (KINZO, 1988, p. 24).<sup>119</sup> Outros importantes fatores que estavam retirando o apoio político ao governo foram a centralização política e as limitações impostas à autonomia dos estados, implementadas em abril de 1964. Estas medidas vinham descontentando algumas importantes lideranças políticas regionais.

---

<sup>119</sup> Vejamos como Carlos Lacerda explica seu rompimento com Castello Branco: “EU ROMPI DEFINITIVAMENTE com Castello [...] porque senti, a esta altura, que [...] o Castello estava dentro da jogada. Que ele não prorrogou, não deixou de prorrogar o mandato dele inocentemente. Pela razão exatamente que eu comecei a contar, que foi a sucessão da Guanabara” (LACERDA, 1978, p. 344, grifos no original). No entendimento de Carlos Lacerda, o governo militar apoiou o candidato à sucessão na Guanabara Negrão Lima (PSD/PTB) e não Flexa Ribeiro (UDN) (*Idem*, p. 350). Tal apoio teria o objetivo de fazer com que um candidato não alinhado ao regime saísse vencedor, desta feita seria justificável o fim das eleições diretas, o que seria o real objetivo do governo militar: “o que se queria era demonstrar ao Exército que a Revolução não tinha condições de ganhar a eleição. E o Exército, evidente, não tinha tomado o poder para, através de eleições, no dia seguinte devolvê-lo ao inimigo derrubado” (*Idem*, p. 347). Candido Mendes entende desta forma esse processo de afastamento das lideranças udenistas: “No momento em que a liderança oficial do 31 de março, toda ligada ao udenismo histórico, parecia reconquistar o comando da situação, sucumbe à verdadeira penalização histórica. Falam mais forte do que esses quadros os seus sócios militares, e pouco a pouco deixam o poder – na reação-símbolo de Milton Campos – à proporção que o estamento armado abria caminho para a consolidação do autoritarismo-tecnocrático” (MENDES, 1992, p. 72).

Com tudo isso, o governo constatou que a maioria parlamentar alcançada com o golpe começou a ruir, chegando ao virtual rompimento da coligação que o tornara viável (SILVA, 1996, p. 325). Desta feita, os militares novamente precisaram utilizar-se de um mecanismo de exceção para continuarem governando com alguma estabilidade político-institucional.

Temendo sofrer novas derrotas eleitorais e por não contar com uma base sólida de apoio no Parlamento e nos meios militares, partiu-se para a reformulação do sistema partidário, deixando espaço apenas para o bipartidarismo; baixou-se o AI-2. O novo Ato seria uma espécie de compromisso entre os castelistas e as exigências da linha dura, a fim de manter a unidade militar (ABRUCIO, 1998, p. 62) (STEPAN, 1975, p. 186). Era, também, o reconhecimento, vindo do Palácio do Planalto, de que “a busca de apoio político o forçava a manipular os atores políticos mais plenamente do que os moderados haviam previsto” (SKIDMORE, 1988, p. 100).<sup>120</sup> Castello chegou a enviar o Ato para o Congresso, entretanto sua base não obteve sucesso na votação, principalmente por que a facção da UDN pró-Lacerda votou contra. Com a não aprovação, o Presidente proclamou o AI-2 na qualidade de Chefe do Governo Provisório e Supremo Comandante das Forças Armadas.

Mas o AI-2 não se limitava ao sistema partidário, incluindo medidas que indicaram maior fechamento na vida política nacional (ALVES, 1987, p. 90). Entre elas, além das eleições indiretas para Presidente, estavam “o retorno dos poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, a extensão do foro militar aos civis, a limitação da livre expressão do pensamento, a suspensão das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, a

---

<sup>120</sup> Sobre a crise do sistema partidário. Dreifuss assim se posiciona: “Depois de um período de dois a quatro anos [depois de 1963] [...], provavelmente haveria um número substancial de membros do IPES nos partidos de centro que formariam uma massa de manobra suficiente para constituir um esqueleto de um novo Partido e, assim, dar força suficiente ao IPES para influenciar o pensamento e a ação política do novo Partido” (DREIFUSS, 1981, p. 194). Para nós, é um precipitado indicar já em 1963 o desenho da articulação política que desembocou na ARENA, mesmo já havendo um processo de realinhamento em curso, afinal, como expusemos, a própria coalizão que propiciou o golpe em 1964, possuía divergências sobre o futuro do movimento. Sobre a edição do AI-2 ver também: (BRANCO, 1977, pp. 351 e 352) e (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 10 e 63).

extinção dos partidos políticos, a outorga da faculdade de intervenção nos estados, de baixar decretos-lei em matéria de segurança nacional e de decretar em recesso as casas legislativas” (CRUZ; MARTINS, 1984, p. 22). Ressaltamos que os partidos que tinham mandatos de seus representantes cassados não poderiam substituí-los.

Junto ao sistema partidário, o bipartidarismo, originado pelo AI-2 e coroado pelo AC-4, pretendia resolver três problemas: “destruir aqueles partidos que podiam servir de foco de contestação ao regime e construir um partido da situação, uma organização vinculada umbilicalmente ao movimento de 1964” (MOTTA, 1996, p. 203); e como parte do endurecimento político, a reformulação partidária acalmaria os militares nacionalistas de direita e da chamada linha-dura. Afinal, muitos destes militares defendiam que a crise política do Brasil devia-se ao sistema pluripartidário, gerador de partidos fracos que se viam obrigados a alianças inconstantes, servindo, aos olhos destes militares, apenas ao proveito pessoal das lideranças populistas.<sup>121</sup> Em cima disto justificaram a abolição de todos os partidos existentes e a própria proibição de se utilizar os nomes dos partidos anteriores. No entanto, as dificuldades que o regime militar teve em se relacionar com os partidos, demonstrada nos problemas que a ditadura encontrou em aprovar algumas medidas no Congresso, podem indicar justamente o contrário, ou seja, indícios “de fortalecimento e realinhamento do sistema partidário” (SOUZA, 1983 [1976], p. 162).

Além da exigência de uma grande quantidade de deputados e senadores, a nova Lei Orgânica dos Partidos também exigia o seguinte, para o reconhecimento de uma agremiação política: criação de diretórios regionais em, no mínimo, metade dos estados; um diretório

---

<sup>121</sup> Bolivar Lamounier e Rachel Meneguello indicam que esta posição contrária a liberdade de organização partidária teria uma estruturação maior na política nacional: “o *antipartidismo* pode ser considerado um traço marcante da cultura política brasileira. Na consciência social e na linguagem jornalística, são hiperabundantes as referências ao ‘artificialismo’ e à ‘falta de autenticidade’ dos partidos” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 10).

regional seria fundado se o partido conseguisse criar organizações locais em ao menos um quarto dos municípios do respectivo estado; para a criação de um diretório municipal, era necessário um número mínimo de filiados, fixado de acordo com o tamanho do eleitorado do município; cada diretório municipal deveria realizar uma convenção em que comparecessem, no mínimo, vinte por cento dos filiados municipais, a fim de eleger os membros do diretório e da executiva e os delegados para a convenção regional; realização de convenções regionais e uma convenção nacional para a eleição dos respectivos membros dos diretórios regionais e do nacional; e, por fim, que todas estas exigências teriam que ser cumpridas até 1968, sob pena do não reconhecimento legal do partido (KINZO, 1988, p. 39).

Formaram-se, então, dois partidos, os governistas constituíram quadros na ARENA e os opositoristas, no MDB. Ambos os partidos tiveram seus registros aceitos a 24 de março de 1966, mas o reconhecimento definitivo de ambos deu-se pela Lei 4740, de 15 de julho daquele ano. Quanto à origem política dos seus membros, a maior parte dos filiados à ARENA vinham das hostes udenistas, com um número muito próximo de pessedistas, já no MDB, o maior contingente veio do PTB, seguido pelo PSD (SILVA, 1996, p. 326) (SKIDMORE, 1988, p. 106). Entre os parlamentares nacionais dos três maiores partidos existentes antes do AI-2, a divisão deu-se da seguinte forma: 91% dos udenistas, 66% dos pessedistas e 31% dos petebistas ingressaram na ARENA; 75% dos membros do PTB, 34% dos quadros do PSD e 9% dos parlamentares da UDN formaram quadros junto ao MDB. Os opositores ao regime militar tiveram grandes dificuldades para construir o MDB, chegando a contar com Castello Branco que os ajudou por que julgava necessitar de um partido opositor para dar uma roupagem democrática à ditadura. O Presidente “chegou a persuadir um senador, [Rui Carneiro, do PSD], a filiar-se ao partido da oposição a fim de viabilizar a criação de um segundo partido” (KINZO, 1988, p. 29).

---

## 5. 2. Um Pedecista Resoluto: Ney Braga e a Ditadura Militar

Antes de nos debruçarmos sobre o caminho político partidário seguido pelos construtores da Terceira Via pedecista em face do bipartidarismo, cabe discutirmos um pouco mais o passado daquele que teve as melhores condições de, no partido, articular a aproximação com a ditadura, bem como as circunstâncias que propiciaram a ele tornar-se este articulador. Estamos nos referindo a Ney Braga.

Tendo em peso elementos da sua história pessoal, é possível percebermos alguns laços que o ligariam com os militares de 1964. Afinal, Ney Braga teve como primeira escolha profissional a de militar. Em 1937 se tornou oficial, na Arma de Artilharia, pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Enquanto servia nesta instituição, ajudou na repressão à Intentona Comunista de 1935. Em 1945, fez um curso na Escola do Estado Maior, onde o diretor de ensino foi o então coronel Castello Branco, com quem Ney Braga criou vínculos pessoais (BRAGA, 1996, p. 41) (COSTA, 1995b, p. 483) (GRÜMM, 2001, p. 33). Nestes estudos, o futuro pedecista pôde aprofundar-se na ótica que os militares tinham sobre os problemas brasileiros; obteve o segundo lugar em sua turma. Em 1950, com 33 anos, era major. Após isso, como já dissemos, partiu para a carreira política quando, em 1952, aceitou ser Chefe de Polícia no Paraná no governo de seu sogro Munhoz da Rocha (BRAGA, 1990, p. 1).

Vejamos, agora, o seu comportamento em alguns episódios da crise política pela qual o Brasil passou no início dos anos sessenta. Com o conturbado contexto gerado pela renúncia de Jânio Quadros em 1961, Ney Braga se postou ao lado dos que defendiam a Constituição e, por conseguinte, a posse de Goulart. Porém não participou da Rede da Legalidade que, no

Paraná, teve entre seus principais líderes o petebista Iberê de Mattos; isso demonstra-nos os limites do seu repertório de apoio aos projetos que a posse deste Presidente representava. Também propugnou, com o advento do parlamentarismo, pela realização do plebiscito, alinhando-se com os grupos sociais que apoiavam as reformas de base. Estes grupos compreendiam que as reformas apenas teriam possibilidades de se efetivar num governo em que Goulart tivesse os plenos poderes de Presidente. Na campanha plebiscitária, o governador paranaense esteve na defesa do presidencialismo. Todos estes posicionamentos estavam em concordância com as orientações do PDC. O ano da realização do plebiscito foi o de 1963, quando Ney Braga mostrava-se favorável às reformas de uma maneira geral, e não apenas na defesa do presidencialismo. Isto ficava demonstrado, como vimos no capítulo anterior, tanto pela própria atuação deste petebista na administração do Executivo paranaense, como por declarações como a que se segue, dada pelo governador:

Há os que insistem em confundir as reformas com o comunismo, numa tentativa de incompatibilizar as transformações sociais com a consciência cristã do povo e há os que procuram confundir o Cristianismo com as estruturas sociais vigentes, para obter, na sobrevivência delas, a preservação dos próprios privilégios. Por tudo isso é que, superando as limitações partidárias e os interesses meramente políticos, o Paraná forma ao lado dos que, pela união e pela concórdia pretendem, dentro da democracia e sob a inspiração de Deus, dar ao Brasil e aos brasileiros as reformas que a consciência nacional está a exigir em favor do povo (*Idem*, 1963, p. X).

Importante ressaltar que a posição do governador, ao mesmo tempo em que defendia as reformas, demarcava que seus limites não podiam compatibilizar-se com um caráter que rompesse com a consciência cristã, com os quadros da democracia e com uma pretendida harmonia política, num claro recado para os reformadores mais dispostos a radicalizar suas posições.

No entanto, quanto mais o governo de Goulart ia tomando posições em defesa das reformas de base e, com isto, sendo acusado pelos grupos tidos como mais conservadores de estar realizando um governo aliado aos comunistas, o governador paranaense começou a rever

seu posicionamento de apoio ao Presidente. Até porque, como vimos, Ney Braga possuía vínculos financeiros que o ligavam ao complexo IPES/IBAD, colocando-o em situação de compromisso com os grupos dispostos a desestabilizar o governo Goulart. Sendo assim, Ney Braga, na medida em que a crise em torno desta administração presidencial ia se acentuando, buscou se alinhar junto àqueles que visavam construir uma imagem de Goulart como alguém que estava imbuído do intento de realizar um governo comunista no Brasil. Lembremos, aqui, que a Terceira Via se opunha ao modelo comunista de sociedade. Desta forma, o governador do Paraná não teve dúvidas em aproximar-se, cada vez com mais intensidade, das articulações que visavam derrubar o Presidente. Como demonstração disto, temos, inclusive, uma recente declaração do governador:

no dia 18 de março, havia ido com Magalhães Pinto à casa de Carvalho Pinto conversar com ele sobre a difícil situação em que se encontrava o país. A partir daí, fiquei sempre em contato com meus companheiros do Exército e civis que não suportavam mais o governo comunistante de João Goulart. Ele nos enganou muito no início de sua administração, principalmente com os ministros do parlamentarismo. Essas conversações foram se intensificando, com Magalhães, Celso Ramos e o Meneghetti até o dia 30 de março, quando fui a Minas para uma reunião decisiva (*Idem*, 1996, p. 191) (Ver também *Idem*, 1964, p. XII).<sup>122</sup>

Dois dias depois desta reunião decisiva, o Presidente Goulart seria deposto pelo Golpe Militar de 1964.

Mas não seria tão fácil para este pedecista que havia dado “públicas demonstrações de incentivo à gestão do sr. Goulart, nos seus meses iniciais, à semelhança do que faziam outros Executivos estaduais e Assembléias Legislativas” (*Idem*, p. X), apresentar-se com motivações coerentes para justificar sua aliança com aqueles que derrubaram o Presidente. Era necessário fortes argumentos que demonstrassem o grande perigo que a continuidade do processo político que se instaurara poderia causar. Sendo assim, o governador do Paraná demonstrava-

---

<sup>122</sup> Sobre as articulações para o golpe em Curitiba, Dreifuss informa: “a rede IPES/BAD [...] fazia suas reuniões no Edifício Asa, na Rua Voluntários da Pátria. Além disso, o complexo IPES/IBAD realizava reuniões na sede do SENAC-SESC, no ‘Círculo de Estudos Bandeirantes’, nos escritórios do SESI, na Associação Comercial do Paraná e nas salas do PRP, o antigo partido integralista” (DREIFUSS, 1981, p. 211).

se crente de que o governo de Goulart “mergulhava no plano inclinado da comunização do País, ameaçando levar de roldão as instituições democráticas. Dentro da melhor técnica do regime vermelho, o Brasil passou a ser o palco de sucessivas e intermináveis greves em todos os setores de atividade, que teriam ido a colapso total, não fossem as providências que, em determinado momento, tiveram que ser tomadas em defesa da própria sobrevivência do país” (*Idem*, p. XI). “Outra alternativa não restou a homens responsáveis e às Forças Armadas senão a adoção de uma atitude heróica, que pusesse paradeiro definitivo à situação, impedindo que, subvertidas as instituições democráticas, se instalasse no Brasil o regime comunista, ditatorial, materialista e anticristão” (*Idem*, p. XII). Tendo em peso esse discurso, e mesmo sabendo que Ney Braga se vinculava mais aos militares sorbonistas, parece claro que a perspectiva de guerra irregular socialista (AUGUSTO, 2001, p. 15),<sup>123</sup> tão difundida pelos militares nacionalistas de direita e pela linha dura, tornava-se muito útil para dar coerência a quem a pouco se ligara à Terceira Via reformista.

Em verdade, para quem havia se pautado pela defesa das reformas de base, e sobre elas erguido sua ascensão política, urgia, outrossim, constituir um discurso que demonstrasse que o novo momento não representaria um retrocesso econômico para a maioria da população brasileira. Mesmo que a consideração feita por Ney Braga, que se segue, não tenha sido exposta precisamente em 1964, o foi em 1965, ainda quando os militares se davam às voltas com uma grande dificuldade de serem aceitos pelos meios partidários civis, demonstrando a preocupação deste agente político tanto com explicações sobre seus posicionamentos

---

<sup>123</sup> Importa ressaltar que estas idéias não eram restritas aos militares. Carlos Lacerda indica que: “Pouco antes da revolução o Bilac Pinto havia feito um famoso discurso sobre a guerra revolucionária, com material fornecido por esses oficiais da Escola Superior de Guerra (não sei exatamente por qual, mas suponho que pelo Golbery ou por algum outro desses oficiais), dizendo o que é e como é a guerra revolucionária, procurando aplicar essa teoria à conjuntura brasileira, e mostrando que o que havia no Brasil era exatamente uma guerra revolucionária latente” (LACERDA, 1977, p. 303).

anteriores a 1964, vinculados à Terceira Via, como em fornecer auxílio na estabilidade política do governo federal. Argumentou ele:

As reformas pelas quais tanto o Brasil se batia passaram finalmente do plano da demagogia, que politicamente exauriu o Governo passado, para o terreno da realidade, com uma nova estrutura agrária já votada pelo Congresso e em início promissor de execução. A reforma tributária e a reforma bancária são fatos que aí estão para contribuir no sentido de uma nova conjuntura e possibilitar maior participação do povo nos frutos do desenvolvimento. A reforma eleitoral está consubstanciada em Mensagem do Executivo federal ao Congresso (BRAGA, 1965, p. XXII).

Pelo que vimos, a versão que o governador queria construir era bastante ousada: o golpe militar de 1964 teria vindo para satisfazer as necessidades de transformação que os setores populares organizados defendiam.

Outros motivos da adesão do governador paranaense às propostas do regime militar, podemos identificá-los mesmo na administração do seu estado. Tivemos a mudança de foco que foi dada à política de desenvolvimento proposta pela CODEPAR. Já a partir de 1965, nos deparamos com “o desaparecimento do artigo que proibia a CODEPAR operar com empresas controladas por capital estrangeiro (artigo 13)” (AUGUSTO, 1978, p. 113); certamente os vínculos de Ney Braga com o complexo IPES/IBAD exigiram-lhe isso. Temos aqui o claro desvio de rota da política industrial paranaense em direção àquilo que os militares alinhados a Castello Branco defendiam como necessário ao desenvolvimento nacional. Pelo visto, a primeira leitura feita pelo Executivo estadual sobre os planos do regime militar, esteve na direção de buscar o desenvolvimento na associação com o capital industrial internacional. Se, até então, o objetivo do desenvolvimento estadual estava na busca do fortalecimento dos empreendimentos locais, agora o Executivo poderia intervir na economia através de empréstimos a empresas multinacionais, mudando radicalmente os rumos de sua política econômica.

---

Mas a mudança de rota teve que ser ainda maior, pois a política econômica que pretendia tornar o estado paranaense “uma cópia de São Paulo, dentro da ‘ideologia’ desenvolvimentista, não logrou resistir ao esforço centralizador da União” (MANOEL, 1988, p. 315). Mesmo a intenção de industrialização pelo incentivo ao capital internacional não parece ter logrado o sucesso esperado, posto que o governo estadual teve que se inserir em um projeto modernizador que se desenhava no nível nacional, onde lhe cabia a função de grande produtor e beneficiador de grãos (*Idem*, p. 315), e não a de produtor de bens industrializados.

Ressalte-se que Ney Braga também teve participação ativa nas articulações que desembocaram na escolha do primeiro Presidente pós 1964. A 4 de abril daquele ano, no Palácio da Guanabara, sede do governo do Rio de Janeiro, reuniu-se com os governadores Carlos Lacerda, Mauro Borges, Adhemar de Barros, Aloysio Alves, Ildo Meneghetti e dois representantes de Magalhães Pinto, Osvaldo Pieruccetti e Monteiro de Castro, a fim de se definir quem seria o novo chefe do Executivo Federal (BRAGA, 1996, p. 200) (LACERDA, 1978, p. 292) (VIANA, 1975, p. 48). O governador paranaense esteve ao lado daqueles que defenderiam o nome apresentado pelo general Moniz Aragão e que seria vitorioso: Castello Branco. Após a escolha feita na reunião, Ney Braga foi incumbido de procurar o ministro da Guerra, Costa e Silva com o objetivo de agendar um encontro entre o ministro e os citados conspiradores, a fim de convencê-lo do nome. Neste encontro, Costa e Silva apresentou resistência, expondo que não se deveria indicar um militar, pois isto dividiria o Exército (VIANA, 1975, p. 49). Apenas em reunião posterior, este ministro expôs ter mudado de opinião, aceitando a indicação de um militar; neste novo encontro foi Ney Braga quem assumiu a tarefa de expor ao ministro da guerra a indicação de Castello Branco para a Presidência da República (*Idem*, p. 52).

---

Todos estes acontecimentos são importantes indicações de que chefe do Executivo do Paraná estabeleceria boas relações com o novo Presidente, o que ficou bem demonstrado na constatação de que de dezembro de 1965 a agosto de 1966 ele ocuparia a pasta do Ministério da Agricultura.<sup>124</sup>

Todavia, quanto aos principais pedecistas, não foi somente o Ney Braga que bateu continência aos militares, primordialmente aos castelistas. O marechal Juarez Távora também esteve presente na primeira reunião que levou e defendeu o nome de Castello Branco junto a Costa e Silva (LACERDA, 1978, p. 297) (VIANA, 1975, p. 49). As articulações de Juarez Távora em prol do golpe e de Castello Branco lhe renderam um bom resultado, pois foi escolhido pelo primeiro governo militar para assumir a pasta do Ministério dos Transportes (DREIFUSS, 1981, p. 444).<sup>125</sup> Seguramente a carreira militar e a posição desse político no interior do PDC formaram elementos significativos para que possamos melhor compreender a adesão da maioria do seu partido à ditadura.

Em referência às mudanças políticas que o regime militar implementou, vemos que, quando foi baixado o AI-2 e começou a se desenhar o novo quadro partidário, Ney Braga teve um papel decisivo na construção da nova composição político-partidária. Não foi difícil para o governador aceitar o fim da vida pluripartidária, pois quase seis meses antes da edição do AI-2, a 1º de maio de 1965, ele divulgou sua posição. Entendia necessário reformular o sistema político na direção de algo que rompesse com o “irrealismo, hoje ainda dominante,

---

<sup>124</sup> Vale destacar que Dreifuss relativiza a importância deste ministério que, na sua compreensão, “desempenhou um papel subalterno depois de 1964, nada fazendo de grande destaque. Até os créditos para a agricultura estavam fora de sua esfera de influência, porque eram manejados e alocados pelo Banco do Brasil sob a supervisão de seu presidente, o líder do IPES Luiz de Moraes Barros, através dos serviços do empresário rural Severo Gomes, como chefe da Carteira Agrícola e Industrial” (DREIFUSS, 1981, p. 436). Além deste Ministério, Ney Braga elegeu-se senador pela ARENA em 1968, ocupou o Ministério da Educação entre 1974 e 1978 e foi governador, eleito indiretamente, entre 1978 e 1982; foi presidente da Itaipu Binacional entre 1985 e 1989, já no governo civil de José Sarney (BRAGA, 1990, p. 1).

<sup>125</sup> Foi, aliás, através de Juarez Távora que o PDC propôs a prorrogação do mandato de Castello Branco por eleição indireta (BRANCO, 1977, p. 87 e 88).

quanto a representatividade dos Partidos Políticos, para que sejam, afinal, a expressão das diferentes correntes de opinião ou instrumento de doutrinas e ideologias de alto sentido humanista” (BRAGA, 1965, pp. XXII e XXIII). Desta forma, ele se cacifava para ser o principal organizador da agremiação governista, a ARENA, tanto em seu estado como em seu partido. Sendo ele a mais eminente figura pedecista do Paraná, senão do Brasil, não fica muito difícil inferir que a opção feita pela maioria dos pedecistas foi na direção do partido que apoiou a ditadura militar. Mas isto não significa que possamos acreditar numa liderança exercida, por parte do governador, de forma absolutamente hegemônica e sem percalços.

### **5.2.1. Ney Braga arrumando a própria casa**

Mesmo no Paraná, onde teve o controle da máquina administrativa do governo estadual, a política em defesa do golpe e dos militares desenvolvida por Ney Braga não foi consensual na cúpula pedecista, vide os casos de José Richa e do vice-governador Affonso Camargo, que não seguiram o caminho do governador.

O caso de José Richa explicamos tendo por base a sua relação com a VD, pois ele era a maior liderança estadual vinda da JDC. Sua atuação atingia o nível internacional, o que pode ser visto pelos cargos e atividades que realizou: foi vice-presidente do Comitê Mundial da Juventude Democrática Cristã, estando nas reuniões de Roma e de Santiago, integrou o Comitê Latino-Americano da Juventude Democrática Cristã e participou da Convenção Mundial da Democracia Cristã, realizada em Estrasburgo, na França (BUSETTO, 1998, p. 208) (NICOLAS, 1977, pp. 174 e 175). Estas atuações eram importantes na construção da sua experiência política, bem como na sua formulação de resoluções dos problemas sociais brasileiros, o que, ao que tudo indica, era fortemente pautada pelos marcos nacional-

desenvolvimentistas. As agora diferentes perspectivas políticas de Ney Braga e José Richa podiam ser observadas na convenção pedecista para as eleições do Executivo estadual de 1965. Nela, o deputado federal defendeu a não aliança com o PTN, que já havia lançado Paulo Pimentel como candidato. Possivelmente José Richa, não identificando no candidato do PTN a afinidade necessária com a proposta de Terceira Via pedecista, defendeu a candidatura própria de seu partido, de Affonso Camargo, por entender nisto alguma possibilidade de fortalecimento do PDC naquele momento em que a política já dava nítidas impressões da formação de um quadro muito sombrio. Entretanto, Ney Braga teve, como sabemos, vitoriosa a sua proposta de aliança. Arriscamos dizer que o governador já não tinha tanto a preocupação com o que propunha a Terceira Via do seu partido, pois estava cada vez mais próximo da perspectiva dos militares e afastado das transformações que sua agremiação partidária propunha no seu programa. Além disso, no contexto conturbado imediatamente após 1964, Ney Braga pareceu ter sentido necessário um maior controle seu sobre o PDC, visando superar as clivagens internas com mais eficácia, daí sua tentativa de se reeleger presidente nacional do partido em 1965, quando foi derrotado por Franco Montoro (FGV, 1984, Vol. 3, p. 2515).

O caso do vice-governador Affonso Camargo, ao nosso ver, pode ser inserido em razões um tanto mais pragmáticas, mesmo porque, em período posterior, ele iria abandonar o MDB e passar para a ARENA. Como já expusemos, o vice-governador tentou lançar-se como o candidato do seu partido ao governo do estado. Certamente o posicionamento de Ney Braga a favor da aliança com o PTN, e sua vitória na convenção pedecista, deve ter desagradado o vice-governador.

Mais um fato contribuiu para o distanciamento de Affonso Camargo do governador. Paulo Pimentel saiu candidato com o apoio do governador e venceu as eleições. Como Ney

Braga foi ocupar o Ministério da Agricultura antes do final de seu mandato, quem deveria assumir o Executivo estadual deveria ser, logicamente, o vice Affonso Camargo. Contudo, Ney Braga preocupava-se com o fato de seu vice ser adversário do governador eleito e chegou a externar esta situação a Castello Branco (BRAGA, 1996, p. 212). Apesar de não podermos ter certeza sobre quais foram as pressões que Affonso Camargo sofreu, ele acabou por renunciar. Com isso, “o presidente da Assembléia, Antônio Ruppel, assumiu por alguns dias. Em seguida foi eleito e empossado o então secretário da Fazenda, [...] dr. Algaci Guimarães, que passou o governo a Paulo Pimentel, na data fixada pela Constituição” (BRAGA, 1996, p. 212). Temos aqui bons motivos para a insatisfação de Affonso Camargo com o grupo que orbitava em torno de Ney Braga. Pode-se inferir que estes foram fatores suficientes para levá-lo a filiar-se ao MDB e, ainda, chegar a disputar, sem sucesso, com o próprio Ney Braga uma vaga para o Senado no ano de 1966.<sup>126</sup>

Mesmo com estes problemas, no Paraná, a adesão pedecista ao partido da ditadura militar foi intensa. Dos seus quatro deputados federais, três entraram para a ARENA (Francisco Accioly da Costa Rodrigues Filho, Minoru Miyamoto e Emílio Hoffman Gomes), e um para o MDB (como já dissemos, José Richa). Contudo, no que se refere à representação pedecista na Assembléia Legislativa do Paraná, nenhum deputado esteve na oposição ao regime militar. A exceção de Nilson Baptista Ribas, que não aparece nas listagens do Tribunal Regional Eleitoral após 1965, José Afonso, falecido em 1965, e João Antônio Braga Cortes, que passou por um longo período de enfermidade, vindo a falecer em 1967, todos os demais deputados do PDC estiveram na defesa do regime militar; foram para a ARENA: Antônio

---

<sup>126</sup> Possivelmente foram problemas desta envergadura que levaram o governo militar a criar a sublegenda no bipartidarismo. Segundo um brasileiro: “A nova regulamentação eleitoral permitiu que os candidatos dos dois partidos oficialmente organizados, a ARENA e o MDB, fossem identificados por uma ‘sublegenda’, indicando a filiação a um dos antigos partidos, como UDN ou PSD” (SKIDMORE, 1988, p. 170). Ela foi adotada pela primeira vez nas eleições de 1966 e instituída em 14 de junho 1968 (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 71). Este artifício seguramente deixaria o partido dos militares mais atraente para os candidatos.

Ferreira Ruppel, João Mansur, Armando Queiroz de Moraes, Iosio Antônio Ueno, Benedito Pinto Dias, Arnaldo Faivro Busato, Odilon Túlio Vargas, Agostinho José Rodrigues e Renato Loures Bueno.

Quanto àqueles políticos que pertenciam ao Diretório Regional (DR) do PDC e estavam mais envolvidos com a chamada burocracia partidária, nenhum nome aparece, com exceção, é claro, de José Richa e Affonso Camargo, na listagem eleitoral posterior ao AI-2, como membro do MDB. Além dos pedecistas do Paraná já apresentados que, por possuírem cargos eletivos, automaticamente faziam parte do DR, conseguimos identificar os nomes de Jucundino da Silva Furtado, Arthur Gotuzo de Souza e Vidal Vanhoni, pai do deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores Ângelo Vanhoni, como outros a migrarem para a ARENA. Mesmo não fazendo parte do DR, importa ressaltar que o então ex-deputado federal pedecista Estefano Mikilita esteve entre os poucos que se filiaram ao MDB.

### **5.3. A Terceira Via sem uma Terceira Via: Arena ou MDB**

Sobre as principais figuras nacionais do PDC, já percebemos os vínculos de importantes de seus membros, tanto com o golpe de 1964 quanto com o complexo IPES/IBAD, dando-nos indícios sobre o rumo que os partidários da Terceira Via tomaram diante do bipartidarismo. O fato da bancada do PDC no Congresso Nacional alinhar-se, a 3 de maio de 1964, à do PSD, UDN e PSP, numa maioria que deliberava dar apoio parlamentar a Castello Branco (BRANCO, 1977, p. 32), indica que, num momento em que as definições políticas tendem a se radicalizar, como foi o caso dos anos 1962 a 1964, a Terceira Via da DC no Brasil – numa posição semelhante ao PDC chileno quando da conjuntura de 1973, onde estiveram alinhados com aqueles que visaram desestabilizar o governo de Salvador Allende –

apenas conseguiu fornecer como subsídios políticos aos seus aderentes uma atuação que os ligavam aos grupos eminentemente conservadores.

Quando o governo Castello Branco editou o AI-2, pouco ou quase nada se comentou na Câmara dos Deputados. Entre os pedecistas, apenas Franco Montoro, que vinha se postando contrário aos militares, pronunciou-se, e sem fazer uma crítica contundente, somente expressando que, aos seus olhos, o fim do PDC não significaria o fim da Terceira Via da DC (ACD, 1965, Vol. 28).<sup>127</sup> Esta situação deve ter se dado, possivelmente, por que “o receio de ser cassado levou a maior parte dos membros da oposição a optar pelo silêncio como forma de protesto” (KINZO, 1988, p. 27).

Diante da impossibilidade da Terceira Via pedecista em permanecer organizada em um partido a ela atrelada, e mesmo das reformas que ela pregava se instituírem após o golpe de 1964, pouca margem de manobra coube aos seus aderentes. O fechamento político, ao menos em seu início, sequer aceitava um partido de oposição à ditadura. O MDB não poderia, legalmente, expor sua contrariedade às instituições criadas pelos militares. Nesse contexto, a Terceira Via pedecista não teve inserção política suficiente para manter-se num quadro em que seu partido, o PDC, havia sido impedido de continuar funcionando. No momento em que suas posições políticas não tinham mais espaço para entrar nas disputas eleitorais, a maioria dos seus aderentes identificaram no apoio à ditadura a melhor forma de seguirem na sua carreira. Afinal, ingressaram na ARENA, além do governador Ney Braga e do deputado Juarez Távora, o senador Arnon de Farias Melo (MOTTA, 1996, p. 206) e os seguintes deputados federais: Arruda Câmara,<sup>128</sup> Carlos Alberto Werneck, Geremias de Matos Fontes,

---

<sup>127</sup> Para verificarmos em que medida a Terceira Via da DC se manteve como orientadora dos seus aderentes após o bipartidarismo, caberia uma comparação entre três governos posteriores de ex-pedecistas: Ney Braga no Paraná entre 1978 e 1982; José Richa no mesmo estado de 1983 a 1986; Franco Montoro em São Paulo entre 1983 e 1986. Todos governos que não se inserem dentro do recorte temporal dessa dissertação.

<sup>128</sup> Curiosamente, Arruda Câmara, cerca de quatro anos antes do bipartidarismo, a 17 de julho de 1961, havia pronunciado o seguinte: “agora, os grandes partidos, que sentem corroídas as suas bases, carcomidas pelo

Aniz Badra, Athié José Coury, Francisco Scarpa, José Henrique Turner, José Menck, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, Emilio Hoffmann Gomes, Minoru Miyamoto, Cid Furtado e Euclides Triches. No MDB, ingressaram Franco Montoro, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho e José Richa. Tiveram seus mandatos cassados, por se postarem contra o golpe e o regime que se instaurava, os deputados João Agripino da Costa Dória, Paulo de Tarso Santos e Plínio Soares de Arruda Sampaio (ACD, 1966, Vol. 23) (*Idem*, 1967, Vol. 1).

#### 5.4. Considerações sobre o Capítulo

Diante da grave crise que a conjuntura de 1964-1965 trouxe para a vida política brasileira, gostaríamos de chamar atenção para uma consideração que não vimos ser levantada em nenhuma pesquisa. Ela diz respeito ao papel que os construtores da Terceira Via do PDC desempenharam por força daquele atribulado momento.

Como vimos em reflexões anteriores, os pedecistas, diante do processo de realinhamento, e atuando neste processo, aproximaram cada vez mais sua Terceira Via das posturas atreladas às reformas de base, afastando-se de seu caráter de satélite da UDN. Entretanto, quando o contexto político radicalizou-se, exigindo mais transparência dos agentes políticos, verificamos que a defesa das reformas não pode se sedimentar no interior do partido. Justamente isso permitiu que importantes de seus quadros estivessem no centro das decisões em muitos daqueles momentos. Pelo que percebemos, as mudanças do sistema partidário brasileiro, iniciadas já antes de 1960, instauraram “uma situação de relativa incerteza, sem a qual as instituições políticas não possuem qualquer independência face a suas determinações sócio-econômicas, e sem a qual, conseqüentemente, o processo eleitoral carece

---

cupim do mandonismo. do caudilhismo. do empreguismo. do fracasso político nas suas promessas. entendem de querer reconstruir seu lastro eleitoral à custa do sacrifício dos pequenos partidos. engolindo-os como a serpente

de significação” (SOUZA, 1983 [1976], p. 167, grifos da autora). Foi essa circunstância que colocou o governo militar em uma situação limite nas eleições de 1965, quando o sistema partidário demonstrou-se suficientemente ameaçador para o regime que, agora, partiria na direção de estabelecer-se como uma ditadura.

Nesse quadro o PDC desempenharia uma importante função para os militares. Tendo sido este o partido que mais se beneficiou com o processo do realinhamento, pois foi a agremiação que mais cresceu percentualmente a partir de 1954/55, e ainda não completamente convencido daquilo que seu programa de 1961 defendia, podemos nos perguntar: não seriam seus correligionários aqueles que estariam em posição privilegiada para estabelecer a relação entre aquilo que os militares pretendiam e aquilo que o sistema partidário possibilitava? Pensamos que sim, e como pistas de uma resposta, pudemos ver que eles resolveram, numa avassaladora maioria, seguir o caminho construído por Ney Braga. Importa, portanto, refletirmos um pouco sobre quais teriam sido as motivações desta atitude. De nossa parte, indicamos que elas se relacionariam com três questões: a articulação política praticada por Ney Braga, o próprio momento político pelo qual o Brasil estava passando e o papel que o PDC poderia implementar naquele momento.

No transcorrer de 1965 identificamos, de uma maneira cada vez mais visível, a institucionalização de um sistema político que visava sepultar o debate sobre as reformas de base na política brasileira. O importante momento disso se deu com a edição do AI-2. Ney Braga, face a este contexto, de partidário da Terceira Via tendeu a se tornar um homem do regime, dando satisfação mais aos militares do que aos seus correligionários. Não esqueçamos que o governador, ainda no transcorrer de sua atuação no Executivo paranaense, criou um grupo político e burocrático que o sustentava, atraindo para si membros de outros partidos, tendo como principal imã os benefícios de quem está na administração. Outrossim, antes do

---

engole as pequenas aves depois de hipnotizá-las” (ACD. 1964 [1961], Vol. 14, p. 131).

AI-2, a 1<sup>o</sup> de maio de 1965, o governador se declarava como defensor de uma mudança no sistema partidário brasileiro. Diante do fechamento que se acentuava, era praticamente impossível a quem estivesse na oposição ter suas demandas políticas atendidas. Somente obteriam postos administrativos e conseguiriam verbas, que se transformariam em apoio eleitoral, aqueles que apoiassem a ditadura. E os pedecistas, tendo experimentado a participação em diversas esferas de poder, certamente não gostariam de correr o risco de ter tão distante de si as benesses de quem atuara na máquina administrativa, e isso pesou de forma mais determinante em suas decisões do que seu conteúdo programático que defendia a democracia institucional pluripartidária.

Quanto às articulações intra-PDC, o fato de o governador haver conseguido, quando estava no Executivo paranaense, trazer para próximo de si o agrupamento oriundo da VD, foi algo significativo. Destarte, teve melhores condições de convencer seus correligionários de sua capacidade de implementar políticas que não os isolariam no jogo político nacional. Se no contexto anterior a 1964, estas políticas eram mais abertas à Terceira Via reformista, e Ney Braga as defendia abertamente, posterior a isso, o governador vinculou-se aos novos definidores do jogo político brasileiro. Além disso, no interior do PDC, não poderia ter sido um anticomunista como Arruda Câmara aquele que conseguiria melhor representar os interesses da ditadura, principalmente considerando o conteúdo que a Terceira Via adquirira com a recente reformulação programática. Nada melhor do que um pedecista que tivesse andado junto com os principais defensores da abertura do partido às reformas e tido a oportunidade de, aos olhos do restante do PDC, no governo, buscado implementar tais reformas, aquele em condições de levar em torno de setenta e cinco por cento dos quadros nacionais do seu partido para a ARENA. Este político foi, pelo que demonstramos, Ney Braga.

---

Outro ponto a ser considerado é o momento político em que se encontrava o Brasil e o próprio mundo. A conjuntura internacional estava marcada pela Guerra Fria, sendo que alguns acontecimentos como a Guerra da Coreia e as Revoluções Chinesa e Cubana, principalmente esta última, incomodaram muito os grupos políticos que se opunham à revolução socialista. No caso brasileiro, muitos passaram a entender a propensão do governo Goulart em acentuar o seu caráter reformista, como uma ameaça de socialização. Nessa perspectiva, vale observar que a DC se entendia como “uma terceira posição ideológica e política, distinta do liberalismo e do marxismo” (PDC, 1981 [1961], p. 471). Ao que tudo indica, a maioria dos pedecistas viram no regime militar uma forma de deter uma possível ameaça socialista. E aqui entra a virtualidade do apoio do PDC aos militares: talvez melhor do que a UDN, com sua linha reconhecidamente golpista, do que o PSD, com seus vínculos latifundiários, era para os golpistas contarem com o apoio de quem se dizia estar na Terceira Via. Desta maneira, os golpistas se reforçariam politicamente trazendo para junto de seu projeto de sepultar o que representava as reformas de base, justamente um partido que vinha se fortalecendo com o seu debate e, de quebra, os militares tinham mais condições de enfraquecer as ambições de importantes udenistas que teriam sua influência diminuída, pois não estariam sozinhos no centro das decisões.

Os poucos pedecistas que ingressaram na tímida oposição emedebista foram aqueles ligados organicamente a VD; isso porque, sendo eles os que trouxeram ao partido a defesa das reformas de base, entenderam que o MDB lhes traria maiores possibilidades de algum desenvolvimento político.

---

## 6. CONCLUSÃO

Importa lembrarmos o objetivo deste trabalho: verificar quão os pedecistas brasileiros se constituíram como força política entre 1945 e 1965, analisando como sua proposta de Terceira Via se transformou no tempo tendo em conta suas relações com populismo, realinhamento partidário, nacional-desenvolvimentismo e bipartidarismo. Como cada capítulo contou com suas considerações finais, fazemos, então, uma síntese do que apuramos.

Na comparação entre os PDC no Brasil e no Chile, identificando as *relações de sua Terceira Via com a forma como apreendemos a categoria populismo*, constatamos uma similitude entre os dois partidos. Em ambos esteve presente o objetivo expresso de se localizar na dita Terceira Via entre o capitalismo e o socialismo – ainda que para o Brasil isso tivesse aparecido com maior força apenas a partir de meados dos anos cinquenta. A participação das duas agremiações na ODCA representa, inclusive, um indicativo de uma ação da DC mais coordenada internacionalmente. Quanto às relações com a apropriação que fizemos da categoria populismo, verificamos que, se no Chile, para o período estudado, não houve a constituição da democracia populista nos moldes que a caracterizamos, como houve no caso brasileiro, apuramos que muitas ações do PDC no governo – no tocante à reforma agrária, à nacionalização parcial das minas de cobre, à mobilização de setores marginalizados da política institucional (Promoção Popular), e à própria tentativa de Eduardo Frei em se colocar acima do sistema representativo via partidos (plebiscito) –, forneceram à Terceira Via da DC chilena elementos notadamente populistas. Provavelmente tal ocorrência se deu por conta da maneira inconsistente que tem se apresentado a idéia de se construir a chamada terceira forma de organização das esferas econômica, política e social.

---

Sobre o fato de, no Brasil, a Terceira Via pedecista haver conseguido um desempenho mais tímido do que sua correlata chilena, averiguamos que isso se deu por conta justamente da forma como, na democracia brasileira, organizou-se o sistema partidário. Pelo que entendemos, o sistema político, dado seus limites, dificultou uma ascensão eleitoral mais saliente dos pedecistas. Desta forma, enquanto a aliança PSD/PTB, que majoritariamente sustentava no sistema partidário as premissas populistas, manteve-se estável, o que se deu até meados dos anos 1950, coube ao PDC a atuação como satélite da UDN. Para esse momento sua Terceira Via continha uma noção programática sobre democracia profundamente hierarquizada e disciplinadora dos movimentos sociais, bem como um exacerbado anticomunismo demonstrável pelos discursos de Arruda Câmara. Esses elementos são ilustrativos deste posicionamento ancilar, pois tornavam os pedecistas muito úteis ao partido de oposição que tinha alguma possibilidade de ver suas propostas aplicadas: a UDN e seu ambíguo liberalismo.

Todavia, a partir da desestabilização da aliança PSD/PTB, percebemos que o PDC fortaleceu e redimensionou sua Terceira Via, se desvinculando da situação de simples satélite da UDN e seguindo um caminho mais independente, pelo menos até os fatos advindos com o 31 de março de 1964. Portanto, quando o sistema partidário iniciou sua tendência ao realinhamento, a partir de meados dos anos 1950, e a aliança PSD/PTB começou a estremecer, o PDC teve a chance de alçar um crescimento eleitoral mais perceptível. Nessa ocasião, os partidos pequenos tiveram condições de mais rapidamente responder às novas demandas e a Terceira Via pedecista despontou como quem melhor estava construindo respostas dentro dos limites institucionais da época, vide sua ascensão eleitoral que foi a maior para o período, percentualmente falando. Isso porque o partido demonstrou ser suficientemente homogêneo para receber sem cisões os ventos reformistas, o que não

significou a completa sedimentação destas premissas em seu interior, e suficientemente maleável para reformular suas práticas e concepções políticas, habilitando-o a receber importantes figuras políticas nacionais.

Devemos salientar que os pedecistas brasileiros não puderam escapar a uma tendência do contexto em que estavam inseridos. Suas formulações sobre harmonia social, que lhes eram tão caras, se apresentaram como um dos julgamentos populistas dos mais elaborados no período. Contudo, os pedecistas, por conseguirem fortalecer sua Terceira Via precisamente nas fissuras da democracia populista, se tornaram uma importante força que, se continha elementos característicos daquele período, outrossim era portadora de importantes críticas àquela forma como se organizava a política nacional. Reforça esta nossa afirmação o próprio fato deles ascenderem eleitoralmente, conquistando cargos políticos de relevância, no momento em que se instaurava a fragmentação da democracia populista. Neste contexto, a Terceira Via do PDC se deparou com os seus dois maiores dilemas. O primeiro foi aplicar seus pressupostos quando da sua maior conquista eleitoral: o governo do Paraná. O segundo foi se definir na difícil situação política vivida pelo país a partir de 1964.

No governo do Paraná, Ney Braga buscou orientar sua ação no sentido de aplicar medidas governamentais, através da CODEPAR e do Plano de Desenvolvimento, fortemente pautadas pelo nacional-desenvolvimentismo, demonstrando estar fortemente vinculado aos preceitos que a Terceira Via adquirira com a reformulação programática do PDC. Mas a própria conjuntura imediatamente posterior demonstraria os limites de seu governo e da própria Terceira Via, vide o fato da CODEPAR, ainda em 1965, se dispor à associação com o capital internacional em suas atividades, numa guinada nos rumos da sua política.

Contudo, foram os fatos ligados a 1964, e, principalmente ao AI-2, em 1965, que revelaram a maior inconsistência da proposta pedecista de Terceira Via em se constituir como

uma alternativa diferente e efetiva em momentos de crise. Afinal, lideranças políticas fundamentais ao partido, como Ney Braga e Juarez Távora, estavam no centro das decisões em 1964, ao lado dos golpistas. Principalmente o governador do Paraná que, conquistando este Executivo ganhou notoriedade nacional dentro e fora do PDC, não teve dúvidas em ser um serviçal do novo regime, antes, durante e depois do golpe. Mesmo na ocasião em que a vida política endureceu mais, em 1965, quando o regime, agora disposto a se institucionalizar como uma ditadura, partiu para a destruição do sistema partidário anterior ao golpe, constatamos que o governador, ainda antes da edição do AI-2, expressou a necessidade de se reformular o sistema político, pois os partidos, segundo ele, e usando a velha tese de artificialismo dos partidos no Brasil, não corresponderiam mais à verdadeira aspiração do eleitorado.

Desta feita, a grande maioria dos pedecistas brasileiros, quando efetivamente colocada diante do dilema de implementar ou não sua linha programática, que se desenhara francamente favorável ao nacional-desenvolvimentismo, demonstrou a inconsistência da construção de uma ordem social situada entre o capitalismo e o socialismo revolucionário, a chamada Terceira Via; afinal, em sintonia com a CDU alemã, um dos financiadores do complexo IPES/IBAD através do *Konrad Adenauer Stiftung*, importantes pedecistas estiveram ao lado daqueles que se mostraram dispostos a barrar as reformas de base. Mas foi justamente tal inconsistência da sua Terceira Via o que deu a esta força política uma virtualidade fundamental para o estabelecimento de boas relações com os novos agentes políticos definidores no pós 1964. Para os militares, o PDC representou, via Ney Braga, um bom meio de acesso ao sistema partidário. Afinal, o PTB era o grande inimigo a ser derrotado; a UDN, que foi decisiva em 1964, começava a trazer problemas com as ambições de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda à Presidência; o PSD e suas relações com setores

agrários, marcado pelas práticas populistas, e avesso mesmo a uma modernização autoritária, não era um apoio suficiente para quem, como os militares, visava, agora, romper com os moldes partidários da época; as ações do PSP, liderado por Adhemar de Barros, eram profundamente ligadas ao modelo que os militares queriam extirpar, agravado pelo fato de que seu líder também ambicionava à Presidência. Nada melhor, então, para os militares, do que contar com o apoio de quem estava na Terceira Via. Assim, eles se fortaleciam politicamente associando junto a si exatamente o partido que mais vinha se construindo com a crise da democracia populista e legitimando suas ações com um caráter humanista e cristão.

Com o advento do bipartidarismo, tivemos uma mostra da inconsistência da Terceira Via pedecista, pois, num momento de crise, ela não conseguiu se tornar um efetivo pólo de agregação política alternativa. Afinal, os vinte e um membros do Congresso Nacional que o partido possuía (um senador e vinte deputados) assim se portaram: quinze foram para a ARENA, inclusive o senador, dispostos, desta forma, a trabalhar a favor do fortalecimento da ditadura; três foram para o MDB, atuar na oposição consentida e, portanto, sem se apresentar como uma real ameaça aos ditadores; e três tiveram seus mandatos cassados.

Portanto, podemos dizer que, mesmo tendo a Terceira Via da DC apresentado algumas diferenças no tempo e no espaço, se considerarmos, por exemplo, seu desempenho em relação às demandas dos setores populares organizados, constatamos que ela, no máximo, acabou – e ainda que não em uma continuidade temporal, vide, por exemplo, o seu apoio aos golpes militares chileno e brasileiro –, tendo um papel de organizar politicamente uma parcela das forças da modernização reformista. Mas quando as contradições sociais se acirraram, a Terceira Via levou os pedecistas a entrarem em um dilema que, majoritariamente, os posicionou muito mais como radicalmente contrários ao socialismo revolucionário do que

propriamente ao capitalismo vigente em seus países, servindo de um importante ponto de apoio para os setores avessos às reformas.

---

## TABELAS

PEDECISTAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Legislatura	Nome – Estado
Assembléia Constituinte de 1946 e Legislatura até 1951	Alfredo Arruda Câmara – Pernambuco Manuel Vitor de Azevedo – São Paulo
Legislatura 1951-1955	Alfredo Arruda Câmara – Pernambuco André Vidal de Araújo – Amazonas Antenor Mourão Bógea – Maranhão* Auro Soares de Moura Andrade – São Paulo Joel Presídio de Figueiredo – Bahia**
Legislatura 1955-1959	Antônio Queiroz Filho – São Paulo Alfredo Arruda Câmara – Pernambuco
Legislatura 1959-1963	Alfredo Arruda Câmara – Pernambuco Hélio Ferreira Machado – Bahia Franco Montoro – São Paulo Geraldo Corrêa de Carvalho – São Paulo José Menck – São Paulo Ney Aminthas de Barros Braga –Paraná Paulo de Tarso Santos – São Paulo Wagner Estelita – Goiás***
Legislatura 1963-1967	Alfredo Arruda Câmara - Pernambuco André Franco Montoro – São Paulo Aniz Badra – São Paulo Athié Jorge Coury – São Paulo Cid Furtado – Rio Grande do Sul Emilio Hoffmann Gomes – Paraná Euclides Triches – Rio Grande do Sul Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho – Paraná Francisco Scarpa – São Paulo Geremias de Matos Fontes – Rio de Janeiro José Henrique Turner – São Paulo José Menck – São Paulo José Richa - Paraná José Werneck – Bahia Juarez Távora – Guanabara Minoru Miyamoto – Paraná Odilon Ribeiro Coutinho – Rio Grande do Norte Paulo de Tarso Santos – São Paulo Plínio Soares de Arruda Sampaio – São Paulo Teófilo Ribeiro de Andrade Filho – São Paulo

\* Eleito pela UDN, migrou para o PDC em 1954.

\*\* Eleito pelo PTB, migrou para o PDC em 1954.

\*\*\* Eleito pelo PSD, migrou para o PDC em 1961.

Figura 1 - Tabela

<b>PEDECISTA NO SENADO FEDERAL</b>	
Anos do Mandato	Nome – Estado
1963-1971	Arnon de Farias Melo – Alagoas

Figura 2 – Tabela

<b>PEDECISTAS NO EXECUTIVO FEDERAL E NA PREFEITURA DE BRASÍLIA</b>		
Ministério da Educação	Paulo de Tarso Santos	Governo Goulart, 1963.
Ministério da Justiça	Oscar Pedroso d’Horta	Governo Jânio Quadros, 1961.
Ministério do Trabalho e Previdência Social	André Franco Montoro	Governo Goulart, 1961.
Prefeitura de Brasília	Paulo de Tarso Santos	Governo Jânio Quadros, 1961.

Figura 3 – Tabela

<b>PEDECISTA GOVERNADOR DE ESTADO</b>	
Anos do Mandato	Nome – Estado
1961-1965	Ney Aminthas de Barros Braga – Paraná

Figura 4 - Tabela

**PEDECISTAS NO BIPARTIDARISMO**

Deputado Federal (DF). Senador (SN). Governador (GV).

Alfredo Arruda Câmara – ARENA (DF)  
 André Franco Montoro – MDB (DF)  
 Aniz Badra – ARENA (DF)  
 Arnon de Farias Melo – ARENA (SN)  
 Athié José Coury – ARENA (DF)  
 Carlos Alberto Werneck – ARENA (DF suplente)  
 Cid Furtado – ARENA (DF)  
 Geremias de Matos Fontes – ARENA (DF)  
 Emilio Hoffmann Gomes – ARENA (DF)  
 Euclides Triches – ARENA (DF)  
 Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho – ARENA (DF)  
 Francisco Scarpa – ARENA (DF)  
 João Agripino da Costa Dória – Mandato cassado (DF suplente)  
 José Henrique Turner – ARENA (DF)  
 José Menck – ARENA (DF)  
 José Richa – MDB (DF)  
 Juarez Távora – ARENA (DF)  
 Minoru Miyamoto – ARENA (DF)  
 Ney Aminthas de Barros Braga – ARENA (GV)  
 Paulo de Tarso Santos – Mandato cassado (DF)  
 Plínio Soares de Arruda Sampaio – Mandato cassado (DF)  
 Teófilo Ribeiro de Andrade Filho – MDB (DF)

Figura 5 - Tabela

## FONTES

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Mensagem** : apresentada à Assembléia Legislativa pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do estado (1º de maio de 1961). Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1961.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Mensagem** : apresentada à Assembléia Legislativa pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do estado (1º de maio de 1962). Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1962.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Mensagem** : apresentada à Assembléia Legislativa pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do estado (1º de maio de 1963). Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1963.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Mensagem** : apresentada à Assembléia Legislativa pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do estado (1º de maio de 1964). Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1964.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Mensagem** : apresentada à Assembléia Legislativa pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do estado (1º de maio de 1965). Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1965.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anais da Assembléia Constituinte (AAC)** (1946).

\_\_\_\_\_. **Anais da Câmara dos Deputados (ACD)** (1947 – 1965).

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. (coord.). **Resultados eleitorais** (1945 – 1982). Curitiba : IPARDES, 1989b.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB). Programa do partido. In: CHACON, Valmireh. **História dos partidos brasileiros** : discurso e práxis dos seus programas. Brasília : EDUNB, 1981.

PARANÁ. GOVERNO. **Plano de desenvolvimento do Paraná**. São Paulo : SAGMACS, 1963.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO (PDC). **Estadísticas electorales** : elecciones generales y complementarias de 1963 a 1968. Santiago : Departamento Electoral Nacional, 1968.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC). Programa partidário (1945). In: CHACON, Valmireh. **História dos partidos brasileiros** : discurso e práxis dos seus programas. Brasília : EDUNB, 1981.

\_\_\_\_\_. Programa partidário (1961). In: CHACON, Valmireh. **História dos partidos brasileiros** : discurso e práxis dos seus programas. Brasília : EDUNB, 1981.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – PARANÁ (TRE – PR). **Ficha de composição do diretório regional da ARENA** : 31/08/1966. Curitiba : TRE – PR, 1966.

\_\_\_\_\_. **Ficha de composição do comitê interpartidário estadual do MDB** : 21/10/1970. Curitiba: TRE – PR, 1970.

\_\_\_\_\_. **Ficha de composição do comitê partidário estadual do MDB** : 12/09/1970. Curitiba: TRE – PR, 1970.

\_\_\_\_\_. **Ficha de composição do diretório regional do PDC** : 18/05/1963. Curitiba : TRE – PR, 1963.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação** : os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo : HUCITEC / Departamento de Ciência Política / USP, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis : Vozes, 1987.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 2001.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista** : estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo : Símbolo, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitscheck** : desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **O PTB e o trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo: 1945 – 1964. São Paulo : Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **A UDN e o udenismo** : ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro : UFRJ/FGV, 1996.

BOITO Jr., Armando. **O golpe de 1954** : a burguesia contra o populismo. São Paulo : Brasiliense, 1982.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A benção de abril** : “Brasil Urgente” : memória e engajamento católico no Brasil (1963-64). Petrópolis : Vozes, 1983.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Depoimento. In : INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Memória de Curitiba urbana**. Curitiba : IPPUC, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ney Braga**: Tradição e mudança na vida política paranaense: entrevista a Adherbal Fortes de Sá Júnior. Curitiba : Editora do Autor, 1996a.

BRAGA, Sérgio Soares. **“Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946”** : um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946. São Paulo : UNICAMP (mimeo.), 1996b.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder** : Castelo Branco. Rio de Janeiro : Nova

Fronteira, 1977.

BUSETTO, Áureo. **A democracia cristã em São Paulo** : princípios e práticas políticas. São Paulo : USP (mimeo.), 1998

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra** : a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história** : debate e crítica. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. **Religião e política** : a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1932-1954. Curitiba : UFPR (mimeo.), 2000.

CARONE, Edgar. **A república liberal I** : instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo : DIFEL, 1985b.

\_\_\_\_\_. **A república liberal II** : evolução política (1945-1964). São Paulo : DIFEL, 1985a.

CHACON, Valmireh. **História dos partidos brasileiros** : discurso e práxis dos seus programas. Brasília : EDUNB, 1981.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: \_\_\_\_\_; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo : Paz e Terra, 1985.

CODATO, Evandir. **PSD e UDN** : articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950. São Paulo : USP (mimeo.), 1991.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. In: **Revista de Sociologia e Política**. Nº 15. Curitiba : UFPR, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional** : o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Paulo Roberto Neves. **Burguesia, corporativismo e democracia nos anos 50** : a Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Campinas : UNICAMP (mimeo.), 1995a.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. (Vol. 2). Curitiba : Assembléia Legislativa, 1995b.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro : UFRJ/FGV, 1996.

CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevan. De Castello a Figueiredo : uma

- incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermíria Tavares de. (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **1930 : o silêncio dos vencidos : memória, história e revolução**. São Paulo : Brasiliense, 1997 [1981].
- DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil : 1930-1945**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- DREIFUSS, René Armand. **1964 : a conquista do estado : ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis : Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história : debate e crítica**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O nome e a coisa : o populismo na política brasileira**. In: \_\_\_\_\_. (org.). **O populismo e sua história : debate e crítica**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro : 1930 – 1983**. (Vol. 2 e 3). Rio de Janeiro : Forense-Universitária/FGV/CPDOC, 1984.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito**. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história : debate e crítica**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- GRAYSON Jr., George. **El Partido Demócrata Cristiano chileno**. Santiago : s/n, 1967 (?).
- GRÜMM, Cristiane Aparecida Fontana. **Entre a técnica e a propaganda : a projeção do homem público**. Curitiba : UFPR (mimeo.), 2001.
- GUNTHER, John. **O drama da América Latina**. Rio de Janeiro : Pongetti, 1942.
- HIPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas : o PSD e a experiência democrática brasileira: 1945 – 1965**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991 [1975].
- INCISA, Ludovico. **Populismo**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília : EDUNB, 1999.
- KADT, Emanuel de. **Paternalism and populism: Catholicism in Latin America**. In: **The**

- Journal of Contemporary History**. Vol. 2, Numerous 4. Londres : The Institute of Contemporary History, 1967.
- KINZO, Maria D'alva Gil. **Oposição e autoritarismo** : gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo : Vértice, 1988.
- LACERDA, Carlos. **Depoimento** : organização de texto, notas e seleção de documentos de Cláudio Lacerda Paiva. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1978.
- LAMOUNIER, Bolívar. Representação política : a importância de certos formalismos. In: \_\_\_\_\_ *et alli* (orgs.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1981.
- \_\_\_\_\_. MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática** : o caso brasileiro. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- LEBRET, Louis-Joseph. **Manifesto por uma civilização solidária**. São Paulo : Duas Cidades, 1962.
- LYON, Margot. Christian-democratic parties and politics. In: **The Journal of Contemporary History**. Vol. 2, Numerous 4. Londres : The Institute of Contemporary History, 1967.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. (coord.). **O Paraná reinventado** : política e governo. Curitiba : IPARDES, 1989a.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. Entrevista a Marionilde Dias Brepohl de Magalhães *et alii*. In: MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. (coord.). **Sobre política paranaense** : entrevistas. Curitiba : IPARDES, 1989.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris. (org.). **História geral da civilização brasileira**. (Vol.11). Tomo III. O Brasil republicano (1930-1964). São Paulo : Difel, 1986.
- MANOEL, Marise *et alii*. Eleições e partidos : práticas políticas no Paraná (1946-1986) : Projeto de pesquisa. In: **Revista História Questões e Debates**. Ano 9, n.º 17. Curitiba : APAH, 1988.
- MARANHÃO, Ricardo. Estado e política "populista" no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris. (org.). **História geral da civilização brasileira**. (Vol. 9). Tomo III. O Brasil republicano (1930-1964). São Paulo : Difel, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O governo Kubitscheck**. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- MAYEUR, Jean-Marie. Partidos católicos e democrático-cristãos europeus. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (org.). **Dicionário de política**. Brasília : EDUNB, 1999.

- MENDES, Candido. **A democracia desperdiçada** : poder e imaginário social. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente : da industrialização restringida à internacionalização. In : LINHARES, Maria Yedda. (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro : Campus, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. In: **Revista de Sociologia e Política**. Ano 3, n. ° 6 e 7. Curitiba : UFPR, 1996.
- NICOLAS, Maria. **O Paraná na Câmara dos Deputados**. Curitiba : Academia Paranaense de Letras, 1977.
- OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba : UFPR, 2000.
- PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro: 1922 – 1964**. São Paulo : Alfa-Omega, 1984.
- PINTO Julio; SALAZAR, Gabriel. **Historia contemporánea de Chile** : estado, legitimidad, ciudadanía. Santiago : LOM, 1999.
- PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América latina**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- RAIZ, Saul. Depoimento. In : INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Memória de Curitiba urbana**. Curitiba : IPPUC, 1990.
- REIS Filho, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história** : debate e crítica. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- RISCHBIETER, Karlos Heiz. Depoimento. In : INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Memória de Curitiba urbana**. Curitiba : IPPUC, 1990.
- SADER, Emir Simão. **Chile (1818-1990)** : da independência à redemocratização. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Democracia e ditadura no Chile**. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1985.
- \_\_\_\_\_. Democracia e capitalismo no Brasil : balanço e perspectivas. In: **Revista de Sociologia e Política**. N. ° 6 e 7, Curitiba : UFPR, 1996.

- \_\_\_\_\_. **República do capital** : capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo : Boitempo, 2001.
- SALAS, Luis Cruz. Estado, partidos y movimiento obrero. In: VITALE, Luis. (org.). **Para recuperar la memoria histórica** : Frei, Allende y Pinochet. Santiago : ChileAmérica, 1999.
- SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo : Global, 1982.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. São Paulo, Vértice, 1986.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização conservadora : do golpe militar a redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro : Campus, 1996.
- SILVA, Simone Rodrigues da. **Rotas alternativas de experiência partidária** : formação do estado, elites políticas e compromisso : Argentina, Brasil, Chile e Uruguai em perspectiva comparada. São Paulo : USP (mimeo.), 2000.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil** : de Castello a Tancredo. Rio de Janeiro : 1988.
- SOARES, Gláucio Ari Dillon. **Sociedade e Política no Brasil** : desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. São Paulo : DIFEL, 1973.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A democracia populista, 1945-1964 : bases e limites. In: ROUQUIÉ, Alain *et alli* (orgs.). **Como renascem as democracias**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Estado e partidos políticos no Brasil** : 1930-1964. São Paulo : Alfa-Omega, 1983 [1976].
- SOUZA, Rogério Luiz de. **A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)**. Curitiba : UFPR (mimeo.), 2001.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política** : as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro : Artenova, 1975.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB** : fábrica de ideologias. São Paulo : Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue** : política e sociedade na América Latina. São Paulo/Campinas : Trajetória Cultural/EDUNICAMP, 1989.
- TRINDADE, Hégio. **Integralismo** : o fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre : DIFEL, 1974.

- TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. Lisboa : Antídoto, 1977 [1929].
- VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de base e política nacionalista de desenvolvimento**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.
- VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1975.
- VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISHER, David Verge. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. (Vol. 1). Brasília : EDUNB, 1981 [1978 para o artigo de VIANNA].
- VITALE, Luis. El primer gobierno DC : Eduardo Frei Montalva. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Para recuperar la memoria histórica** : Frei, Allende y Pinochet. Santiago : ChileAmérica, 1999.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964) : o nacionalismo e a política externa independente. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 14, nº 27. São Paulo : ANPUH/Marco Zero, 1994.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978 [1967].
- WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo : 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 14, nº 27. São Paulo : ANPUH/Marco Zero, 1994.